



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Jaqueline Teixeira Paiva

**Mulheres na matrifocalidade e violência: a escuta interdisciplinar do
sujeito**

**UBERLÂNDIA
2018**

Programa de Pós-graduação em Psicologia – Mestrado
Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG
+55 – 34 – 3225 8516 ou +55 – 34 – 3225 8512 pgpsi@fapsi.ufu.br <http://www.pgpsi.ufu.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Jaqueline Teixeira Paiva

**Mulheres na matrifocalidade e violência: a escuta interdisciplinar do
sujeito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientadora: Prof^ª. Dra. Anamaria Silva Neves

**UBERLÂNDIA
2018**

Programa de Pós-graduação em Psicologia – Mestrado
Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG
+55 – 34 – 3225 8516 ou +55 – 34 – 3225 8512pgpsi@fapsi.ufu.br/<http://www.pgpsi.ufu.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P149m Paiva, Jaqueline Teixeira, 1985
2018 Mulheres na matrifocalidade e violência [recurso eletrônico] : a
escuta interdisciplinar do sujeito / Jaqueline Teixeira Paiva. - 2018.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1327>
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Crime contra as mulheres. 3. Psicanálise. 4.
Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Neves, Anamaria Silva,
1969, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Jaqueline Teixeira Paiva

**Mulheres na matrifocalidade e violência: a escuta interdisciplinar do
sujeito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: profa. Dra. Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, ____ de _____ de 2018.

Profa. Dra. Anamaria Silva Neves (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale (Examinadora)
Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, RJ

Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva (Examinador Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA
2018

Ao meu Pai, Conceição, *In memoriam*, com saudades.

Às mulheres de minha vida, ancestrais e as vindouras! A tantas que partilham seus caminhos e experiências comigo, trazendo descobertas, reinvenções e reafirmações, em especial àquelas que –nessa pesquisa, me confiaram suas histórias de uma fecundidade ímpar.

Agradecimentos

Ah! Quanta gratidão cabe em dois anos e meio de mestrado?! E com ela, muita intensidade! Aprendizados, descobertas, chegadas e partidas, dores, saudades, choro, riso, poesia, transições de espaços ocupacionais, golpe, retrocessos, resistência, análise, cansaço, somatizações, reinvenção, luta, fé, música, paralisia, movimento, reafirmação, energéticos, chás, muito café, cerveja, mar, literatura, *Netflix*, madrugadas, dietas, excessos, pipoca, pausa, pressa, coração, útero, coluna vertebral, sinapses, parcerias, cumplicidade, apoio, amizade, trocas, encontros, laços, dentre tantas outras coisas.

Agradeço primeiro à inesgotável Fonte da Vida, à face feminina do Sagrado! Essa indecifrável centelha de luz e de sombra que nos faz humanos, ganhando formas de natureza, orixás, entidades e energias, a minha gratidão!

Ao Fred, meu grande amor amante! Cúmplice de aventuras, desventuras, sonhos, realizações, viagens (para dentro e para fora) e toda experiência partilhada que cabe nessa vida juntos. O primeiro grande incentivador dessa empreitada, que topou e bancou junto comigo, do início ao fim, as demandas, novidades, ausências, crises, frutos e corolários, no mais leal companheirismo. “Sim, – nosso - amor é sagrado”, e desde o nosso encontro, meus caminhos são bem melhores com você. Te amo e gratidão por caminhar comigo!

Ao meu Paizão, Conceição, *In memoriam*, enamorado das plantas, da terra e da vida, pois “é preciso amor pra poder pulsar”, assim diz a sua canção preferida. Estaria nesse momento, como o bom encorajador que sempre foi, “inchado” de orgulho, com olhos marejados de alegria, voz embargada de emoção, vibrando como fazia sempre em cada conquista nossa, e com toda certeza preparando as fartas celebrações! Um apreciador das raízes (toda ela), transformou a “sua herança”, recebida em estado bruto, em artesanal jóia rara, oferecendo-nos. Valente, se metamorfoseou, e, recentemente partiu desse mundão de meu Deus, numa vivacidade bonita de se ver! Com muita saudade, gratidão meu pai!

Rosa, minha mãe! Colo amoroso, e não é à toa que tem nome de flor! Me instigou desde cedo à inquietude desse mundo desigual, a acolher as diferenças, e sobretudo, a me importar com as pessoas, estranhando a aparente “ordem” das coisas. Dentre tantos ofícios, de roçar, ensinar, cuidar, cozinhar, negociar, audaciosa que é, nunca temeu se reinventar! Pinta, borda, cozinha, cria, viaja, e segue descobrindo a vida em toda sua complexidade. Te admiro muito! Gratidão pelo apoio, amor, compreensão, rezas, velas e intenções.

Aos meus Irmãos, Juliana e Júlio, meu primeiro chão fraterno, com quem tanto aprendi sobre a vida, a amizade, os sonhos e a determinação. O respeito e o amor fortalecem nossos laços, mesmo quando nossas escolhas e caminhos são diferentes, amo vocês! Aos meus sobrinhos Isadora, Enzo e bebê, que me relembram a importância do sagrado tempo do brincar, enchendo meus dias de barulho e colorido, é delicioso ser tia dinda de vocês!

À minha família, à Vó Tina, tão amorosa e vivaz. Aos queridos, sogra Carmem, sogro Antenor, *In memoriam*, cunhadas Jana e Milene, e concunhado Leandro, estimados agregados que a vida me trouxe, gratidão pela acolhida, torcida, cuidado e carinho! Aos tios, tias, primos, primas, de Minas, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, palco vivo e potente da trama familiar!

À Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, pela oportunidade de experienciar um profícuo aprendizado interdisciplinar. À secretária do PGPSI, Adriana, pela sua presteza.

Com especial apreço, à Prof.^a Dr.^a. Anamaria, minha orientadora e mestre querida, que me acolheu nas searas psicanalíticas e na vida, partilhando a potência do diálogo e descobertas interdisciplinares.

Com carinho e admiração agradeço aos professores, Juliana, por me inspirar desde sempre como referência do Serviço Social, na sua sensibilidade e maestria, e João Luiz, por me apresentar a intensidade da Psicanálise, e me provocar reflexões sobre esse encontro. A ambos pela preciosa contribuição no exame de qualificação.

À Katherine, um dos melhores presentes que o mestrado me trouxe, obrigada pelo seu senso

de humor, espontaneidade, cumplicidade, escuta generosa e acolhimento sensível nessa trajetória compartilhada. “Do mestrado para a vida!”

Aos companheiros de mestrado Giovanna, Karen, Carol, Arthur, Isabela, Gabi, Fabi, Débora, Carina, Maíra, Leo pelas trocas, disciplinas, supervisões.

Aos alunos da 80ª turma de graduação em Psicologia da UFU, pelo acolhimento e experimentações durante o estágio em docência.

À Tassiana Quagliatto, por me ajudar em tão curto prazo a me preparar para essa empreitada. À Clínica Freudiana, em especial à Shnaider, pelas trocas, conversas e acolhimento.

Aos professores (antigos e atuais, da graduação, residência e mestrado), pela amorosidade na partilha de seus valiosos saberes, Carmem G. Maywald, Juliana M. B. T. Vale, Pedro Fernandes, Vanusa A. Viana, Nilton Pereira Júnior, Karine Zago, Ricardo Wagner, Maria Alzira, Silvia Maria, João Luiz, Luiz Avelino.

Ao campo da Saúde Mental – trabalhadores, usuários e familiares, entre a Residência Multiprofissional da UFU e a RAPS de Uberlândia, que desde então me instigou a pensar a importância da subjetividade, do cuidado em liberdade e de alguma forma também me fomentou a chegar até aqui.

Ao colegiado do Melhor em Casa, pela compreensão e apoio fundamentais, Laerte, Marcelo e Érica, muito obrigada. Aos colegas e queridos amigos do Melhor em Casa, pela caminhada na produção de cuidado, complexo espaço de tensões, angústias, risadas, lanches, muito aprendizado, afinidades e parceria, as pontes são maiores do que os abismos que nos separam. Em especial, àqueles que cujo laço transcende o espaço profissional, e já fazem morada aconchegante no meu coração: Suéllen, Vê, Pam, Thatá, Gheysa, Kléber, Gustim, Aline, Lívia.

Às famílias assistidas pelo Programa Melhor em Casa, que me humanizam cotidianamente, me apontam caminhos, conflitos e inúmeros desafios.

Às Assistentes Sociais e Psicólogas, colegas e amigas dos CRAS/CREAS, companheiras de lutas, movimento e parceria, no *locus* do nascedouro e/ou afloramento de angústias, inquietações e

vivências mobilizadoras para o mestrado, Fernanda Davi, Joice Regina, Margareth Gonçalves, Maria Pena, Grasi Igídio, Simara Paula, Karen Alessandra, Bruna Silveira, Márcia Cunha.

Aos amigos queridos, por esse amor chamado amizade, pela torcida, carinho caloroso, compreensão das ausências, com quem tenho o privilégio de partilhar a vida, de perto ou longe: Cláudia Fuad, Líbia Bujato, Raquel e Fred, Cleu e Tony, Camila e Winkler, Karine Zago, Jullyanna Shynozaki, Fernanda Lima, Gilmar e Cleusa, Fabiana Rodrigues, Sabina, Polly Matumoto, Emi, Lusmarie, Lidi Felipe, Livinha Helena, Cárita Elisa e Alan, Taty France, Taty Anselmo.

Por fim, às mulheres na matrifocalidade, que tive a oportunidade de conhecer durante essa pesquisa, entre sonhos e lutas, tanto aprendizado me ofertaram ao contarem suas trajetórias de vida, obrigada!

Triste, Louca Ou Má

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define*

*Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra
Fêmea: alvo de caça
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

*Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só*

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo escutar as histórias de mulheres que vivenciam a matrifocalidade atravessada pela violência. O percurso da pesquisa se desenvolveu sob o alicerce teórico da Teoria Social Crítica – na perspectiva do Serviço Social, e a produção do sujeito – na interlocução com as premissas psicanalíticas. A organização do referencial teórico se pautou na narrativa interdisciplinar, que versou sobre o lócus institucional, nascedouro das angústias mobilizadoras da pesquisa, seguido da leitura crítica, histórica e social, da mulher na sociedade, frente às transformações societárias e suas ressonâncias nos arranjos familiares. A partir daí visitou-se o traçado descritivo de alguns marcos referentes às lutas feministas, até apreender, o propriamente dito, fenômeno social da violência contra a mulher. O método privilegiou a escuta sob a guisa psicanalítica, por meio de entrevistas livres gravadas e posteriormente transcritas, de três mulheres, ora assistidas em uma instituição especializada. A análise apontou para a relevância da escuta da subjetividade, em posição indispensável, articulada às intervenções sociais na rede de cuidado, proteção e garantia de direitos. Por fim, encontrou-se na escuta transformativa a potência de reivenção do sujeito, articulada à primordial reafirmação de direitos desse segmento societário, fomentada na liberdade e justiça social, fazendo-se um encontro sensível e ousado, como possibilidade e fortalecimento de enfrentamento aos retrocessos degradantes no campo social contemporâneo.

Palavras-chave: matrifocalidade; serviço social; psicanálise; escuta; interdisciplinaridade; sujeito.

ABSTRACT

This dissertation had as an objective to listen to the stories of women who experienced the matrifocality crossed by the violence. The research was developed under the theoretical foundation of Critical Social Theory - in the perspective of Social Services, and the production of the subject - in interlocution with psychoanalytic premises. The theoretical framework is based on the interdisciplinary narrative, discussing about the institutional locus, origin of the first anxieties that mobilized this research, followed by a critical, historical and social reading of women in society towards societal transformations and their resonances in family arrangements. Therefore, the descriptive outline of some milestones regarding the feminist struggles were visited, until one apprehends the social phenomenon of violence against women. The method privileged listening under the psychoanalytic guise, through free interviews recorded and later transcribed, of three women assisted in a specialized institution. The analysis pointed to the importance of listening to subjectivity, in an indispensable position, articulated to social interventions in a care network, protection and guarantee of rights. Thereby, it was observed that through transformative listening the power of the subject's reinvention, articulated to the primordial reaffirmation of rights of this societal segment, based on freedom and social justice, becoming a sensitive and daring encounter, as a possibility and strengthening of coping towards degrading setbacks in the social field arisen from capitalism.

Keywords: matrifocality; social services; psychoanalysis; listening; interdisciplinarity; subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO 1- O ENCONTRO DO SERVIÇO SOCIAL COM A PSICANÁLISE.....	22
1.1. O delicado território da construção interdisciplinar.....	24
1.2. A compreensão do lócus institucional e desafios para a escuta interdisciplinar do sujeito.....	28
2. CAPÍTULO 2 – O SONHO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA: ENTRE A RADICALIDADE E A VITIMIZAÇÃO.....	35
2.1. Trajetória histórica e social da mulher no Brasil.....	39
2.2. Da feminização da pobreza à matrifocalidade no Brasil: quais marcas esse trânsito revela?.....	45
3. CAPÍTULO 3 – O ATRAVESSAMENTO DA VIOLÊNCIA: MARCAS NA HISTÓRIA E NAS TRAJETÓRIAS.....	55
3.1 - As lutas de enfrentamento à violência: o bolero de avanços e retrocessos “dois pra frente, dois pra trás”.....	57
3.2 - Violência contra a mulher: do corpo à palavra.....	75
4. CAPÍTULO 4 – O PERCURSO METODOLÓGICO.....	83
4.1. O método.....	84
5. CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	91
5.1 O encontro com Clarice.....	91
5.2 Barbára, à deriva entre naufrágio, tormenta e litoral.....	106
5.3. Isabel, a terceira.....	132
6. CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS.....	168
APÊNDICES.....	181

INTRODUÇÃO

Há inúmeras maneiras de se fazer pesquisa, e o jeito que ela acontece para cada um abriga sua singularidade. É justamente na trajetória que a antecede, onde mora o inusitado mosaico de pesquisador, sujeito, objetivo e outros desdobramentos, que brota a essência do pesquisar.

Toda pesquisa é também mobilizada por um desejo, que nem sempre se faz claro ou consciente, bem como seus porquês. No presente estudo, a construção que mobiliza o pesquisar é composta por incontáveis atravessamentos, desde a formação pregressa às vivências no território entre família, comunidade e outras instituições, e, em particular, ao campo de atuação profissional.

Nesse caso, é preciso resgatar brevemente alguns disparadores que sucederam essa pesquisa, o surgimento do Serviço Social (formação de origem da pesquisadora), o percurso realizado até aqui, e a busca interdisciplinar pela linha de pesquisa Psicanálise e Cultura.

O Serviço Social encena, desde sua origem, a marca da contradição que, na perspectiva dialética, se constitui resultante da produção social da vida cotidiana, palco em que as relações sociais são mediadas pelo capitalismo. As contradições da vida material são também um motor das angústias que movem a nossa prática, nas trincheiras do capitalismo atroz, que faz imperar a lucratividade e a concentração de riquezas com a exploração de classes, em detrimento do sujeito de direitos, do sujeito do laço social, enfim, da sociedade (Netto, 2006).

Mais tarde, em 1979, na trilha de outras lutas e movimentos sociais, a categoria profissional passa a questionar sua identidade e se reconhece, então, como classe trabalhadora e, assim, afirma¹ seu compromisso ético-político, bem como seus referenciais teóricos.

Considerando que a liberdade e a justiça social são valores fundantes da profissão, no cenário de ordem societária capitalista, o objeto da intervenção profissional se constitui na questão

¹O Movimento de Reconceituação irrompeu pouco antes da década de 60, emblemado em 79 - durante o III CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo - protagonizando, na arena de conflitos e lutas sociais, durante o regime da ditadura militar, rompeu com a lógica alienada, tradicionalmente impregnada ao exercício profissional do Serviço Social. Momento em que se fez claro, ao coletivo presente, as irremediáveis sequelas sociais daquele regime, e, então, aliada a diversas bandeiras e formas de organização coletiva em prol dos direitos humanos e sociais, o Serviço Social inaugura o projeto ético-político da profissão, bem como seus referenciais e direcionamento (Conselho Federal de Serviço Social [CFESS], 2009).

social, conceituada, por Santos (2012) e Yamamoto (2000), como as mazelas oriundas da contraditória relação capital-trabalho, ou seja, todas, em consequência, e com origem, na exploração de classe, e, em particular, também nos interessa, os atravessamentos de raça/etnia e gênero.

Nessa perspectiva, os espaços de atuação profissional do Assistente Social revelam uma vasta teia de demandas quanti e qualitativamente complexas, colocando-o em constante desafio no refletir-fazer profissional, articulando a análise crítica de conjuntura, localizando nessa, a luta de classes, mas também, simultaneamente, exigindo um aprofundamento acerca do singular de cada demanda e segmento societário.

Então, ao passo dessa construção, nas condições de pesquisadora e trabalhadora, afetada pelo questionamento original e mobilizador da pesquisa (como o Serviço Social lida com o olhar para a singularidade?), articulado ao exercício profissional do Serviço Social - que se desenvolve marcado pelas contradições intrínsecas à relação capital-trabalho e seus efeitos devastadores – cujo cerne, a exploração.

No bojo dessa discussão, entra em cena a Psicanálise, teoria e método que inauguram a compreensão singular da condição humana. Fundado por Freud, no final do século XIX, o método psicanalítico concebe a humanidade a partir do funcionamento inconsciente do psiquismo, para além da lógica e consciente, e cuja ótica compreende, como premissa para tornar possível a vida em sociedade, a renúncia de desejos primitivos (Freud, 1913/1996c).

Aos olhos de uma pesquisadora com formação em Serviço Social, a seara psicanalítica parece provocar um potente encontro, em que tornar-se-ia possível desvelar aquilo que não está aparente, porém, latente. O não dito, o inconsciente, o desejo. Nesse enquadramento, o desafio assumido busca a orientação psicanalítica como uma bússola norteadora de articulações possíveis entre os fenômenos sociais e o singular de cada sujeito que compõe a trama coletiva.

Nesse enredo, os postulados psicanalíticos entram num lugar de terceiro², fazendo surgir um

² Sobre a teoria freudiana acerca do Complexo de Édipo, – conceito fundamental para a Psicanálise -, o qual se utiliza do mito, para contar dessa primordial etapa do desenvolvimento humano, em que se caracteriza a separação entre os pais e a criança, pela lei da castração, que rompe com a concepção fusional que a criança tinha até então. É nesse momento que se funda o sujeito, bem como a trama da subjetividade (Freud, 1913/1996c).

novo elemento de análise frente à histórica contradição que se põe entre a profissão e a práxis do Serviço Social, contribuindo com as possibilidades de reafirmação-reinvenção dessa prática. Quando sua amplitude interpretativa se põe articulada à necessidade de urgentes e profundas mudanças na divisão sócio-técnica do trabalho, diante da lógica de exploração, forma-se um audaz arranjo.

Em tempos neoliberais, as políticas sociais são profundamente remodeladas no tocante aos seus ordenamentos e objetivos, por meio de estratégias de sucateamento de recursos para implementar serviços sociais na perspectiva dos direitos e cidadania, reclamando “ativismos” e “tarefismos” (Montaño, 2006).

Tal compreensão é imprescindível para o enfrentamento, ruptura e construção de alternativas no tocante às lógicas tarefistas presentes nas instituições gestoras e executoras das políticas públicas, em que as categorias profissionais, - não somente do Serviço Social -, que se inserem na divisão sócio-técnica do trabalho, são capturadas pelas sequelas devastadoras do capital. Na condição de classe trabalhadora, e, na precarização das condições de trabalho, nós, profissionais, padecemos por vezes, da alienação característica do capitalismo, em que a luta pela sobrevivência a partir da renda se coloca como um determinante nesse processo, que se utiliza deste, entre outros, como mecanismos de reprodução.

É urgente cambiar os saberes no sentido de construir pontes de conhecimento acadêmicas e profissionais, seja pelo aspecto coletivo de sociedade, que escancara uma ordem societária, perversamente orientada pela lógica do capital, bem como pela ótica da subjetividade do sujeito, que compõe essa coletividade, e sobre ela influi na medida em que é também influenciado (Netto, 2006).

À guisa da articulação, entre elementos da Teoria Social Crítica e enunciados da Psicanálise, inaugura-se a busca pelo sujeito-objeto de pesquisa, num primeiro momento, ainda tão absorvido no fluxo de múltiplas demandas que se apresentam nos espaços ocupacionais da pesquisadora.

Nessa etapa, cabe contar também que a gestação deste trabalho surge numa afluência de

reveses, indissociavelmente motivados por diferentes experiências nos campos de inserção profissional como Assistente Social, em dispositivos das políticas públicas de Assistência Social e Saúde.

A primeira experiência problematizadora desta pesquisa emerge em um CRAS, – Centro de Referência de Assistência Social, que constitui o dispositivo social de acesso aos serviços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como “a porta de entrada” para acesso aos programas e benefícios socioassistenciais destinados, especialmente, às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse espaço ocupacional, os sujeitos que ali procuravam, evidenciavam tamanha diversidade de demandas, tais como desemprego, pobreza, toxicomanias, jovens em conflito com a lei, violências, expulsão/exclusão escolar, medicalização das infâncias e adolescências, fragilização de vínculos, privação de acesso à alimentação, transporte e/ou moradia adequados, alto índice de mortalidade entre jovens, dentre outras.

Enquanto isso, no espaço de pesquisadora, às voltas com a supervisão e as disciplinas da linha de pesquisa Psicanálise e Cultura, as inquietações iam se assentando e produzindo sentidos para o percurso proposto, o olhar e a escuta, – nitidamente tocados por uma “psicanálise implicada”, como é nomeada a obra de Rosa (2016), que versa sobre “a prática psicanalítica nas suas relações com a política e a cultura, e lhe permita levar em conta a dimensão sociopolítica do sofrimento” (p.13).

Assim, ainda no primeiro semestre de 2016, no cenário de cotidiano profissional, inquietada pelas angústias do campo da pesquisa, e vice-versa, via, sendo apurada, naquele espaço, a repetição de velhas histórias, marcadas pela característica predominante do público assistido, ou seja, núcleos familiares matrifocais, em que, - ordinariamente, - a mulher e a família eram o cerne das intervenções, corroborando, nesse sentido, a visão de Marx e Engels (1974), que entendia a questão da opressão feminina como consequência do surgimento da propriedade privada e do modelo de família burguesa, como parcela do revés social inerente à sociedade de classes.

Além disso, notava-se, também, o cultivo de uma lógica “filantropizada”, “culpabilizadora”,

punitiva e fiscalizadora, – costumeiro *modus operandi* direcionado às classes subalternizadas em nossa sociedade, – amiúde, contrariando na prática, a perspectiva emancipatória expressa nas diretrizes, orientação, metodologia e práticas institucionais da Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005)³.

Tais reflexões se constituem um recorte temporal da atualidade de contrarreformas, como parte de um longo histórico nas matizes de avanços e retrocessos, desde a CF88, quando se lançou novas bases para o Sistema de Proteção Social brasileiro, como o reconhecimento das políticas públicas em sua dimensão de direitos e cidadania, que configura-se um intrincado desafio até os dias (principalmente) atuais. Tal panorama apresenta uma crescente diversidade de demandas quanti e qualitativas ao campo social (Yazbek, 2014).

Nesse paradoxo, entre reafirmação de direitos e uma rancidez histórica nada velada, vão se construindo os serviços e as práticas na cena das políticas públicas, “situação atual desafia a profissão a enfrentar estas inflexões e construir respostas coletivamente, [...] e, não são alheias às tendências sociais e às correlações de forças existentes” (Montaño, 2006). Fatos que, na trajetória da pesquisadora, apontariam para incômodos que, mais tarde, conduziriam ao sujeito de pesquisa.

Nessa confluência de articulações e vivências, são dados os primeiros passos rumo à definição do sujeito da pesquisa, as mulheres, – dentre tantas posições sociais, – provedoras do núcleo familiar, nomeadas, corriqueiramente, pela expressão “chefes de família”.

E, enquanto isso, nos bastidores do campo profissional, aos últimos dias de 2016, – ainda no ebulir da construção da pesquisa, – eis que se apresenta uma mudança de campo profissional da pesquisadora, dessa vez, para a Política Pública de Saúde, uma velha conhecida. Optou-se por contar desses bastidores da pesquisa, já que o novo *locus* de vivência da *práxis*, das intervenções, das angústias frente às demandas socialmente emergentes, reafirmam a questão anteriormente levantada, no campo da Políticas de Assistência Social, a mulher na centralidade das intervenções, e

³Cabe mencionar que, no texto da referida política, os excessos e ausências, convocam uma importante análise, já que o termo “vulnerabilidade” aparece mais de noventa vezes. Enquanto o conceito de questão social, – conceito fundamental à prática do Serviço Social, – não é mencionado sequer uma vez, deslocando, assim, todo o sentido da situação de origem da vulnerabilidade, que está colada nos pilares de sustentação da desigualdade, sendo ela, uma das mazelas oriundas da contraditória relação capital-trabalho (Santos, 2012).

também na “chefia” dos núcleos familiares.

Esse novo espaço, deflagrador de vivências, transcorre em um Programa de Atenção Domiciliar em Saúde⁴, cujo público-alvo são pessoas com perspectiva de desospitalização, e que apresentam demandas clínicas, pouca ou nenhuma mobilidade, e alto nível (ou total) de dependência de outrem, para atividades cotidianas como alimentação, higiene, dentre outras. Nesse serviço, se evidencia o grande contingente dos núcleos familiares matrifocais, atendidos pelo referido programa, nos quais mulheres na condição de mães, companheiras, filhas ou irmãs, até noras, são as principais responsáveis pelos cuidados e pelo núcleo familiar.

Nesses contextos, a cena familiar vai revelando o laço social construído, entre a singularidade de cada grupo e o padrão automático de repetições marcados pela lógica excludente do capitalismo patriarcal. Amiúde, as cenas são intensificadas pela relação de dependência que o quadro de doença irrompe, manifestam-se impasses, negligências, omissões, desamparo, – vida em morte e morte em vida.

A matrifocalidade como fenômeno pode se apresentar em multifacetadas, entre o avanço e o empoderamento feminino, no tocante à liberdade de rupturas com relações opressoras, pela possibilidade da independência financeira e avanços legais. Por outro lado, as heranças de matriz heteronormativa perpassam as relações sociais e intersubjetivas, construindo papéis (quase sempre estanques) supostamente femininos e masculinos. Nesse caso, os estigmas endereçados à mulher, no que se refere ao espaço doméstico e ao cuidar, ainda nos apontam desafios, para se tornarem, na prática, uma demanda de aprendizagem para os homens (Passador, 2013).

Na conjuntura nacional, dentre tantas vicissitudes, no decorrer da pesquisa e do percurso da pesquisadora, nos campos singular e coletivo, no interior das instituições e no país⁵, a incerteza e desesperança que pairavam na gestão da “coisa” pública, não é por si só determinante, mas afeta, de

⁴ SAD – Serviço de Atenção Domiciliar, regulamentado pela portaria 825 de 2016, serviço complementar aos cuidados realizados na atenção básica e em serviços de urgência, substitutivo ou complementar à internação hospitalar.

⁵ Referência ao Golpe de Estado de 2016, em que votou o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, golpe este, orquestrado pelo poder judiciário e liderado pela minoria que, desde sempre, trata o Brasil e sua riqueza socialmente produzida como propriedade privada de poucos, fora votado, embora ilegítimo e, – a despeito da legislação magna vigente, – já antes mencionada, a Constituição Federal de 1988 (Brum, 2016).

forma arrebatadora, a vida e o cotidiano daqueles que dependem do Estado, seja na Assistência Social, Saúde, Educação e Trabalho. Tal contexto, não será, detalhadamente, discutido neste trabalho, mas se faz pano de fundo para a análise do período atual, tanto ao pensar o campo de intervenções e assistência aos sujeitos em questão, como o contexto material vai marcando a trajetória singular do sujeito. E, ainda, referendando o compromisso ético-político do Serviço Social, que articula a *práxis* a partir da análise de conjuntura, alinhando a historicidade cultural, econômico e social frente às demandas sociais postas na atualidade.

Por conseguinte, entre investidas e negativas, para pesquisar nos campos de atuação profissional (situação que será melhor detalhada no capítulo metodológico), ao examinar possibilidades para constituir a unidade de análise, com vistas a trabalhar com a mulher como sujeito de pesquisa, elencou-se uma Organização Social Civil – OSC, que realiza assistência ao segmento de gênero, pelo viés da violência. A partir dali, foram necessárias inúmeras reconstruções no projeto de pesquisa, parte do referencial teórico, bem como revisitar os pilares norteadores da pesquisa, dentre os quais, a situação de vulnerabilidade social e seus desdobramentos, agora cederiam lugar ao atravessamento da violência e os seus respectivos desdobramentos, haja vista que o fenômeno da violência contra a mulher independe de classe social.

Perante o emaranhado de eventos, entre os campos, mudança do pilar de vulnerabilidade social para violência, e experiências profissionais, algo se repetia e emergia como uma questão norteadora: de que forma as relações de poder, marcadas pela questão de gênero, sustentam a centralidade da mulher como principal destinatário das ações das políticas sociais?

Assim, o objetivo principal deste trabalho se constituiu: escutar as mulheres em face do fenômeno social da matrifocalidade, e atravessamentos da violência, a partir de uma perspectiva abrangente, com vistas a compreender as dinâmicas e complexas transformações societárias. Nessa perspectiva, enseja-se desenvolver um alicerce teórico, promovendo aproximações e tensionamentos entre a Teoria Social Crítica, – na perspectiva do Serviço Social e do sujeito de direitos,– e as premissas da teoria psicanalítica, considerando o sujeito de desejo evocado no

cenário de pesquisa. Enlace este que, aspira lançar luz aos atravessamentos que esse sujeito-mulher protagoniza em uma sociedade patriarcal e conservadora, deslocando-o também para constituir-se o principal destinatário das políticas sociais, bem como o a figura central nos crescentes fenômenos sociais: os núcleos familiares matrifocais e a violência contra a mulher.

Nessa altura, já está definido o sujeito de pesquisa, as mulheres, e seu enredamento, na matrifocalidade e na violência, ancorado no Serviço Social e circundado pela Psicanálise. No processo, foram entrevistadas três mulheres.

Como disse um desconhecido jornalista ao escritor e poeta Galeano, sobre sua escrita, de que ele parecia ter um olho no microscópio e outro no telescópio, a pesquisa aqui desenhada passou a utilizar recursos da literatura, arte, música e poesia, com o intento de conferir fluidez e estética - politicamente engajada, provocadora de críticas -, à análise das entrevistas, bem como a aproximação com o campo do inconsciente, “como bem sabe o cientista tem sempre muito a aprender com aquilo que o artista antecipa” (Maurano, 2010, p. 8).

Tal movimento nos parece uma ousadia, e se assemelha muito ao movimento dialético interventivo do Serviço Social, que a grosso modo alterna lentes entre a conjuntura social, de uma perspectiva macro, e o sujeito, na produção singular da vida social, pressupondo complexas relações em seu intermédio (Fernandes, 2005).

O delineamento dos capítulos obedecerá ao seguinte recorte:

No primeiro capítulo, promover-se-á a elucidação do percurso interdisciplinar, na perspectiva de contar sobre o trânsito entre o Serviço Social e as premissas da Psicanálise. A partir daí, associar-se-á aos aspectos histórico-sociais que enredam o fenômeno da matrifocalidade, logo, da mulher, a fim de delinear, com mais clareza, as entradas da contribuição psicanalítica, e alguns de conceitos fundamentais elencados para tal.

No segundo capítulo, se pretende problematizar o cenário contemporâneo no que tange à mulher, a partir do contexto histórico e social, afinando-o com os fenômenos feminização da pobreza e matrifocalidade. Como ponto de partida, serão retomadas as contribuições da História e

da Sociologia, para contar a suposta origem das atuais transformações sociais, marcadas pelo avanço do capitalismo e seus multifacetados desdobramentos na sociedade, nas famílias matrifocais e no sujeito mulher.

Já, no terceiro capítulo, discorreremos sobre a violência como um fenômeno tão longínquo quanto a própria civilização, sobretudo quando é atravessado pela lógica de produção do capital, e das múltiplas vestes que, então, assume, nesse contexto, a que nós é mais cara: a violência contra a mulher. E para fechar o capítulo, por meio de um relato descritivo, elucidaremos, em um recorte temporal dos últimos séculos, as lutas, avanços e retrocessos perpetrados pelas mulheres em face da violência em todas as suas dimensões, predominantemente, patrocinada pelo patriarcado.

Assim, percorrido esse trajeto, o quarto capítulo apresentará o percurso metodológico construído no trânsito interdisciplinar, destacando quais as premissas psicanalíticas elencadas diante do seu vasto e relevante arsenal. O desenho do método sugere que o alicerce teórico priorizou o sujeito de direitos, então, pautado, primordialmente, na Teoria Social Crítica, para, na análise, apoiado na reciprocidade do diálogo, interessar-se-á por escutar o sujeito de desejo.

No quinto e último capítulo, promover-se-á a análise das entrevistas, que será articulada às construções teóricas anteriormente trabalhadas. De modo que escutar-se-á, ordenadamente, os sujeitos a partir do balizamento da metodologia em articulação com as referências eleitas. Nesse enredo, os postulados psicanalíticos ensejam potencial peculiar de contribuição para olhar a cena social contemporânea, em particular, nos aspectos subjetivos, o não dito, que se faz presente, e desafia a lógica de compreensão e funcionamento de tradição histórico-social, que, por sua vez, mutuamente, promove a possibilidade de pensar o sujeito de desejo afetado pela produção da vida material, diante da época e sociedade a qual pertence.

CAPÍTULO 1 - O ENCONTRO DO SERVIÇO SOCIAL COM A PSICANÁLISE

[..] “escrever para passar uma mensagem trai a função primordial da narrativa, seu sentido essencial, que é o da busca do sentido. Escreve-se, então, para aprender; para saber; e não é possível empreender essa viagem de conhecimento levando previamente as respostas” [..] (*A Louca da casa*, Rosa Montero, 2004)

Um encontro. Essa é a marca, uma constante e a gênese do presente trabalho, que abarca em si, a confluência de saberes interdisciplinares: a Teoria Social Crítica, que norteiam o Serviço Social, e, as premissas psicanalíticas, com a pretensão de construir uma narrativa singular desse encontro, tendo, no seu cerne, um caro sujeito em comum: a mulher, na família matrifocal, atravessada por violências.

Historicamente a trajetória do Serviço Social abarca a marca da contradição, intrínseca da relação capital-trabalho, cuja prática se inaugura nos reveses do projeto burguês, – ainda vigente, - de expansão do modo de produção capitalista. Por outro lado, a profissão preserva, em sua trajetória, a potencialidade de reorientar-se. Salienta-se, a exemplo disso, o chamado “Congresso da Virada”, que ocorreu em 1979, mobilizado por indagações do compromisso ético e político da categoria profissional, que então assumiu bandeiras de lutas sociais no período de luta pela democracia, frente ao cenário de contradições e barbáries daquele período, as quais, atualmente, apresentam-se mais velozes e destrutivas.

Naquele momento histórico, estava posta a confluência do *mal-estar* causado pelas mazelas sociais produzidas durante a industrialização tardia no Brasil, seguida do bárbaro período de regime militar, que, com a bandeira pró-capitalista, promoveu, em larga escala, a violação de direitos humanos e sociais durante mais de uma década (Netto, 2009).

A escolha desse marco, na trajetória do Serviço Social, para inaugurar o capítulo que discorrerá sobre o movimento interdisciplinar (que transversaliza toda a construção deste trabalho, desde o alicerce teórico ao caminho metodológico), resgata, sobretudo, um momento histórico em que se repensa a prática, os fundamentos teóricos e o compromisso ético da profissão, colocando-se, por sua vez, como uma tarefa necessária e constante ao exercício profissional.

Ora inseridos nas trincheiras cotidianas do fazer profissional, o Assistente Social, na condição de categoria da classe trabalhadora, vivencia, também, o processo de captura alienante da lógica capitalista de produção. Esse contexto desafia-nos a um contínuo distanciamento crítico que permita, na prática, a reafirmação do compromisso ético-político.

Na trajetória singular de pesquisadora, há o desejo e a investida para a compreensão acerca da complexidade e dos multifacetados aspectos das mazelas sociais que se entrecruzam no cenário da mulher frente ao núcleo matrifocal e à situação de violência (Rosa, 2016).

A autora de orientação freudolacanianiana, Miriam Debieux Rosa, de maneira instigante, coloca *a Psicanálise à prova do social* (Birman, 2005), que “faz o mundo rolar para fora do divã” (Herrmann, 2003), interessada na investigação-intervenção psicanalítica em contextos sempre articulados à cultura e à política.

Em específico, na obra *A Clínica Psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, a autora olha para as violências acentuadas pelo capitalismo neoliberal, manifestas na “exclusão social, pobreza, racismo, indiferença, imigração forçada e exílio (periferias brasileiras), adolescentes em conflito com a lei, dentre outras. Rosa (2016) valida:

sujeito não é o indivíduo justamente no ponto em que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca determiná-lo e exercer seu poder no escuro das relações sociais e em contraponto com a ética da psicanálise (p. 22).

Sem prescindir das tensões, mas, valorizando as convergências, é que o encontro com a psicanálise interessa à nossa pesquisa para que a escuta própria desse campo permita construir estratégias de compreensão, intervenção, resistência e cuidado (entre equipes inclusive). Nossa insistente busca pela interdisciplinaridade faz “reconhecer a complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos físicos, biológicos, humanos, sociais e ambientais, que exigem um conjunto pluralista de perspectivas diferentes de abordagem” (Vasconcelos, 2002, p. 108).

Com isso, traduz-se em dizer que o enlace entre os saberes do Serviço Social e as premissas psicanalíticas simbolizam, neste trabalho, uma estratégia de resistência e enfrentamento, nas trincheiras em defesa da cidadania e dos direitos sociais, forjando potência, inventividade e

reafirmção, ao escutar o sujeito nas dimensões sociais e subjetivas do seu sofrimento, problematizado à lógica dos discurso no capitalismo e seus devastadores efeitos.

1.1 O delicado território da construção interdisciplinar

Há uma correnteza de demandas, quanti e qualitativas, endereçadas ao Serviço Social, nos dispositivos das políticas de Assistência Social e Saúde, de maneira que o profissional carece ancorar-se numa práxis movida pela capacidade de indignar-se e estranhar a lógica *instituída*. Neste contexto, as premissas psicanalíticas apresentam-nos, *a relação transferencial*⁶, e, a partir desta, outras possibilidades de *escuta e vínculo e* convidando-nos à possibilidade de “deixar-se fisgar” pela potência que, nessa premissa, o outro revela. Rosa (2016), versa que:

[...] a transferência se apresenta como instrumento e método não apenas restritos à situação de análise. O inconsciente está presente como determinante das mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais (p. 92).

As palavras de Brum (2006) nos auxiliam a pensar essa relação transferencial:

O dito é, muitas vezes, tão importante quanto o não-dito, o que o entrevistado deixa de dizer, o que omite. É preciso parar para escutar o silêncio. Olhar significa sentir o cheiro, tocar as diferentes texturas, perceber gestos, as hesitações, os detalhes, apreender as outras expressões do que somos. Metade [...] é o dito, a outra metade o percebido. Olhar é um ato de silêncio. (p.191)

Dito isso, o convite da Psicanálise é olhar de um outro lugar, para além da complexa tecitura social, que embasada numa perspectiva de ética e cidadania daria origem ao sujeito de direitos. O chamado é para olhar e ser fisgado por um sujeito de desejo, em que a forma de funcionamento peculiar opera no inconsciente, para além do que se sabe, ou efetivamente se pode ver. “[...] a passagem do cogito ‘penso logo existo’, para a concepção freudiana ‘desejo logo insisto em minha existência de sujeito’ ” (Quinet, 2000, s/p).

E, a despeito de noções enigmáticas e enviesadas sobre a teoria psicanalítica, na construção investigativa da obra freudiana, fica evidente que o inconsciente se presentifica e faz inúmeras demandas na vida cotidiana, portanto, na cena social. Assim, a Psicanálise acena para a necessidade

⁶ Conceitos fundantes do método investigativo da Psicanálise, que serão explorados no capítulo 3.

de uma reflexão ética, abarcando a complexidade do sujeito em suas múltiplas dimensões (Garcia-Roza, 2009).

Como constata Rosa (2016):

O cerne da subversão psicanalítica está em não desenraizar o sujeito de seu tempo. Nesse sentido, abordamos a violência pelos discursos a que são expostos os sujeitos do capitalismo avançado que indicam um modo de laço em que o sujeito vê-se convocado violentamente ao gozo⁷, seja sob a forma de consumo e lucro, seja na de sofrimento (p. 25).

A história da Psicanálise aponta que ela irrompe em um movimento subversivo, deslocando do lugar sagrado a razão e a consciência. Por causar incômodo e expor o caos que também habitam no humano, a lente psicanalítica foge de quaisquer determinismos, mas não das determinações sociais produzidas pelo capitalismo, e, assim, lança um olhar insubordinado ao sujeito e civilização, fazendo ver e dando voz à ferida que nos faz humanos (Maurano, 2010).

Trata-se desse movimento dialético o justo ponto de encontro com o Serviço Social, por meio da alternância de lentes que interessa aos dois campos, inspirada na, - já mencionada, - metáfora de Galeano. O encontro é, antes de tudo, uma possibilidade. Ao contrário da arena de disputas, é um laço, que acomoda a pluralidade de saberes, preservando as diferenças e fortalecendo as afinidades.

Vasconcelos (2002) aponta, utilizando-se da expressão “práticas interparadigmáticas”, que confere amplitude mais coerente e includente ao contexto interdisciplinar, considerando, para além das emergentes fronteiras entre as disciplinas, “mas também entre teorias, paradigmas, campos epistemológicos, profissões e campos de saber/fazer”. Esses últimos que se referem à “interação com o campo da arte e com o senso comum e/ou cultura popular” (Vasconcelos, 2002, p. 110-111).

É importante dizer que o desejo de conhecer o território psicanalítico se concebeu em função do que interessa à Psicanálise, o avesso, o resto, o singular, que opera de forma importante no cotidiano do sujeito (Maurano, 2010).

Contudo, esse passo ousado de buscar pela Psicanálise é possível neste trabalho, a partir de

⁷ Rosa (2016), também, em nota no seu livro, sintetiza que o termo gozo, de Lacan, decorre de elaborações e outras formulações freudianas (pulsão, desejo, sexualidade), contexto o qual, na sua obra, aplica o termo à dimensão mortífera para o desejo (p. 25).

um alicerce estabelecido no campo teórico social crítico, que se enreda no incômodo com a desigualdade social, com a lógica de exploração do capitalismo e com as mazelas oriundas desse sistema. Lente essa, que Galeano chamaria de telescópica, enquanto, pelo princípio marxiano, Kosik (1976) explanaria como totalidade social, pressuposto embasado no materialismo histórico-dialético de Marx, que implica os fenômenos sociais na dinâmica do seu processo e na sua manifestação concreta, - que não se revela, subitamente, mas, nas contradições e intervenções fundantes; logo, podemos pensar as múltiplas expressões da questão social (Kosik, 1976).

Ao compor a linha de frente executora, no contexto institucional das Políticas Públicas, na perspectiva da totalidade social e sob o compromisso de promover a liberdade, autonomia e a justiça social, se assume, com isso, uma posição anti-hegemônica, logo, de tensionamentos, resistência e luta. Assimilando a exploração como pilar de sustentação das relações de desigualdade social, Yazbek (2009) acrescenta:

A violência da pobreza constitui parte de nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea. Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la. (p.72)

Sob a ótica interdisciplinar instigante, colocam-se múltiplos desafios ao exercício profissional, pautado na ética e na construção de ações junto do sujeito das intervenções, haja vista que, por vezes, as demandas se apresentam sob multifacetadas formas de desamparo, discursivo, social, material e psíquico. Não raramente, nos dispositivos das políticas públicas, o ponto de partida é a análise acerca das fragilidades dos sujeito-família; família-classe, nublado pelos estigmas social e historicamente construídos em torno de determinada classe.

O engodo que cultiva a dicotomia nas instituições e suas equipes acaba individulizando a condição de exploração do sujeito, reforçando, por vezes, o olhar conservador ou patologizante, descolado do contexto social. E o contrário também pode acontecer, por meio de intervenções

massificantes ou generalizadas, desconsiderar a potência da reinvenção e o repertório de recursos na singularidade do sujeito. Em resposta a esse enredo, está a possibilidade interdisciplinar de visitar outros campos de leitura, construindo uma parceria capaz de considerar a reciprocidade entre eles, sem prescindir da análise privativa de cada um (Rosa, 2016).

Cabe resguardar a importância da compreensão estrutural e histórica dos fenômenos sociais, engendrados em particular pela exploração do trabalho. Contudo, ao nos posicionarmos na linha de frente desses dispositivos, guiados por um compromisso ético-político, e, na cadência do desejo, que norteia a prática emancipatória em prol da autonomia e liberdade, a Psicanálise muito pode ofertar, com sua *escuta transformativa* (Tanis, 2017), ao desvendar que, nesse mesmo cenário, também habita um sujeito de desejo, e logo, sua potência.

É na *escuta* que acontece o vínculo, que, por sua vez, requer um investimento, do tempo próprio da relação, que contraria o tempo de produção da lógica instituída, mas onde mora oportunidades de efetivar um cuidado e a proteção social pautados nessa ética.

Para dar relevo à interdisciplinaridade, Japiassu (1976, citado por Pereira, 2014) analisa sobre como as especializações, nos mais variados campos do saber, foram tornando-se um sintoma, que ele chamou de “patologia do saber”. Está relacionada à carência posta no campo do conhecimento, tomado pelas infinitas fragmentações, que, quando não dialogam, incorrem no risco de tornarem-se determinísticas. Dessa maneira, ao experimentar o movimento da interdisciplinaridade no campo da prática profissional das instituições pelas quais percorremos, brotou o desejo de percorrer essa trilha, em particular, na pesquisa.

A interlocução dialética que se alastra ao longo do texto conta sobre a singularidade interdisciplinar, que se efetiva na partilha, com a premissa da construção, evitando a departamentalização e disputa dos saberes, como corrobora Rosa e Domingues (2010):

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político, não lhe cabe a pretensão de esgotar, por si só, o fenômeno: cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais (p. 8).

Nesse desfecho, cabe considerar que a repercussão da questão social na subjetividade se apresenta nas dimensões objetivas e subjetivas nesse cenário, e estão, intimamente, intrincadas, considerando tanto a construção histórica e social que precede esse lugar. Em harmonia, partindo do campo subjetivo, há que observar questões do inconsciente também abarcadas, ora do sujeito, ora das heranças psíquicas inter/transgeracionais.

Nessa trilha interdisciplinar, o *locus* institucional imbuído do discurso de promoção de direitos, autonomia e justiça social, muito revela sobre contradições, desafios e possibilidades, e, com isso, uma indagação disparadora: de que lugar é pensada a subjetividade na escuta das demandas, no planejamento e alcance social das ações envolvidas nesse processo?

No diálogo com a poesia de Mia Couto (2015): “a vida se faz como uma corda. É preciso trançá-la até não distinguirmos os fios dos dedos” (p.13). Assim tecemos nosso caminho interdisciplinar, preservando nossa identidade, nossas raízes, que olham o contexto social a partir da produção social da existência em um contexto de dominação e exploração, observando o que dela nos faz singular como profissão interventiva, na materialidade da vida cotidiana, ao passo que nos abrimos para a possibilidade de ser tomado pelo que é do outro, seja a teoria, a relação transferencial, a história de vida e os afetos.

Portanto, aqui se inscreve o convite para navegar por territórios confluentes, que foram constituindo um jeito único de pesquisar, dialogar e olhar para o fenômeno da mulher na matrifocalidade e na situação de violências, partindo do encontro interdisciplinar, que dá origem a toda construção a seguir.

1.2 A compreensão do locus institucional e desafios para a escuta interdisciplinar do sujeito

A temática da mulher, quando analisada a partir da lógica institucional, reporta, muitas vezes, a um quadro no qual as instituições que compõem a rede de cuidados, proteção social e garantia de direitos, acabam sofrendo do mal que pretendem cuidar, tratar ou prevenir. Essa

afirmação pode ser articulada à análise de Mello (2012), que, embora aponte a Lei Maria da Penha como inegável e valioso avanço no campo do gênero, ainda revela crença no direito penal, quando o aspecto punitivo o mais efetivo da lei, mesmo após mais de uma década de sua implementação.

Ao dialogar com Baremlitt (1994), na perspectiva do Movimento Institucionalista⁸, evidencia-se que, a partir das transformações sociais peculiares da sociedade atual, - circunscrita na lógica industrial, capitalista e tecnológica, - embora tenha alcançado consideráveis avanços, por meio da vasta produção de conhecimentos de distintas áreas, sucederam também inegáveis prejuízos, tais como a divisão e segregação social estabelecida a partir de um suposto saber, a substituição do saber popular pelo saber técnico, acadêmico e teórico (este segundo delimitado a uma pequena parcela da sociedade), situação em que também se reproduzem as relações de dominação e exploração como parte de um mecanismo do perverso sistema capitalista de produção.

A subordinação de um saber popular ao científico retrata um dos vários vestígios do modo de funcionamento capitalista, que se funda e se sustenta pela produção e reprodução de quaisquer coisas que possam tornar-se mercadorias, inclusive o conhecimento, explicando, assim, a divisão sociotécnica do trabalho e suas infundáveis precarizantes especializações. Baptista (2001) corrobora a reflexão ao pontuar que:

O lócus onde a prática profissional cotidiana, sob o vínculo empregatício e assalariada ocorre predominantemente é o das instituições. Ali, no “todo dia” do trabalho, o sujeito se depara com atividades normatizadas, técnico-burocráticas, onde, via de regra, a preocupação está mais voltada para a produção quantitativa, de aparência imediata, que para resultados qualitativos e duradouros. [...] a instituição tem o monopólio do objeto e dos recursos institucionais, e é ela que define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe em relação a ele, por outro lado, é o modo particular, subjetivo, como profissional que elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do seu trabalho. [...] contudo, não se pode esquecer que esse processo constitutivo ocorre imbricado em um contexto sócio-histórico de relações complexas como o modo de produção dominante. (p.112,113)

Compreende-se que o advento capitalista é a gênese de onde se parte para pensar a práxis do Serviço Social nas instituições, mas também dá o tom das relações de poder que se estabelecem e marcam a história do sujeito. A partir daí, os dois objetivos centrais do institucionalismo contribuem

⁸ O Movimento Institucionalista é um conjunto heterogêneo, heterológico e polimorfo de orientações [...] sua aspiração é deflagrar, apoiar, e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais (Baremlitt, 1994, p.11).

para a construção de uma reflexão crítica no sentido de repensar a prática profissional nessas instituições. Trata-se da autoanálise e autogestão, que consistem em processos diferentes, porém, simultâneos, concomitantes e articulados, nos quais a própria comunidade é protagonista de seus problemas, demandas, recursos, produção de saber e compreensão (Baremblytt, 1994).

Apesar do opressor contexto institucional, tal movimento ampara-nos como estratégia de resistência, para um pensar-fazer despido de preconceitos e estigmas, que estão histórica e culturalmente impregnados nas instituições. Novas práticas e olhares que, de fato, se comprometam com afirmação de direitos, a inclusão, acesso e participação daqueles que, muitas vezes, não têm voz, espaço e acolhida.

Nesses ensaios, o diálogo entre o Serviço Social e as premissas psicanalíticas compreende uma invenção concebida pelo desejo e objetivo de escutar as mulheres em face do fenômeno social da matrifocalidade, e atravessamentos da violência, a partir de uma perspectiva abrangente, com vistas a compreender as dinâmicas e complexas transformações societárias.

As novas possibilidades que se inauguram, a partir da convergência dialética desses campos do saber, embora com distinção de objeto e suas especificidades, contemplam esferas objetivas e subjetivas do palco familiar, onde se revela uma trama de histórias e heranças, com elementos do público e do privado, do individual e da cultura, do material, social e psíquico. Nessa perspectiva, se concebe um novo lugar, de grande potência, onde há o espaço para o acolhimento, *escuta*, *vínculo* e empoderamento daqueles que vivem às margens da sociedade, e, amiúde, dos direitos fundamentais.

As articulações que se pretendem construir neste trabalho assumem o sentido que Baremblytt (1994) vai chamar de *instituinte*, em prol da afirmação de direitos. O conceito supõe forças produtivas que tendem a transformar as instituições, – em avanço àquilo que já fora instituído, – porém, não atende às demandas sociais multifacetadas. O autor enfatiza:

Então, é importante saber que para a vida social, entendida como o processo em permanente transformação que deve tender ao aperfeiçoamento, que deve visar a maior felicidade, a maior realização, a maior saúde, a maior criatividade de todos os membros, essa vida só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações, quando nessas instituições e organizações a relação e a

dialética existentes entre o instuinte e o instituído, entre o organizante e o organizado (processo de institucionalização-organização) se mantém permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas (Baremlitt, 1994, p.33).

Nesse âmbito, o autor ainda ressalta que os elementos mencionados fazem parte de um sistema que compõe a instituição, e que, não raras vezes, coloca-se a serviço da ordem social conservadora e excludente, em uma velha cena que se repete e perpetua, em um contexto de grandes transformações sociais e desmontes, que pode ser claramente observada no Brasil pós-golpe de 2016, e seus copiosos retrocessos. Portanto, nesse contexto, invocamos o seu contrário, a força *instuinte* criativa, vislumbrando avanços democráticos e sociais.

Assim, a articulação que acontece com vistas à superação da incoerência, caracterizada pelo criativo, pelo novo, recebe o nome de transversalidade (Baremlitt, 1994); que, de alguma maneira, fala de um movimento subversivo à ordem, montagens e arranjos alternativos e coerentes com um plano que abarca condições mínimas e viabilizadoras de uma sociedade menos desigual.

E, muito embora, as políticas públicas intersetoriais ampliaram, consideravelmente, o acesso nos últimos anos, *o instituído* conservador, resgatando Baremlitt (1994), coloca-se como um desafio constante neste cenário. Considerando, especialmente, o momento atual, ressalta-se que o cenário político e econômico, no Brasil e no mundo, – graças à globalização e as mudanças no padrão de acumulação flexível, – padece de significativos desmontes nos direitos, investimentos e ações afirmativas, voltados às minorias vulneráveis, bem como, sofre de uma ofensiva reacionária e uma reatualização conservadora, que, em diversos cantos do mundo, endereçada aos grupos vulnerabilizados, evoca estratégias preconceituosas, controladoras, fascistas e excludentes.

O mencionado e atual período retrata um movimento global, em diversos lugares do mundo, encabeçado por grupos econômicos – e a internacionalização do capital - que representam ideias coercitivas, homofóbicas, misóginas, higienistas, negativas de toda alteridade, e pactuadas com a reprodução do capital a partir da exploração (Brum, 2016).

Em exemplo disso, no atual governo federal no Brasil, empossado a partir de um golpe midiático-jurídico atrelado aos interesses conservadores e capitalistas, algumas das primeiras

ações foram extinguir Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como propor reformas precarizantes da Educação; do Trabalho, da Cultura; dentre outras.

A ideologia, valores e argumentos que sustentam essa visão discrepante, negam por completo a dívida histórica com as minorias invisíveis; negam escravidão, a colonização, a ditadura, o processo de globalização do capital sob a lógica de exploração, opressão, dominação, exclusão e violência contra negros, mulheres, crianças, dentre outros. Com isso, negam também as políticas, direitos, investimentos e ações afirmativas voltadas às pessoas em questão.

Nesse prisma, as ações de precarização das políticas públicas fundamentais, ora adotadas pelo atual (des)governo brasileiro, desdobrar-se-ão em incontáveis prejuízos para aqueles que são explorados na sua força de trabalho, e possuem suas vidas, corpos, comportamentos e crenças regulados pelo aparelhamento ideológico do Estado, – instituição que monopoliza o suposto controle dos impulsos destrutivos do homem, mas que tem se mostrado ineficaz e incapaz de conciliar a “trégua” sustentável na vida em uma sociedade copiosamente desigual (Enriquez, 1990).

Esse contexto revela não somente a derrocada da função social do Estado, mas, sobretudo, da condição de aliado aos grupos dominantes em prol da reprodução capitalista, fazendo-nos deparar, nitidamente, com um dos limites preponderantes e impeditivos da construção de uma sociedade emancipada, mais justa e menos desigual.

Em consonância à construção dessa crítica, corroboram os pensamentos dos autores, Freud (1930/1996a), em seu texto *Mal-estar na civilização*, e Eugene Enriquez (1990), em sua obra *Da Horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*, ambas destacam a dominação de uns sobre os outros, em que há negação e a intolerância da alteridade, as quais são endereçadas à agressividade instintiva da condição humana na sua forma destrutiva.

Dessa maneira, os enunciados psicanalíticos inauguram – no contexto desta pesquisa -, no campo da Teoria Social Crítica, fundante dos referenciais teóricos e metodológicos do Serviço Social, o *instituinte*, na sua vertente progressista, força criativa de movimento, de reinvenção-reafirmação, ao analisar a própria prática na instituição a qual a Assistente Social está inserido, e

que, não raramente, se depara com os *instituídos* conservadores paralisantes, deflagradores da reprodução da manutenção excludente (Barembblitt, 1994).

A dialética que se esculpe entre premissas da psicanálise e a Teoria Social Crítica permite uma compreensão ampla e aprofundada dos fenômenos que se apresentam na cena social das famílias matrifocais em situação de violência a partir do pensamento crítico e psicanalítico, questionando a ordem na raiz do ser social, que toma em consideração o trabalho.

A partir da crítica e do pensar psicanalítico acerca do contexto social em questão, considerando, além dos elementos contemplados na luta de classes, raça/etnia e gênero, pretende-se avançar-nos na compreensão da condição humana, ou seja, a subjetividade, analisada de um lugar mais singular e subjetivo, que marca, de forma importante, a constituição e permanência de uma sociedade desigual. E que, não se separa de outros complexos, considerando como parte dessa condição humana, a capacidade dos seres sociais transformarem a natureza e as relações sociais.

Segundo Vasconcelos (2002), em sua obra *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar*, pesquisar é atentar para outros olhares, desviar daquilo que é ordinário, mas também do que se apresente circunstancial em demasia, no sentido de abarcar a diversidade e as multifacetadas da contemporaneidade. Faz-se indispensável construir um genuíno embasamento teórico, mas, ao mesmo tempo, dialogar e reciprocamente produzir trocas entre os campos do saber. É esse o ensejo que as premissas psicanalíticas inauguram no campo social, o da invenção de novos olhares e fazeres.

Dito isso, as premissas da teoria psicanalítica, quando atribuídas à leitura social crítica, consideradas na conjuntura de pesquisa interdisciplinar, fazem aflorar promessas de novas formas de se olhar e compreender o fenômeno social da mulher na matrifocalidade e em situação de violência, nesse contexto social de transformações societárias. Partimos do alicerce teórico que coloca o *locus* institucional como um recorte da arena de conflitos e das angústias que mobilizam a pesquisa, no sentido de corroborar no processo de repensar-desconstruir-construir as práticas profissionais nas instituições.

Portanto, após delinear o percurso teórico, a partir do alicerce interdisciplinar ora esboçado, contando da motivação original da pesquisa e dos caminhos percorridos até aqui, adentrar-se-á, no próximo capítulo, em outro território primordial para pensar nosso sujeito, a mulher, em todo caso, fazendo aproximações possíveis com os enunciados psicanalíticos.

CAPÍTULO 2 – O SONHO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA: ENTRE A RADICALIDADE E A VITIMIZAÇÃO

[...] Deus é Mãe / E todas as ciências femininas / A poesia, as rimas / Querem o seu colo de madona / A poesia, as rimas querem o seu colo de madona / Pegar carona nesse seu calor divino / Transforma qualquer homem em menino / Ser pedra bruta nesse seu colar de braços / Amacia dureza dos fatos / Deus é Mulher/ Deus há de ser / Deus há de entender / Deus há de querer / Que tudo vá para melhor / Se for mulher Deus-há-de-ser / Deus-há-de-ser Fêmea / Deus-há-de-se Fina / Deus-há-de-ser Linda / Deus-há de Ser / Deusa / Deus é Mãe (Elza Soares, 2018)

Nos últimos anos, assistimos à crescente efervescência de movimentos sociais, com novas configurações e diversificações, também em seu próprio interior. A questão de gênero tem protagonizado grande parte desses movimentos, e, mais especificamente, no campo da mulher, foram reeditadas algumas pautas, e acrescentadas outras novas, inclusive a sororidade⁹, tão em voga nos tempos atuais.

As raízes do capitalismo patriarcal são tão profundas e emaranhadas, que, à medida que se avança no campo dos direitos e inclusão do “segmento feminista”¹⁰, como foram as primeiras reivindicações (trabalhadas com mais ênfase no item 3.2), no tocante ao voto feminino, às condições de trabalho, à questão da violência, pouco se avançou na reciprocidade dos polos entre o espaço público e o privado, em outras palavras, a demanda para o homem na lida com a casa, os filhos, a domesticidade, embora exista, é remota, comparada à mulher. Isso revela uma contradição, que, apesar dos importantíssimos avanços, também se constrói, simultaneamente, uma nova configuração de papéis sociais, e, com eles, um inchaço das tarefas, “supostamente”, femininas. Ampliando assim, o enfrentamento da exploração da mulher para além do âmbito doméstico.

Nesse sentido, o primeiro capítulo da pesquisa constitui o pano de fundo, de caráter

⁹ Segundo Costa (2009), é uma estratégia de solidarização mútua no movimento feminista: “É entender que nós mulheres sofremos discriminações e violências que são determinadas nessa sociedade pelo nosso sexo (algo que não é só um dado biológico, mas também construção social, histórica e cultural). Diante disso, temos que nos solidarizarmos umas com as outras e nos unirmos para fazer frente ao machismo de forma coletiva”. (p.14)

¹⁰ Movimento feminista, definido por duas das principais precursoras do movimento: “O feminismo é um movimento social e político que começou formalmente no final do século XVIII e que pressupõe a tomada de consciência das mulheres como um grupo ou coletivo humano, da opressão, dominação e exploração a que foram e são submetidas por parte do grupo de homens, no seio do patriarcado em suas diversas fases históricas de modelo de produção, o que as move à ação para a liberação de seu sexo, com todas as transformações na sociedade que aquela exige” [...] é um movimento organizado, que parte da existência de discriminação contra as mulheres e que envolve uma transformação social. [...] também situa a luta das mulheres no contexto do patriarcado e marca o século XVIII, com o Iluminismo, como o ponto de partida do mesmo. (SAU, 2000, p.121). Miriam Nobre (2002) afirma que “a teoria feminista tem o propósito de criar instrumentos para transformar a sociedade e combater as desigualdades.” (p.15).

interdisciplinar da narrativa a seguir, que servirá de sustentação às sucessivas articulações teóricas que se pretendem percorrer na construção deste trabalho.

Ao inaugurar “o sonho da *emancipação feminina*”, termo que abarca em si os significados de autonomia e liberdade, aliado à questão do gênero, se tratará não apenas dos percursos singulares de cada mulher, sujeito desta pesquisa, mas também, do desafiador itinerário de ser ou tornar-se mulher¹¹ na construção histórica e social do Brasil (Beauvoir, 1970).

Na medida em que se constitui a sociedade contemporânea, na qual as relações, corpos e funções moldam-se, cada vez mais reguladas pelo Estado e seu aparelhamento ideológico, também se atribuem papéis sociais sob uma lógica patriarcal, criando vieses dentro da própria conjuntura da exploração, espaço no qual a mulher, – historicamente, no Brasil, – assume um lugar subalternizado, cujos mecanismos atendem à perversa lógica da produção capitalista (Cisne, 2004).

Assim, ao perpassar pelos registros históricos brasileiros, em que uma sociedade, desigualmente fundada, baseada na exploração e impregnada com marcas de regimes escravagistas, ditatoriais, violentos e excludentes, a mulher, além da singularidade de sua história, compõe o coletivo dos grupos socialmente vulnerabilizados, em que negros, índios, retirantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros, foram, factualmente, relegados às margens da sociedade (Yasbek, 2009).

Esse *modus operandi*, expresso nas relações de poder que se estabelecem na sociedade, revelam algo para além do que está posto na lógica de luta de classes e exploração, mas da própria fundação da família monogâmica patriarcal, baseada nos interesses da propriedade privada, em última instância, às transformações ocorridas no mundo da produção. Na medida em que se acumulava riqueza, se agregava mais importância ao homem em detrimento da mulher, eram apenas os primeiros passos do delineamento das relações de poder, que se estabeleceriam sob a lógica do patriarcado, detalhadamente, narradas na obra de Engels (1995).

¹¹ Segundo a autora, em sua célebre obra, *O Segundo Sexo*, considerada um clássico das teorias feministas, a mulher torna-se mulher, não se nasce mulher. Passando pela construção social e cultural, que, enraizada em valores patriarcais, atribui uma identidade à mulher, ligada a um lugar de subserviência e submissão aos ditames de um mundo “masculino” (Beauvoir, 1970).

As relações sociais e intersubjetivas construídas nesse enredo de vicissitudes abrangem também um aspecto da ordem do inconsciente, a transmissão psíquica entre gerações, que compõe a civilização humana desde os primórdios, pela transmissão inter e transgeracional de valores, hábitos, costumes, traumas, dentre outros (Correa, 2003).

De acordo com a teoria marxista¹², em que, antes prevalecia o mais forte, com o avanço do capitalismo, triunfa aquele que possui, toma posse e invade o território, detendo, assim, os meios de produção, a exploração desenfreada do meio ambiente e da vida humana, em prol da acumulação de capital, e, com ele, sua mais cara essência, o poder (Marx, 1999).

Nessa perversa lógica, a mulher encarna e é encarnada por uma identidade atribuída, composta por multifacetados papéis e funções sociais, consorciados aos ditames da organização e evolução de uma sociedade patriarcal, que se perpetua até os dias atuais. Dentre as diversas personagens que a mulher protagoniza, crescente e significativamente, destaca-se a chefia de núcleos familiares e suas inúmeras implicações a partir daí (Priore, 1994).

Seguindo essa articulação, cabe ressaltar que o próprio Serviço Social revela uma face importante do contexto de gênero, já que, tradicionalmente, foi considerada uma profissão de mulheres e para mulheres¹³, haja vista o ranço da caridade praticada pelo primeiro damismo da sociedade, e, ainda, nos dias atuais, a esmagadora maioria de profissionais e destinatárias das intervenções são mulheres. Tal fato se torna claro quando observados os serviços sociais ofertados pelas políticas públicas de Saúde e Assistência Social, que reforçam sua centralidade e endereçamento das intervenções à figura da mulher (Cisne, 2004).

¹² A teoria social de Marx foi desenvolvida no século XIX, no momento em que se inaugurou um programa sócio-cultural, a modernidade, que tinha como princípio a potencialização da produção social e o livre desenvolvimento dos indivíduos sociais, cujo programa foi criado a partir da Razão Moderna, com base no movimento da Ilustração e quando ocorre, nesse mesmo século, o que Georg Lukács, *Marxismo e teoria da literatura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 50 denomina de “decadência ideológica do pensamento burguês”. [...] o método da teoria de Marx persegue a compreensão da sociedade burguesa numa perspectiva de totalidade, Ianni interpreta que “parte da preliminar de que a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada (...). Na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados daí (...) [o] percurso contínuo entre o (...) que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, (...) o singular e o universal.” (MATHIS E SANTANA, 2009, p.2, 10).

¹³ Parafraseando a frase da dissertação de mestrado de Mirla Cisne, importante autora do Serviço Social, sobre a discussão de gênero, cujo trabalho foi intitulado: *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica na categoria gênero na histórica “feminização” da profissão* (2004).

É fato que, no desenrolar do desenvolvimento da sociedade, foram construindo-se papéis sociais baseados nos gêneros, de modo que é possível observar uma predominância no cuidar, como no exemplo acima, como feminino, e no punir, em exemplo da polícia, como masculino. A construção desse trânsito de papéis pode ser perigosa, quando utilizada para cambiar as funções que abarcam tais papéis, uma amostra disso é quando a masculinização da Assistência é utilizada para perpetrar uma lógica punitiva (Vale, 2017).

Destarte, se pensarmos esse trânsito, na organização dos núcleos familiares matrifocais, que, primordialmente, nos interessa aqui, pode combinar um emaranhado de papéis, funções e posições da mulher, e do homem também, ainda que pela ausência. Essa teia continua a produzir ressonâncias, considerando a ausência parcial ou efetiva da figura paterna, e não raramente, também, do Estado e sua suposta segurança, proteção social e cuidado. O contexto pode tornar-se mais complexo ainda, se atribuído o atravessamento da violência, que será trabalhado de forma mais específica no capítulo terceiro.

Na trilha de considerações como essa, e em atenção ao crescente número de famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, que apresentou um aumento de 18% entre 1995 e 2015 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2015), interessa esse recorte específico da análise, compreendendo um fenômeno social, em constante crescimento, e cuja trajetória e repetição carecem de compreensão interdisciplinar.

Portanto, destacaremos memórias e evidências, do período colonial ao republicano, que, ao longo da história, compõe a construção de práticas e discursos patriarcais. Essa investida se dá no sentido de conhecer-interpretar-intervir-transformar, características do Serviço Social, que, por sua vez, se põe nas trincheiras das lutas sociais, empoderado da sororidade feminista, como uma estratégia de enfrentamento para evitar “atropelos” e a reacendência de conservadorismos no interior da profissão.

Cabe-nos conhecer a história, para, mais tarde, escutar mulheres que, além de “chefearem” o núcleo familiar, atravessarem situações de violências, “tornaram-se mulheres” a duras penas, ao

passo que também, em que nos importará seu protagonismo, estratégias de sobrevivência e resistência nessa sociedade. Vejamos o que a história pode nos contar a esse respeito.

2.1 Trajetória histórica e social da mulher no Brasil

[...]eu queria escrever a palavra brasil / mas a caneta / num ato de legítima revolta / feito quem se cansa / de narrar sempre a mesma trajetória / me disse “PARA / e VOLTA / pro começo da frase / do livro / da história / volta pra cabral e as cruces lusitanas / e se pergunte / DA ONDE VEM ESSE NOME?” / palavra-mercadoria / brasil / PAU-BRASIL / o pau-branco hegemônico / enfiado à torto e à direto / suposto direito / de violar mulheres / o pau-a-pique / o pau-de-arara / o pau-de-araque / o pau-de-sebo / o pau-de-selfie / o pau-de-fogo / o pau-de-fita / O PAU / face e orgulho nacional / A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO / matas virgens / virgens mortas / A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO (Dia 1. Nome Completo, Sangria, Luiza Romão, 2017)

As raízes históricas do país desvelam a força da sociedade patriarcal brasileira (com marcas e mitos escravagistas e colonizadores). Se esculpe, desde os tempos remotos, a construção do lugar da mulher nesse contexto, bem como a regulação dos respectivos papéis, funções e corpos, ditados pelas instituições que vão, transitoriamente, associando os poderes, – a Casa-grande, a metrópole, a aristocracia fundiária, a Igreja, o Estado, a família, – reforçando um lugar de submissão e desigualdade, pautados na lógica da exploração/dominação/alienação.

Mary Del Priore (1994), na singular obra, *A mulher na História do Brasil*, inaugura um momento de discussão e de revisão de paradigmas, inclusive no meio intelectual, que antes também pertencia, majoritariamente, aos historiadores. Ela engendra sua investigação com a sensibilidade e propriedade de uma mulher, também historiadora. Nessa construção, a autora descortina o lugar de vitimização e das relações de poder que se estabelecem nesse complexo cenário:

Melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como se articulavam à sua subordinação e resistência. O estudo dos discursos normativos sobre a mulher deve ser estimulado quando levar em conta às práticas sociais, do contrário, tendo no homem o sujeito das falas, e a mulher seu objeto, corre-se o risco de fazer um retrato fora de foco do segmento feminino (p.13).

É também sobre esse olhar que, particularmente, interessa este trabalho. Aproximando concepções teóricas de campos distintos, que, a partir do resgate histórico, funda-se na desconstrução da falácia subalternizada da mulher. “Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-

se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada, e reexaminar o discurso mais repetido” (Priore, 1994).

Nesse cenário, os postulados psicanalíticos se constituem potentes aliados, quando, nesse contexto, consideram a mulher como um sujeito desejante, implicada na sua trajetória, na ocupação (ou não) de um lugar social, e “autônoma” em seu desejo (Belém, 2000).

Considerar-se-á a cena social como “pano de fundo” histórico, econômico e cultural, marcada pela concentração de riquezas, em especial, pela propriedade privada, que dariam origem às práticas de dominação e subjugação da mulher, uma vez que elas seriam garantidoras da transmissão desses patrimônios e riquezas (Engels, 1995).

A partir daí, delinear-se-iam à luta de classes, a divisão sexual do trabalho e desigualdade entre os gêneros, cujo aspecto não tomamos como determinista, mas sim como determinações sociais, concretamente impostos para a produção social da existência (Netto, 2006). Compõe cena maior, como um elemento fundamental para a análise, na complexa trama acerca do sujeito mulher.

Navegar nesses horizontes implica em admitir o movimento como marca constitutiva deste trabalho, que, com pausas, hiatos, interrupções e afluências. Eis que contradição é o registro primordial do Serviço Social, de modo que, aqui, possibilita também a aproximação de diversos olhares e compreensões, traduzindo vestígios dos deslocamentos, entre um campo e outro, entre o passado histórico e as cenas atuais.

Nesse ensejo dialético, resgata-se o discurso moralizador dos corpos, como um vigoroso mecanismo de alienação da mulher¹⁴. Há mais de meio século, no início (oficial) do Brasil colonial, orquestrada pela difusão da supremacia católica e a imbricada instituição do modelo agrário-escravocrata de sociedade, se colocava uma encruzilhada: por um lado, a necessidade de controle do corpo feminino através da corporificação da “santa mãe”, e de outro, os discursos marcados pela sensualidade e exotividade da mulher brasileira, “tipo exportação” (Belém, 2000).

Esse último lugar, reservado às mulheres pobres, em sua esmagadora maioria, negras e índias, que enfrentavam a dura realidade econômica e social, – realidade que reverbera até os dias

¹⁴ Notem-se as pautas acerca da descriminalização do aborto e direitos reprodutivos.

atuais; enquanto o primeiro lugar, este puro e casto, se resguardava às mulheres da elite. É inadiável recuperar, aqui, a indissociabilidade do aspecto de classes, que se revela, a cada passo, na construção deste trabalho.

Ainda reafirmamos o intento da desconstrução das polarizações, no entanto, não podemos nos furtar a assinalar a relação conflitiva de classe. Convocamos a poesia de Mia, para ajudar-nos na leitura da desigualdade de classes, que, dentro de um contexto maior da exclusão das mulheres, no qual a pobreza realçará sempre a camada mais vulnerável. “A diferença entre a Guerra e a Paz é a seguinte: na Guerra, os pobres são os primeiros a serem mortos; na Paz, os pobres são os primeiros a morrer. Para nós, mulheres, há ainda uma outra diferença: na Guerra, passamos a ser violadas por quem não conhecemos” (Mia Couto, 2015, s/p).

Sob o intenso controle da Igreja católica, no século XVIII, no Brasil colonizado, delineava-se à sombra dos moldes do comportamento, a regulação dos corpos e prazeres femininos (Priore, 1994). Aqui, ficam mais claras as facetas assumidas pelas mulheres, a cada Maria era reservado um “destino”, inevitavelmente, são remetidas às visões polarizadas. Enquanto caracteriza-se o arquétipo da boa e santa *Maria*, que reflete a mulher “de família”, serva, subordinada aos desejos do marido, - que a possui, - segue obediente aos ditames patriarcais. Biblicamente, as mulheres eram relegadas à mesma condição de outras propriedades, tais como os animais, vacas, cabras.

Ao passo que a outra *Maria*, a *Madalena*, remete à imagem da mulher pecaminosa, “filha de Eva”, que, entregue aos prazeres da carne e desejos mundanos, habita o imaginário estrangeiro “do paraíso brasileiro, da possibilidade de sexo sem freios, o mais exótico-erótico produto da terra” (Belém, 2000). Em outra versão, objetificada.

Tais marcas, na historicidade, se reproduzem desde o período colonial brasileiro até os jargões atuais, como alguns repetem: “o país que tem carnaval o ano inteiro, mulatas sensuais, lindas paisagens, povo acolhedor”, enquanto camufla uma guerra civil cotidiana nas periferias das grandes metrópoles, no campo, em que a esmagadora maioria prejudicada são os mesmos povos do início da colonização, negros, pobres, indígenas, mulheres, crianças: a população intencionalmente

invisibilizada.

Embora esse atravessamento nos seja fundamental e indispensável à nossa análise, perpetrar-se-á um esforço para desconstruir as imagens femininas que conduzem à polarização, ricas e pobres, brancas e negras, considerando uma unidade feminina, esse movimento requer que deixemos emergir memórias, registros e tensionamentos entre os papéis designados ao masculino ou feminino, com vistas a compreender conflitos e complementaridades, uma vez que a constituição do sujeito mulher não se processa em um extremo ou no outro, mas no trânsito entre eles (Priore, 1994).

Ao falar *das Marias*, pensando nessa construção histórica e social, marca-se a divisão sexual de classes, a partir das práticas de dominação e subjugação dirigidas às mulheres. Aspecto social, inclusive considerado por Freud (1931/1996b), em seu texto *Sobre a Sexualidade Feminina*, em que reconhece a forte influência do contexto social para a constituição da sexualidade feminina.

Partindo dessa análise de *Freud* (1931/1996b), e considerando a polarização ilustrada (ao articular com o conceito de herança psíquica inter e transgeracional, associado ao constituir-se mulher no Brasil), tropeça-se na ambivalência em que coabitam dois 'mandatos psíquicos' conflitantes: “Seja santa e seja puta! ..é ao mesmo tempo 'vestir-se' de puta e interditar os próprios desejos em nome da pureza e da castidade” (Belém, 2000, p.33).

Uma vez consorciado 'o perigo diabólico' à sexualidade feminina, múltiplos eram os esforços para sua interdição, – fossem pelas leis do Estado e da Igreja, pela vigilância dos homens da família, – destinados às mulheres da elite, que seriam o esteio da família tradicional (Araújo, 1997). Nessa perspectiva, se fundava o terreno fértil para a fundação da família de tradição patriarcal, acatando os moldes civis e eclesiásticos, que revelando-se como um dispositivo de controle social, favorecedor do funcionamento de exploração de uma classe sobre a outra, um sexo sobre o outro, com raízes no passado e resquícios atuais.

Como retrata o clássico *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (2003), ainda tão atual nas intransponíveis capitâneas hereditárias brasileiras e nas urbanizadas senzalas contemporâneas:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro-de-boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater famílias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). (p.36)

Entre golpes, cicatrizes, senzalas, colonizações, ia constituindo-se um mandato psíquico geracional, bem como o arquétipo das relações intersubjetivas, moldando-se à lógica de produção.

Corroboram Priore e Venâncio (2010):

No centro de sua família, o senhor de engenho devia irradiar autoridade, respeito e ação. Sob seu comando dobravam-se filhos, parentes pobres, irmãos, bastardos, afilhados, agregados e escravos. Uma esposa, às vezes bem mais jovem, movia-se a sua sombra. Ela vivia para gerar filhos, desenvolvendo também uma atividade doméstica – costura, doçaria, bordados – alternada com práticas de devoção piedosa. Na ausência do senhor, contudo, assumia as responsabilidades de trabalho com vigor igual ao do marido. Sua família era a formulação exterior de uma sociedade, mas não o domínio do prazer sexual. A possibilidade de se servirem de escravas criou no mundo dos senhores uma divisão racial do sexo. A esposa branca era a dona de casa, a mãe dos filhos. A indígena, e depois a negra e a mulata, o território do prazer. (p.34)

Assim, a família patriarcal encarnava o cruzamento de retirantes, escravos e nativos nas mais diversas nuances de relação de poder, com a fusão de todas essas culturas, tradições e heranças geracionais, considerando, ainda, um fator preponderante da extensão geográfica do Brasil, e toda a pluralidade que nela habita (Freyre, 2003). Esse modelo patriarcal de família perpetuou por, aproximadamente, quatro séculos no país, forjando uma colonizada-mestiça singularidade. Nesses longos anos, as posições sociais da mulher vão assumindo as mais variadas matizes.

Em uma constante de ambivalência entre tonalidades possíveis frente à organização social, e outras, no próprio movimento singular de sujeito individual e sujeito coletivo, misturavam-se marcas escravocratas do período colonial, a criar uma identidade particular brasileira com elementos do novo e de velho, com uma premissa comum, a exploração (Belém, 2000).

Nesse avesso de colonização escravocrata, sobras da realeza e formação da sociedade capitalista brasileira, uma herança manter-se-ia intacta, o “gosto pelo controle”, - expressos no “mandonismo” e coronelismo, ainda tão vigentes em alguns territórios. Esse controle extrapolaria a domesticidade e o endereçamento às mulheres, escravos e parentela empobrecida, uma vez que

seria lançado ao espaço público. Quando, na sociedade capitalista tardia, na qual se tornariam evidentes esses registros e heranças psíquica e cultural, conceberiam os parâmetros para a organização política, social e familiar do Brasil. (Freyre, 2003; Vale, 2017). Nesse sentido a formação social brasileira e a consolidação do capitalismo refletem essa desordem, como conceitua Ianni (1992, citado por Behring e Boschetti, 2011):

Por fim, um conceito orientador da análise do Brasil, é o de desigualdade social e combinado, segundo o qual este se configura como “uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas. (p. 72)

Priore (2011) chama esse período de “século hipócrita”, na obra *Histórias íntimas sexualidade e erotismo na história do Brasil*, já que o século XIX, uma vez que a colonização e a industrialização, dentre os entrecruzamentos já mencionados, para a mulher, significou, em diferentes moldes, a ocupação do território corpo, real e simbólico. Os alarmantes registros da discriminação entre as mulheres pobres da colônia, que recorrem à prostituição como forma de sobrevivência próprias e de suas famílias, em face à “respeitada” meretriz de ofício, quase que entretenedoras, feitoras de diversão, herança que se arrastará para o período de industrialização.

Mais uma vez, em formas distintas de aprisionamento, confundem-se posições e polarizam aquelas merecedoras ou não de “alguma dignidade”. Cabe retomar que a dicotomia entre classes caminha, sincronicamente, com a questão de gênero, e a marca da contradição, já que o cenário acima relatado remete ao ideal da família burguesa e ao lugar que a mulher ocupa nessa dinâmica. Quando se volta o olhar para a mulher pobre, além das atividades domésticas, rurais, impostas pelo modelo burguês, essa, desde sempre, participa também do trabalho produtivo, tendo sua mão-de-obra explorada, desigualmente, dos homens, especialmente dos brancos (Priore, 1994).

Para corroborar a explanação, retoma-se, novamente, o estudo do IPEA (2015), que, realizado longitudinalmente, no final do século XX e século XXI, evidencia que entre os avanços das tecnologias e discussões sobre direitos humanos e sociais, esses lugares díspares mantêm a mesma estrutura, “a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é

ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras” (p. 2).

Daí a relevância do atravessamento da raça/etnia nessa construção histórica, para além da leitura de classes, uma vez que as realidades, no viés da dominação masculina, ramifica-se em várias facetas. Como dito na contracapa da obra *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, (Venturi, Recamán, & Oliveira, 2004, s/p) “...mais que a mulher brasileira, existem mulheres brasileiras, oriundas de – e vivendo em realidades sociais bastante distintas, herdeiras de quinhões muito desiguais de recursos materiais e simbólicos”.

É importante não perder de vista essa lente (inspirada em Galeano), que permite olhar, macroscopicamente, a conjuntura tão complexa das mulheres, especialmente, no Brasil, que aponta a complexidade nas entrelinhas da desigualdade, passando pela questão de gênero, de classes e raças/etnias. Na perspectiva microscópica, atenta-se para o singular de cada realidade, como cada um vai se construindo sujeito. Afinal as múltiplas realidades que nos remetem à leitura de conjuntura, na sua face singular, os recursos materiais e simbólicos revelam-se diferenciados, cuja direção da singularidade e universalidade pressupõe uma unidade contraditória, que se afetam mutuamente, produzindo a transformação de ambas (Lukács, 1967).

Portanto, se faz relevante destacar esse percurso histórico, especificamente, até o século XXI, quanto ao enraizamento dos lugares e posições que a mulher ocupa frente às transformações sociais, e que, mais tarde, tornar-se-ia a “feminização da pobreza”. Essa circunstância será apreendida, com continuidade a análise histórica, social, cultural e política, perpassando pelos períodos em que a exclusão e marcação desse lugar da mulher vai se esculpir com maior nitidez.

2.2 Da feminização da pobreza à matrifocalidade no Brasil: quais marcas esse trânsito revela?

A estrada é uma espada. A sua lâmina que rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulharemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguimos salva (Mia Couto).

Ao caminhar pela história das mulheres no Brasil, fenômenos de grande relevância para a discussão de gênero vão se revelando, e também exigindo uma complexa articulação frente ao que

propõe o presente trabalho. Do Brasil colônia ao período republicano, apresentam-se distintas nuances das posições, atribuídas e assumidas pelas mulheres ao longo da história. Cabe retomar, então, algumas passagens relevantes, articulando os fenômenos chamados de feminização da pobreza e matrifocalidade, percebendo como se atravessam nessa montagem.

O processo de urbanização do Brasil, no século XIX, aconteceu na disputa do grande espaço rural, entre latifúndios e o incursão de um estilo de vida burguês, com os registros da lógica da casa-grande e a senzala (D'Incao, 1997). Esse período histórico, até início do século XX, também foi marcado pelo avanço do saber científico, especialmente, da medicina “higienista”, uma vez que o custo social do êxodo rural e o processo de industrialização assinalavam epidemias, ausência de estruturas de saneamento e habitação adequadas, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros (D'Incao, 1997).

Ainda segundo a autora, esse enredo contou com as transformações do modelo de família burguês, sua privatização, marcado pela valorização da intimidade, o que reforça a ideia da mulher, como uma “mãe dedicada e atenciosa”:

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades do interior do espaço doméstico (p.230).

Um fato revelou-se claro na articulação histórica discorrida até aqui, a feminização da pobreza e a matrifocalidade no Brasil expressam várias confluências e opta-se por destacar, especialmente, os lugares que vão sendo designados para as mulheres, a partir do segmento de classes sociais:

A vida familiar destinava-se, especialmente as mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações aos casamentos e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixo, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tediavam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às atividades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade (Soihet, 1997).

Dessa maneira, vai se configurando um aparelhamento ideológico temporal coerente com o avanço capitalista, em que instância como a medicina, educação, igreja e mídia (já ganhando poder

naquela época), endossam e condicionam a mulher a esse lugar, carregado de ditames moralistas e religiosos (Priore, 1994). Cabe lembrar que Freud, no século XIX, inaugura a Psicanálise a partir do discurso das histéricas, mulheres pertencentes à burguesia, que revelam um grande mal-estar e descontentamento com esse lugar a elas relegado, questões que serão melhor trabalhadas no decorrer do trabalho.

Enquanto isso, nesse mesmo período, as mulheres pobres, de famílias que foram duramente submetidas à escravidão, compunham outras formas no lugar de exploração, como aponta Falci (1997):

as pobres livres, domésticas, lavadeiras, doceiras, costureiras, roceiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos, não abriram inventário ou escreveram, pois eram analfabetos, e tiveram no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência (p. 241).

No caso da mulher pobre, que, por vezes, desconhecia seus familiares, algumas ainda herdaram o nome da família, outras, somente a marca do regime escravagista, – compradas, importadas, vendidas, consideradas coisas, – chegavam sem sequer o sobrenome, história, *sem lenço ou documento*. E a escrita sobre essa faceta histórica de todas as mulheres, - mas, especialmente, das negras, mestiças e pobres, - torna palavra o que era silêncio, e devolve algum sentido. Sobretudo, dá estofamento para a urgente análise que vem se construindo acerca da temática (Brum, 2013).

Outra evidente representação dessa forma de dominação foi a Lei do Ventre livre, que, em 1871, tornava “livre” o trabalho dos filhos nascidos de escravas. Pouco mais tarde, associada à “abolição escravagista”, em 1888, delinear-se-ia a construção de um cenário de pobreza, marcado pela questão da raça/etnia e da classe. Sem alternativas de inclusão social e, na lógica excludente de produção, dar-se-iam os primeiros passos à romaria de estigmatização desse dado segmento societário, cenário no qual, mais tarde, a pobreza seria chamada de “abandono”, numa tentativa de descolar/individualizar a problemática do conflito de classes e exploração (Priore & Venâncio, 2010; Vale, 2017).

Não bastassem as marcas da escravidão atreladas ao arranjo industrial, pautado pela modernização e higienização do país, o trabalho, antes compulsório, passara a ser “livre”, - como condicionante de sobrevivência, – e eram a ele atribuídos novos valores, como os novos discursos da meritocracia, comportamentos, com outras formas de regulação do espaço e tempo, além da disciplinarização dos corpos. Era considerada, em boa parte, a responsabilização da mulher pelo ambiente doméstico, com vistas à prosperidade do novo modelo de produção econômica.

Dessa forma, o século XIX anunciava a multiplicidade de arranjos familiares, dentre eles, o modelo matrifocal, com famílias chefiadas por mulheres. O que não conferia apenas às dificuldades econômicas, mas também às normas e valores da cultura dominante.

Seguindo a análise de Soihet (1997), as configurações familiares matrifocais eram descredenciadas aos olhos da lógica burguesa, posto que ameaçavam a moralidade da nova sociedade que se formava, sobretudo, colocavam em risco a lógica de transmissão dos patrimônios. Preconceitos como esse eram nutridos por falácias da medicina consorciada ao direito, delineando-se, claramente, os estigmas reservados à parcela mais empobrecida da sociedade.

O Código Penal e seu aparelhamento – judiciário e forças armadas, – associados aos ditames insanos da medicina acerca da concepção da mulher (unidos no propósito do avanço capitalista), eram recursos fortemente usados para disciplinar, controlar e regular as mulheres das camadas populares (Soihet, 1997). A urbanização desordenada e veloz era proporcional ao aumento das populações pobres nas grandes metrópoles, expostas às condições adversas de habitação, moradia, saúde e trabalho. Não raramente tais famílias eram chefiadas por mulheres.

Cabe retomar que há significativo consenso entre pesquisadores das áreas humanas e sociais (Michel Agier; Maria Lygia Quartim de Moraes e Silva; Maria Amélia de Almeida Teles; Mary del Priore; Cynthia Andersen Sarti) acerca dos fenômenos que intitulam esse tópico, a feminização da pobreza e a matrifocalidade no Brasil, que são, em parte, traçados pelas marcas da história de exclusão com origem no regime escravagista.

Múltiplas realidades femininas coabitavam o mesmo sistema econômico, político e social,

ainda assim, a relação conflitiva de classes resguardava similaridades entre as diferentes formas de objetificação da mulher. Contudo, alguns determinantes fragilizavam sobremaneira as camadas mais empobrecidas, tais como o alcoolismo, as violências doméstica e urbana, o desemprego, o analfabetismo, desigualdade social convergiam para o cerne da exploração.

Esses desdobramentos não eram determinantes em si, porém afetavam diretamente os laços que organizavam as famílias, bem como os papéis e funções masculinos e femininos nesses núcleos, revelando antagonismos frente às exigências concretas, mandatos ideológicos, simbólicos e afetivos da sociedade burguesa.

Ao passo que o cenário histórico vai deslindando realidades distintas acerca das mulheres de diferentes classes sociais, fica evidente que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa; inclusive, no período da industrialização, mulheres e crianças chegaram a compor mais da metade da força de trabalho nas indústrias têxteis (Fonseca, 1997).

Assim, enseja o século XX, marcado por lutas das e pelas mulheres, e do avanço do feminismo no Brasil, embora fora um período tumultuado e de intensas mudanças, marcou vários progressos nessa temática. Consideráveis foram as conquistas como o advento da pílula anticoncepcional e, com ela, a liberdade sexual da mulher; o espaço no mercado de trabalho, – ainda que, com diferenças gritantes na questão salarial até os dias atuais; o direito ao voto e elegibilidade das mulheres, bem como leis que “rompem” com a dependência civil e legal das mulheres casadas, desmistificando a ideia de posse e objeto.

Rago (2004) assinala que tais avanços aconteceram em uma arena de conflitos, dificuldades e tensões; contudo, também tornaram possível “a feminilização das próprias formas de existência social, a partir de suas práticas e seus olhares diferenciados, trazendo perspectivas promissoras, embora não exclusivas, de construção de um novo mundo” (p.33).

O século XX, marcado por conquistas femininas, e, por vezes, chamado de “século das mulheres”, apresenta a mais cara conquista no direito à existência, uma vez que só a partir daí se faz possível discutir um *modus vivendi* fundado na justiça social, respeito e liberdade (Rago, 2004,

p.34). É, então, possível dizer que a luta feminista atingia o século XXI, – constituída por um colorido de multiplicidades legítimas, – contribuiu, e ainda o faz, “para formas de existência mais integradas e humanizadas, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam a razão e a emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade” (Rago, 2004, p. 27).

Essas relevantes conquistas femininas apresentaram deslocamentos também expressos na multiplicidade de novos arranjos familiares, que aumentou, consideravelmente, nas últimas décadas. Eis que emergiam novos desafios aos pesquisadores, teóricos e profissionais da área a repensarem as posições sociais de cada sujeito, mas, sobretudo, suas compreensões, produções e práticas.

Para caminhar nas searas familiares, tomamos o conceitos de Neves (2008):

A família é uma unidade dinâmica, um grupo social, um espaço de convivência fundamental ao desenvolvimento de seus membros; contudo, possui características e funções próprias, que são historicamente questionadas e redefinidas. A família não comporta uma definição unívoca, primordialmente centrada em parâmetros excludentes. É justamente o saber produzido por diversas disciplinas que auxilia a pensar o conceito e o significado contextualizado do substantivo família (p.34).

Muito embora, na contemporaneidade, apresentem-se infundáveis nuances e desafios a serem apreendidos pelos teóricos, pesquisadores e profissionais acerca das novas modalidades da constituição do laço social, a família ainda é o primeiro e um dos mais importantes grupos para pensar a transmissão cultural, social e coletiva do indivíduo. Como bem resgata Neves (2008): “A origem etimológica da palavra família, denota conotações instigantes quanto às suas derivações sociais. Família, do vocábulo latino *famulus* significa servo ou escravo” (p.35). Esse significado ganha mais sentido quando se retoma a análise histórica das organizações familiares, como vão se modificando com a finalidade primordial de favorecer a reprodução dos sistemas econômicos, e logo, de poder.

Szymanski (2003) apresenta que cada família organiza, de forma peculiar, a subjetividade, as regras e modo de funcionar de cada núcleo, criando, assim, uma subcultura. Tal cenário produz diversos significados, que repercutem nas ações de cada membro desse núcleo, muitas vezes,

expressas no modo de relacionar-se com o outro cotidianamente, não obstante, entrelaçando com uma perspectiva de cultura mais ampliada, compondo a chamada conjuntura familiar.

Roudinesco (2003) aponta sobre a remontagem dos arranjos familiares na atualidade, que se apresentam de forma peculiar, correspondentes às transformações do contexto histórico atual. Entretanto, a aspiração pela família, como valor de segurança e pertencimento, povoa o desejo das pessoas, independente de idade, gênero, orientação sexual e condição social. A autora, ainda no desfecho de sua obra, ressalta que, dada à multiplicidade de novos arranjos, a família atual, - como ocorrido em outros momentos históricos, - carece de reinvenção, para suscitar o surgimento de uma nova ordenação de representações simbólicas.

Bilac (2003), aponta relevantes aspectos a serem considerados a partir das mudanças ocorridas, pois, atualmente, a família constitui-se de uma dinâmica peculiar, na qual são balizados acordos e tratados acerca da sua forma de funcionamento, e revisitados sempre que necessário. Com a pluralidade de novos arranjos, a problemática social contemporânea revela expressões da desigualdade, que afetam aspectos da vida cotidiana em sociedade, quais sejam, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e sociais, transformações essas que caminham lado a lado com a história da mulher, como se analisou no item anterior.

Quanto às famílias “chefiadas” por mulheres e atravessadas por situações de violência, esse contexto se agrava ainda mais, uma vez que a responsabilização por múltiplas funções recai sobre a figura da mulher, por vezes, contando com pouco suporte familiar, comunitário ou estatal.

No que tange às famílias matrifocais, é importante ressaltar que o termo matrifocalidade é mais utilizado pelo campo da Antropologia (George Zarur), e traz uma amplitude e variação de conceitos que, em suma, caracterizam famílias cuja centralidade na referência da autoridade e do prover se dão pelas mulheres, com ausência efetiva ou parcial da figura paterna (Agier, 1990).

Por um lado, avançou-se, consideravelmente, no que tange aos direitos da mulher e sua participação no espaço público, rompendo o cerco privatista de herança burguesa, em que a invisibilidade da mulher era mantida. Mas, por outro lado, a discussão acerca das “obrigações”

domésticas da mulher tem uma raiz de difícil acesso.

Assim, sistematicamente, as consequências da desigualdade social no país constituem marcas peculiares nos núcleos familiares chefiados por mulheres, seja pela fragilização de vínculos, expulsão/exclusão escolar, atos infracionais, toxicomanias e/ou atividades ilícitas, dentre outros. Não obstante, a falácia “família desestruturada”, termo e circunstância atribuída a essas famílias, retroalimenta concepções do senso comum, bem como permeia práticas institucionais em dispositivos das políticas públicas, em que revela a negação clara da condição social primordial na história do país. Cabe, assim, descortinar os preconceitos e supostas formas adequadas de se configurar “família”, concebendo o discurso de cada sujeito que compõe essa complexa e diversificada trama do núcleo familiar (Neves, 2008).

A partir dessa premissa, o presente estudo empenha-se na tarefa de articular a construção teórica afinada às análises das trajetórias sociais, em consideração às histórias de cada sujeito, de cada núcleo familiar, que, por sua vez, abarcam heranças, sentidos e formas de funcionamento peculiares.

Embora seja indispensável considerar os aspectos estruturais e culturais, fatos e características que marcaram a história de um povo, não se pode perder de vista as circunstâncias em que cada sujeito elabora de forma única e singular suas experiências. Quando se faz referência à chefia feminina, logo são atribuídos vários significados, construídos culturalmente, pressupondo um núcleo familiar chefiado por uma mulher solteira, viúva ou separada, com parentes agregados ou não, filhos que moram consigo ou já saíram de casa, ou mesmo mulheres casadas que possuem um companheiro, mas que, de alguma forma, chefiam aquele núcleo familiar (Woortmann & Woortmann, 2002).

Chefia e focalidade no domínio doméstico são idéias distintas (...) Vale a pena ressaltar, no entanto, que um índice elevado de casas chefiadas por mulheres (...) é uma pista forte na determinação da existência de um padrão generalizado de matrifocalidade (...) independentemente do sexo do chefe em cada unidade (Scott 1988 apud Woortmann & Woortmann, 2002, p.69).

A questão da matrifocalidade não se apresenta como um fenômeno exclusivo das camadas

mais empobrecidas da sociedade, compreende um conjunto de transformações societárias que, ao longo do tempo, anunciou o avanço dos espaços atribuídos e ocupados pelas mulheres, mas também, diversificaram, de forma radical, as representações sociais das figuras materna e paterna. Nessa contingência social, abordar a matrifocalidade com recorte para as características destacadas (maioria pobre e negra), que apontam para uma complexidade de atravessamentos, o que permite provocar a desmistificação da chamada “chefia familiar”, e então, pensar sobre correlações entre esse contexto e as políticas públicas nesses núcleos familiares. Como aponta Scott (2011):

A idéia de chafia singulariza, separa e reifica diferenças de poder. Não é de se estranhar que é exatamente quando os membros da família enfrentam a necessidade de realizar um cadastro, de responder ao censo, de matricular os filhos na escola, de preencher um registro de atendimento de saúde - ou seja, de formalizar a sua existência diante de autoridades - que é exigido que se explicite a “chefia” familiar (p.136).

No entanto, está posto o movimento multifacetado, pois avançam direitos e conquistas; porém, quando observada a questão da vulnerabilidade social nas configurações familiares matrifocais, depara-se com a questão de classe, gênero e raça/etnia, uma vez que situações de risco são mais comumente encontradas em domicílios chefiados por mulheres, em especial, por mulheres negras (IPEA, 2015).

Por exemplo, constatou-se, no estudo anteriormente citado, que, entre 1995 e 2015, a taxa de analfabetismo entre mulheres negras é praticamente o dobro em relação às demais mulheres, o que afeta diretamente a inserção destas no mercado de trabalho. Vale destacar que o índice de desemprego entre as mulheres negras é de 17,4%, e o número de trabalhadoras domésticas remuneradas, entre as mulheres negras, é quase o dobro das demais.

Agier (1990), no estudo etnográfico intitulado *O Sexo da Pobreza*, ressalta como a sociedade machista e patriarcal se estrutura, definindo os lugares sociais do homem e da mulher frente à responsabilização e função no contexto familiar, de forma que se produz socialmente um *saber-viver* feminino na pobreza, ao qual o homem não pertence.

A trama que vai se esculpindo convoca um diálogo interdisciplinar engajado, apontando a necessidade de maior investimento acerca da questão de gênero e raça/etnia frente à condição de

violência, um emaranhado de expressões da questão social.

Tanto se falou de como essa formação histórica se construiu, para ensejar o próximo capítulo que há de contar das multifacetadas da violência, a começar pelo protagonismo feminino nessa dança de avanços, retrocessos e desafios frente à problemática atual. Tão desconhecidas lutas seculares das mulheres, tão recuadas nas formações acadêmicas, nos espaços institucionais (inclusive nos especializados), e, na sociedade como um todo, em resposta a isso, na liberdade de uma escrita empoderada, o primeiro item objetiva dar voz, e fazer ver o amplo investimento perpetrado por tantas mulheres.

Ao delinear considerações de diferentes campos do saber acerca das possibilidades de arranjos familiares na contemporaneidade, em particular, nos núcleos matrifocais, faz-se improrrogável ilustrar, pelo balizamento dos marcos históricos nos campos jurídico, social e cultural, que protagonizaram essas lutas frente à faceta estrutural da violência, no capitalismo patriarcal, o que vai dando forma ao que conhecemos hoje como fenômeno da violência contra a mulher.

CAPÍTULO 3 – O ATRAVESSAMENTO DA VIOLÊNCIA: MARCAS NA HISTÓRIA E NAS TRAJETÓRIAS

“Um dia virá em que todo o meu movimento será criação, nascimento, eu romperei todos os nãos que existem dentro de mim, provarei a mim mesmo que nada há a temer, que tudo que eu for sempre será onde haja uma mulher com meu princípio, erguerei dentro de mim o que sou um dia.” (Perto do Coração Selvagem, Clarice Lispector, 1998d)

Eis que a violência, inicialmente, não ocupava um dos pilares no nosso itinerário. Cabe-nos esclarecer o porquê falar sobre violências, de como fomos atravessadas por ela, seja no âmbito institucional, de Estado, ou na própria vivência das mulheres que ouvimos durante a pesquisa. Essa violência cotidiana, corriqueira e banalizada, essa que afeta a todos nós. Apesar de a sua existência ser intrínseca ao fundamento da própria civilização, - particularmente familiar à história das mulheres, - em princípio, neste trabalho, a violência ocupava lugar de agravamento quando associada às determinações sociais contextualizadas na leitura da sociedade capitalista.

Todavia, após sua circunstancial eclosão nas entrevistas, assumimos essa violência, e, diante das vicissitudes no lócus de análise (já detalhadas na introdução), ela tornar-se-ia um dos pilares de sustentação, de coadjuvante à protagonista.

Ao passo que íamos tomando contato com a violência, na sua mais clara forma, a partir da escuta das trajetórias das mulheres que nos confiaram suas histórias, fora inevitável que as violências nos atravessassem também, articuladas e em alternância com as outras lentes: da mulher na matrifocalidade e da interdisciplinaridade. Chauí (1999) conceitua a violência da seguinte forma:

[...]violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; é todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; é todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (p.3).

Corroborando com o ponto de vista da autora, podemos considerar que a violência se constitui, historicamente, como complexo e desafiador fenômeno, que permeia todos as esferas da vida humana, pública, privada, individual e coletiva. É tema de pesquisas e estudos entre os mais variados campos do saber, filosófico, sociológico, psicanalítico, histórico, biológico, econômico,

jurídico, político (Paviani, 2016). Outrossim, configura-se como oneroso e impactante problema de saúde pública, cujas ramificações se estendem aos diversos campos das políticas intersetoriais, especialmente, saúde, assistência social e segurança pública.

Destarte, no primeiro item, ilustraremos, a partir de uma retrospectiva descritiva histórica, as lutas de enfrentamento no cenário da violência, em todas as suas dimensões. O intuito será apontar, historicamente, a construção e o bolero dos avanços e retrocessos na luta pelos direitos das mulheres. Com cunho informativo-educativo, nos limitaremos a reportar marcos que contem de dança de “dois pra frente, dois pra trás”, sem a pretensão de analisar ou discorrer, detalhadamente, sobre cada um deles, mas será sim, um aparato de fundamental importância para a compreensão da complexa dimensão que assumiu significados distintos nas lutas empreendidas, frente ao cenário das violências estrutural, simbólica, física, psicológica, institucional, dentre outras.

O segundo item trabalhará propriamente com as bases conceituais e teóricas, na premissa de corroborar a nossa compreensão da violência como um fenômeno social, de maneira que vai se esboçando também sua inerente ligação com o humano e a sociedade. Essa construção tornará evidente que a violência pode sofrer mudanças a depender do tempo histórico e da cultura de cada grupo, assumindo múltiplos sentidos e significados. Veremos, então, o que teremos feito das nossas violências na cena contemporânea.

O fenômeno da violência, nos moldes atuais, ramifica-se com certa liquidez para dentro e fora de todos os espaços, seja na intimidade da vida doméstica, no Estado, nas ruas, na mídia, nas periferias das grandes metrópoles, nos remotos povoados do campo, na magnitude de um sistema e seus aparatos, repercutindo, de forma mais arrebatadora, quando endereçada aos grupos vulnerabilizados, como mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência ou transtorno mental, crianças, adolescentes, povos indígenas e camponeses, pessoas em situação de rua, população LGBT (Rossini, 2010).

Quando o cenário da violência envolve os diferentes grupos, é corriqueiro que estes grupos sejam encontradas nas posições de vítimas ou algozes. Os indícios da violência podem manifestar-

se sob multifacetadas formas: simbólica, exclusão, preconceito, desigualdade, exploração, negligência, aniquilação, aspectos que potencializam seus desdobramentos de forma devastadora.

Tão desafiador quanto intervir sobre a conjuntura que envolve a violência, se faz também conceituar e problematizar o tema em perspectiva de sua totalidade. Prova disso, especialistas de diversas áreas investigam a questão, acabam por acentuar um e outros aspectos, subdividindo-a em setores conforme objeto e metodologia.

Destarte, perpetrar-se-á um esforço a fim de traçar, sem a pretensão de obedecer uma organização linear, lógica espacial ou cronológica, registrando saltos históricos e campos distintos, num vai e vem litorâneo, emaranhado e complexo, na tentativa de transmitir o sentimento genuíno das vivências dessas mulheres coletiva e singularmente, “desde sempre”, retratando nuances acerca do assunto violências, com o enfoque sobre as mulheres.

3.1 – As lutas de enfrentamento à violência: o bolero de avanços e retrocessos “dois pra frente, dois pra trás”

[..] Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem [...] a massa não é apenas objeto da ação revolucionária; é, sobretudo, sujeito.” (Rosa Luxemburgo)

Em retomada à máxima de Beauvoir (1970), “torna-se mulher”, o que significa tornar-se mulher numa sociedade cujas regras, leis, costumes, ciência, cultura são pautados na lógica fálica? Reconhecer o protagonismo do feminismo, dentre outros movimentos, negros, gays, indígenas, por moradia, por terra, é fundamental para essa mudança de paradigma ainda em construção.

Esse item tem como desafio tecer uma retrospectiva descritiva vislumbrando ilustrar o que Kehl (2016) chamou de deslocamentos femininos, representando um motor propulsor de significativas mudanças sociais, afetando, diretamente, os lugares do feminino e do masculino na contemporaneidade, e, com isso, também dinâmica de funcionamento do núcleo familiar.

Esse traçado contou com fontes bibliográficas e eletrônicas, citando, principalmente, os estudos bibliográficos de (Teles, 1993; Priore 1994 e 2011; Moraes, 1996; Gonzalez, 1988; Pinto,

2003; Rago, 2004 e 2016); das fontes eletrônicas, destacamos (*El país; Universidade Livre Feminista; Geledes; Politize; Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha; Revista Cult*), todos devidamente citados nas referências do trabalho. Resguardada a imprescindível contribuição das obras bibliográficas, cabe dizer que, com a democratização das mídias e rede sociais, tornam-se elas um potente aliado à expansão das publicações feministas, conteúdos, eventos e mobilizações.

Tal movimento de resgate histórico e de marcos legais pretende evitar polarizações entre heroína e vítima, e, sobretudo, colocar a mulher nos holofotes de interesse da pesquisa, como sujeito que se constituiu ao longo da história, com diversos atravessamentos sociais, culturais, políticos e econômicos, mas que também protagonizou as transformações assistidas até a atualidade.

Pensando nisso, será esboçado um traçado descritivo dos últimos séculos, com enfoque mais recente, retratando alguns dos principais episódios temporais no âmbito da “questão feminina”, que será dividido em duas etapas, de modo que, na primeira, contemplar-se-á os campos cultural, literário, artístico, esportista, intelectual, de comunicação. Enquanto, na segunda parte, serão expostos os marcos a partir do campo institucional, políticas públicas, legislações, movimentos sociais. Em ambos se faz evidente sobre como esse vasto e múltiplo universo constitui-se como acervo histórico e empírico para continuidade e ampliação das estratégias de enfrentamento do feminicídio, e outras formas do crescente fenômeno da violência contra a mulher.

A intenção desse item é esboçar um breve panorama histórico descritivo de acontecimentos, marcos, avanços e retrocessos que compõem a história da mulher no Brasil e no mundo.

Os feminismos da atualidade apresentam uma multiplicidade de segmentos. O feminismo não para de crescer, há mais de 50 anos, com grupos plurais, que trazem à cena muita heterogeneidade: feminismo branco, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo lésbico, feminismo radical, feminismo terceiro mundista, feminismo cultural, feminismo marxista, feminismo anarquista, feminismo socialista, feminismo comunista, pós-estruturalista, etc. (Rago, 2016).

Por sua vez, a heterogeneidade não significou uma dispersão no sentido de união, enfraquecimento, ao contrário disso, ampliou as pautas e afirmações, pautas que, inicialmente, reivindicavam igualdade de salários, direito ao voto, e que é atualizado e incorporado ao processo de mudança mais profunda, que trata da reinvenção da cultura feminina, desconstruindo a perspectiva, moral, legal e médica, pensada num alicerce masculino, branco e burguês, para uma afirmação da igualdade em sua pluralidade, de novas possibilidades de sociabilidades, contemplando os aspectos objetivos e subjetivos da vida individual e em sociedade (Rago, 2016).

A produção intelectual e científica dos últimos anos acerca da temática feminista vem promovendo a desconstrução-reconstrução no tocante à posição antes subalternizada. Tal percurso ganhou força a partir da década de 1950, de modo que não se tem tantos registros históricos de outros momentos, considerando os percalços da dominação masculina, já ressaltados.

Para Rago (2004) a revolução feminista do século XX foi considerada a mais importante, pois, não apenas possibilitou o acesso das mulheres à cidadania, mas acentuou um fenômeno nomeado feminização da cultura. “...as mulheres não apenas entraram no mundo da cultura, dos negócios e da política, ou seja, conquistaram o direito à vida” (p. 33).

Apesar de o feminismo ter se tornado evidente, principalmente, no último século, as insatisfações com o patriarcado são tão antigas quanto o próprio, assim como as formas de resistência e lutas das mulheres, conforme cada lugar e época. Como informado na introdução deste trabalho, faremos uso da história, literatura, artes para auxiliar-nos na tarefa de ilustrar os ensaios primórdios do feminismo, no campo político e no dos direitos para chegar à análise da contemporaneidade. Eis o traçado.

A começar pela literatura e do teatro, afinal, as manifestações artísticas são registros vivos de sua época:

Em 1405 aconteceu o lançamento do livro francês, *Cidade das Damas*, da escritora Christine de Pisan. Incomodada com as imposições masculinas, criticava o discurso de inferioridade das mulheres e propunha formas de vida alternativas.

No Brasil foi lançada a peça “O Voto Feminino” (1878), de Josefina Álvares, no Rio de Janeiro, mais tarde, publicada em livro, que fez dela uma das pioneiras a defender o voto e a cidadania no país. Em 1885, Chiquinha Gonzaga, consagrada compositora e pianista, estreava como maestrina, quando regia a opereta “A Corte na Roça”. Foi a pioneira no Brasil, que encabeçou uma orquestra. Além disso, era precursora do chorinho, responsável pela composição de mais de duas mil canções populares, e setenta e sete peças teatrais, dentre elas, a primeira e famosa marchinha: “Ô Abre Alas”.

Em 1918, foi lançado “Em torno da Educação”, por Maria Lacerda Moura, anarquista mineira, que já discutia a educação como uma via possível de transformação da realidade das mulheres.

A escritora Ercília Nogueira Cobra publicou, no Brasil, em 1922, o primeiro de seus livros mais polêmicos, intitulado *Virgindade inútil*, novela de uma revoltada, que discutia a exploração sexual e trabalhista das mulheres.

No ano de 1923, mulheres conquistam o direito de participar das academias de artes marciais do Japão. No campo do esporte, um pouco mais tarde, em 1932, a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada, a nadadora Maria Lenk, aos 17 anos, foi a única mulher da delegação olímpica.

Amélia Beliváqua, em 1930, candidata-se à Academia Brasileira de Letras; porém foi barrada sob alegação de que o estatuto só permitia a entrada dos homens. Em período aproximado, no ano de 1924, Ercília Nogueira Cobra publicou *Virgindade anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas* e *Virgindade inútil e anti-higiênica*, – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens em 1931. Ercília foi detida várias vezes e até presa pelo Estado Novo por suas ideias e posicionamento.

Em 1933 foi lançado, no Brasil, o livro *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, por Mariana Coelho, portuguesa de nascimento, radicada em Curitiba, no Paraná, no final do século XIX.

Poucos anos mais tarde, no continente europeu, era criado O grupo *Mujeres Libres*, organização anarquista e feminista espanhola, foi um dos principais grupos à frente do movimento libertário espanhol, em 1936, na Espanha. Enquanto, na França, no ano de 1949, foi lançado o clássico *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que analisa a situação das mulheres na sociedade e é considerada um obra de extrema importância para o movimento feminista.

Mais tarde, em 1975, eram fundados, no estado de São Paulo, os jornais Brasil Mulher, considerado porta-voz e importante veículo dos movimentos das mulheres. No ano seguinte, é lançado o periódico: Nós Mulheres e, em 1980, era lançado o jornal *Mulherio*, ligado ao movimento feminista vinculado à Fundação Carlos Chagas, que ganhou, rapidamente, um importante prestígio no meio universitário. Tais publicações contemplavam a importância da representatividade também na produção jornalística do cotidiano, com pautas, notícias e olhares sobre o mundo e da própria mulher, desnudada do viés exclusivamente masculino.

No ano de 1979, a equipe brasileira feminina de judô se inscreve com nomes masculinos para disputar o campeonato Sul-americano, já que havia um decreto (3199/65) regulamentado, durante o regime militar brasileiro, que proibia as mulheres de praticar tais esportes. Contudo, o Brasil só conquistou o título pelos pontos obtidos pela equipe feminina, o que forçou o governo militar a revogar o decreto.

Em 1989, Nélide Piñon, escritora e, a mulher pioneira a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras. Já eram tempos finais do regime militar, e sobre isso, outra estimada autora do feminismo brasileiro, Célia Pinto (2003), na obra *Uma história do feminismo no Brasil*, disse que nasce um novo feminismo frente à brutalidade nua e crua da ditadura militar.

Eis a mencionada segunda etapa, cujo entrecruzamento intrínseco dos campos políticos e dos direitos vem à tona.

De proporções intercontinentais, marcando a sangrenta história escravagista, em 1605, há registros de que Aqualtune, mulher, negra, colonizada, fora capturada, escravizada, trazida para o Brasil, após uma guerra entre o Reino do Congo e Portugal. Segundo dados, ela liderou dez mil

homens em fuga como escravos para o quilombo, fala-se ainda que ela é avó de Zumbi dos Palmares, - guerreiro nascido entre Pernambuco e Alagoas, que ficou famoso por lutar contra a escravidão.

Retornando à França, e agora, no campo dos direitos, pouco mais de um século e meio mais tarde, foi publicada a “Declaração dos Direitos da Mulher”, em 1771. Este foi o primeiro documento da Revolução Francesa, que menciona igualdade jurídica entre homens e mulheres; contudo, foi rejeitado e esquecido, voltando a ser publicado mais de dois séculos mais tarde, em 1986. Em seguida, no ano de 1792, a escritora e filósofa francesa Mary Wolstonecraft, publicou “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, considerado um dos primeiros documentos fundadores do feminismo, denunciava a falta de acesso das mulheres aos direitos básicos.

Quatro décadas mais tarde, já, no Brasil, é publicado “Direitos da Mulher e Injustiça dos Homens” (1832), por Nísia Floresta, que discutia a inserção da mulher na esfera pública e na igualdade de direitos perante o homem.

Dessa vez, em terras norte-americanas, em 1838, é lançada a Declaração de Sentimentos nos EUA, Lucrecia Coffin, uma das organizadoras era também conhecida pelo ativismo na causa abolicionista, e o documento mencionava a igualdade de homens e mulheres.

Um ano mais tarde, em 1879, o acesso das mulheres ao Ensino Superior é conquistado no Brasil. Atualmente, as mulheres já são maioria na universidade, representando 57,2% das matrículas em nível de graduação, contudo, na educação básica (os primeiros anos de formação), esse número cai para 49,1% (INEP, 2016).

Em período adjacente à mencionada conquista no campo da educação, se ensaiavam os primeiros passos rumo à “abolição” da escravatura. O que nos revela que esse marco de 1879 dizia mais respeito às mulheres brancas. Em 1871, a Lei do Ventre livre decretou que os filhos nascidos das escravas seriam “livres” para o trabalho, diga-se de passagem, para outras formas de exclusão. Ainda, nesse período, nos bastidores da cena política, emergia também uma alternativa de reforma agrária, defendida por André Rebouças, engenheiro, negro e abolicionista, a proposta consistia em

taxar as terras improdutivas e distribuí-las aos que se tornariam, ex-escravos. Em 1888 foi a promulgação da Lei Áurea, assinada por Isabel, então, princesa do Brasil. Por traz disso, havia um grande interesse econômico (*Géledes, 2018*).

Enquanto isso, ainda no século XIX, na Nova Zelândia, eram dados os primeiros passos do movimento sufragista feminino, um movimento reformista de cunho social, político e econômico, liderado por Kate Sheppard, levantava a primeira pauta como o direito ao voto feminino. Foi ganhando força e forma, pela propagação da ideia de que, a partir da tomada de consciência e do direito de votar, promover-se-iam mudanças. Aconteciam de forma concomitante mobilizações sufragistas na Inglaterra e nos Estados Unidos (*Gonzalez, 2010*).

A Nova Zelândia foi o primeiro país a aprovar o voto feminino em 1893. Somente quatro décadas mais tarde, foi aprovado, no Brasil, em 1932. Todavia, o voto feminino, no Brasil, representou um avanço impregnado de retrocessos, haja vista que poderiam votar as mulheres solteiras e viúvas com renda própria. Já as casadas poderiam votar apenas com a permissão do marido. Somente dois anos depois, tais restrições foram removidas, dando direito de voto a qualquer mulher, independente de sua origem, renda ou estado civil. Apesar das nuances da exclusão, dos dois passos para frente e dois para trás como sugerem o título desse subitem, nesse período, se avançou sob duas formas de participação política, além do direito ao voto, as mulheres tornar-se-iam representantes (*Gonzalez, 2010*).

Em 1907, na capital dinamarquesa, aconteceu a I Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, na qual Clara Zetkin, sufragista alemã, propôs a criação do Dia Internacional da Mulher, aprovado dois anos mais tarde, com o objetivo de estipular uma agenda internacional em prol da emancipação das proletárias (*Gonzalez, 2010*).

Em 1919, na Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho – OIT, foi aprovada a resolução de salário igual para homens e mulheres que desempenhassem a mesma função, o que ainda é um desafio nos dias atuais (*Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, 2013*).

No Rio Grande do Norte, durante o ano de 1928, foi eleita a primeira prefeita no Brasil, Alzira Soriano de Souza, primeira mulher a assumir o governo de uma cidade em toda América Latina. Ela pertencia ao Partido Republicano e saiu da função dois anos depois. Mais tarde, em 1934, Carlota Pereira de Queirós se tornava a primeira deputada federal brasileira (Feminismo, 2018).

No ano de 1949, foi também realizado o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza, durante a 31ª Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Sete anos mais tarde, 1956, foi realizada a I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil, organizada pelo Partido Comunista, cujas pautas eram direitos trabalhistas e creches.

Em 1960 foram assassinadas as irmãs Mirabal, Pátria, Minerva e Maria Teresa. Conhecidas como Las Mariposas, formavam um grupo de oposição ao ditador Trujillo, na República Dominicana, mais uma fatalidade que compõe o acervo das “velhas questões” tão em voga ainda, um crime de Estado, que, pelo uso da força brutal, violou, assassinou e tentou calar o discurso sobre as desigualdades.

Morreu também, Patrícia Galvão, a Pagu, no ano de 1962, em razão de um grave quadro de doença. Ela era militante comunista, foi a primeira mulher a ser presa no Brasil por motivações políticas, conhecida pela personalidade contestadora e transgressora da ordem patriarcal dominante. Pagu é uma referência para o movimento feminista, embora não tivesse nenhum envolvimento direto com as organizações da época. Era também escritora, poetiza, diretora de teatro, tradutora, desenhista e jornalista brasileira (*Agencia Patricia Galvao, 2018*).

Nesse mesmo ano, é regulamentado o Estatuto da Mulher Casada, pela lei 4.212/1962, garantindo que a mulher não precisava mais da autorização do marido para trabalhar, direito à herança e possibilidade do requerimento de guarda dos filhos em caso de separação (Priore, 1994).

Longe de desconsiderar a importância da concretude das leis, movimentos e ações conquistadas nesse período, faz-se imperioso também analisar de qual mulher esse cenário está dizendo, em geral, da mulher branca, burguesa e socialmente visível. Como já mencionado

anteriormente, ao longo do trabalho, a misoginia traduzida em multifacetadas da exclusão social, se torna mais grave e profunda quando se trata de mulheres negras.

Em 1968 aconteceu o I Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas. A luta e organização dessa categoria teve início na década de 1930, liderada por Laudelina de Campos Melo, articulada com o Teatro Experimental do Negro e com a corrente progressista da Igreja católica nas décadas de 1950 e 1960. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha mencionado alguns direitos dessas trabalhadoras domésticas, vale ressaltar que 25 dos 34 artigos dos direitos sociais na lei previstos não contemplavam esse segmento da sociedade, corroborando a análise anterior (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres [SPM], 2005).

Segundo análise realizada pelo IPEA, em 2012, o trabalho doméstico, em 2009, empregava 7,2 milhões de brasileiros, dos quais 93% (6,7 milhões de pessoas) eram mulheres, e 62% (4,4 milhões de pessoas) eram negras, representando um total de quase 70% entre as mulheres trabalhadoras domésticas em diferentes vínculos de trabalho, com ou sem carteira assinada, mensalistas e diaristas.

É pertinente destacar que, entre as décadas de 1950 e 1980, o número de trabalhadoras nas indústrias, praticamente, triplicou, além do trabalho doméstico e outros ligados ao cuidar, que não eram contabilizados como produção de trabalho. As mulheres, como os demais trabalhadores, exerciam suas atividades sem quaisquer condições de salubridade ou segurança, não tinham com quem deixar os filhos, uma vez que migraram de suas terras natais. Embora a Consolidação das Leis de Trabalho, – CLT, já previa, desde 1943, a premissa de creche para indústrias (com número a partir de 30 mulheres), os patrões burlavam as leis e desprotegiam ainda mais essas famílias (Teles, 1993).

Retomando a perspectiva sequencial dos marcos e fatos, referentes aos avanços, conquistas de mulheres no Brasil e no mundo e marcos opressores relevantes, em 1968, o AI5, o quinto Ato Institucional de uma série de outros emitidos pelo regime militar pós golpe de 1964 constitui um ultraje que se sobrepôs à Constituição de 1967, e aumentou, significativamente, a repressão

promovida pela ditadura militar, período em que várias mulheres militantes foram torturadas, inclusive a ex-presidenta Dilma Roussef, além dela, outras mulheres foram mortas. É interessante dizer que muitos movimentos feministas de resistência frente ao golpe militar foram compostos por empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras (Teles, 1993).

Em 1974, a Argentina é o primeiro país latino-americano a ter uma presidenta, Isabelita Perón, que também sofreu um golpe de Estado em seu governo, no ano de 1976, tornando-se presa política da ditadura militar. Cabe comentar que, quatro décadas depois do golpe do Estado na vizinha Argentina, operado durante o governo de uma mulher legitimamente eleita, em pleno ano de 2016, sob moldes semelhantes ao mencionado, a faceta machista e conservadora do golpe se repete no nosso quintal, retirando, – de forma ilegítima, - Dilma Roussef do poder (Brum, 2016).

Em 8 de março de 1975, aconteceu a Reunião das Feministas em comemoração ao Ano Internacional das Mulheres, na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro, o encontro marcou na incidência das mulheres negras no movimento feminista. No evento, fora divulgado por elas um documento denunciando a herança cruel da escravidão de objetificação das mulheres negras (Feminismo, 2018).

No mês de maio do mesmo ano, realizou-se Seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira, no Rio de Janeiro, com marcante posicionamento em favor da democracia. Foram discutidas as condições da mulher no Brasil, tais como trabalho, saúde física e mental, discriminação racial, homossexualidade feminina, dentre outras (Feminismo, 2018).

No mesmo ano, fica definida, em Assembleia, na ONU, a Década da Mulher (1975 – 1985), com definição de metas internacionais a serem atingidas para eliminar a discriminação contra a mulher, ano em que ocorreu também a I Conferência Mundial da Mulher na Cidade do México (ONU Mulheres, 2018).

Ainda sobre esse mês de maio movimentado de 1975, é criado o Movimento Feminino pela Anistia. Embora não ligado diretamente ao movimento feminista, teve relevante atuação na

denúncia da opressão provocada pela ditadura militar, mobilizado, inclusive, pela prisão, tortura e morte de maridos e entes queridos das integrantes do movimento (Estanislau e Angelo, 2017).

Apenas, em 1977, é regulamentada, no Brasil, a Lei do Divórcio 6.515/1977. A primeira que trata da dissolução de casamentos, e fora uma antiga reivindicação do movimento feminista.

Na década de 1980, se acentuam as discussões acerca da violência contra a mulher e são criados centros de autodefesa, conselhos e programas na Política Pública de Saúde na perspectiva de pensar integralmente o sujeito mulher e suas demandas. No bojo de outros movimentos sociais em prol da democracia, e na efervescência do final do regime militar, caminhava-se em passos mais largos para efetivas conquistas no campo do feminismo (Moraes, 1996).

Ainda, em 1980, ocorreu o Encontro Feminista de Valinhos -SP, e como resultado do esforço mobilizado durante o evento, deu-se origem à criação do primeiro SOS-Mulher em São Paulo e, sucessivamente, emergiram organizações desse tipo em vários estados brasileiros, especialmente, no sudeste, sul, nordeste e centro oeste. Eram, em suma, entidades autônomas, com envolvimento da sociedade e professores universitários, pesquisadores, trabalhadores da rede de saúde e assistência social, cujo objetivo era assistir as mulheres em situação de violência, havia maioria nos espaços de assistência voluntária, nos campos jurídico e psicológico, que trabalhavam nas frentes individual, coletiva e social (Pinto, 2003).

No campo, em 1982, é criado o primeiro grupo de mulheres rurais, que, mais tarde, daria origem a outras frentes organizadas dessas trabalhadoras. Nesse ano, durante o governo ditatorial de Figueiredo, era indicada, pela primeira vez, no Brasil, ao cargo de ministra, Esther de Figueiredo Ferraz, que foi pioneira também em ocupar a primeira cadeira na tradicional Ordem dos Advogados do Brasil, – OAB, e ainda a primeira mulher a lecionar aulas na reconhecida Universidade de São Paulo – USP (Feminismo, 2018).

Esse período ditatorial também marcado pela dinâmica econômica abusiva, na qual se ia desenhando “a mão invisível” do mercado, havia a intervenção na economia, especialmente, no período conhecido como “milagre econômico”, que permitia a entrada do capital estrangeiro e

apropriação das matérias-primas e da latente exploração da força de trabalho de mulheres, crianças, idosos e outras minorias invisibilizadas (Moterani, 2017).

Frente às atrocidades e barbáries cometidas durante a ditadura militar, o movimento feminista ganha força e resistência na clandestinidade, agregando diversificadas pautas sobre direitos humanos e sociais, que rebatiam em outros segmentos da sociedade, para além da questão da mulher (Moraes, 1996). O final do regime militar foi permeado pelo fortalecimento dos movimentos sociais, como o Congresso Nacional pela Anistia, em 1979, que agregou pautas específicas sobre as mulheres.

No ano de 1983, fora assassinada Margarida Maria Alves, que ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande por doze anos, durante os quais endereçou ao mencionado ditador mais de seiscentas ações trabalhistas e inúmeras denúncias. Era reconhecida e admirada pelas aguerridas lutas em prol de condições mais dignas de trabalho dos trabalhadores sem terra, bem como outros direitos e garantias trabalhistas fundamentais (*Transformatorio Margaridas, 2018*).

Esse período também foi marcado pela intensificação da violência no campo, como resposta à emergência do Plano Nacional de Reforma Agrária (Brasil, 1985). Mais um capítulo da história em que os latifundiários não queriam abrir mão de “suas terras”, mesmo que improdutivas; e, a essa altura, já era de se saber que, para isso, utilizar-se-iam da força bruta, letal e pseudoreformista (Brum, 2018).

Margarida fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, um projeto que, até os dias atuais, fomenta o desenvolvimento rural e urbano sustentável, em apoio à agricultura familiar. Em sua homenagem, também foi dado o nome de Marcha das Margaridas, criado em 2000, ao coletivo organizado, que reúne, anualmente, milhares de trabalhadoras rurais em Brasília- DF (*Transformatorio Margaridas, 2018*).

Do campo à pólis, foi criado, em São Paulo, o coletivo de Mulheres Negras, fazendo frente à ausência de representatividade do então criado Conselho Estadual da Condição Feminina. Como

mais uma conquista das pautas feministas, foi criado, em 1984, pelo Ministério da Saúde, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM. Seis anos mais tarde, passou por diversas mudanças, sendo a principal, a separação do programa em atenção à criança, descolando a obsoleta noção de mulher-maternidade (SPM, 2005).

Na saúde pública, os avanços se estenderam até o final da década de 1990. Com a representatividade feminina no Conselho Nacional de Saúde, abre-se a discussão sobre direitos reprodutivos, violência sexual e aborto como pautas urgentes vinculadas à questão dos direitos humanos. Em 2009, foram, oficialmente, ampliadas as diretrizes, e incorporadas à “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes”, por meio de ações específicas, tais como:

[...] o movimento negro e o de trabalhadoras rurais,[...] busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. [...] a prevenção e o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e apoio tecnológico e de insumos, para mulheres vivendo com HIV/aids e para as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico e de pulmão. [...] amplia as ações em seus planos de ação para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas específicas cidades e necessidades, entre elas as mulheres lésbicas, bissexuais, no climatério, as mulheres do campo e da floresta, as índias, as negras quilombolas, as que vivenciam a transexualidade, mulheres em situação de prisão, portadoras de deficiência, em situação de rua e as ciganas. (Ministério da Saúde [MS], 2009, p.5)

Outra conquista de relevância, em 1985, foi a criação da primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, também no estado de São Paulo. Dentre outras conquistas já mencionadas, no tocante à promulgação da Constituição Federal, se faz mister destacar que somente se garantiu igualdade de direitos e deveres, entre homens e mulheres perante a lei, graças ao esforço do movimento feminista no Brasil (Pinto, 2003).

Concomitante à criação da delegacia, o período foi marcado também pela presença e surgimento de várias Organizações Não Governamentais (ONGs); no entanto, eram movimentações opostas e complementares: “Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa” (Pinto, 2003, p.91). Esse momento é analisado pela autora como as transformações que marcaram a virada do século, não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo.

Na esfera das ONGS, fomentadas por intelectuais e pesquisadores, emergiam vetores de valorização da cultura popular, bem como o “empoderamento” das mulheres sobre seus corpos, direitos, desejos, trabalho, renda, especialmente, as de camadas populares (Pinto, 2003). O que Baremlitt chamaria de força instituinte progressista (1994).

O ano de 1985 foi marcado por muitas conquistas ao redor do mundo. Naquele ano, a ONU demarcava o ano internacional da mulher, e definia-se 8 de março como o dia internacional da mulher (Gonzalez, 2010).

No Brasil, em, 1986, foi eleita a primeira prefeita de uma capital, Maria Luiza Fontenelle, em Fortaleza-CE. Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça. Tal vinculação já dava pistas de um fenômeno sobre a crença do campo do direito penal, prova disso é que o avanço mais significativo, atualmente vinculado à Lei Maria da Penha, é o seu aspecto punitivo (Mello, 2012). Ainda, em 1986, era criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, na recente criada (1983) Central Única dos Trabalhadores, - CUT, entidade de representação sindical brasileira (Feminismo, 2018).

Lélia Gonzalez - historiadora, filósofa, antropóloga e professora, brasileira, negra, mineira, que construiu sua carreira no Rio de Janeiro, e é reconhecida, principalmente, pelo seu engajamento no feminismo negro e defesa “por um feminismo afro-latino-americano”. Ela criticava os moldes de exclusão racial, dentro do próprio movimento feminista, em um país que possuía a maior população negra das Américas. Em 1987, ela apontou o Manifesto da Mulher Negra Peruana, como instrumento de referência e subsídio para a reflexão dessa questão no Brasil, foi publicado na data comemorativa internacional das mulheres, e inspirou fortemente o grupo de mulheres negras no Brasil. (Gonzales, 1988).

No ensejo dessa discussão, realizava-se, em 1987, em Pernambuco, o IX Encontro Nacional Feminista, que, devido à ausência de pautas sobre a questão racial, mobilizou o coletivo de mulheres negras a realizarem um encontro nacional próprio, que aconteceu no ano seguinte, e desdobrar-se-ia em diversas articulações, dentre elas, a criação do Programa Nacional da Mulher

Negra (1988), pelo Conselho Nacional do Direito da Mulher, em parceria com outras entidades do segmento (SPM, 2005).

Ainda, no mesmo ano, era elaborada a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, construída, coletivamente, por meio de encontros regionais, engajada no “Lobby do Batom”, composto por diversas feministas e vinte e seis deputadas federais, e que culminaria em imprescindível contribuição, com reivindicação de igualdade formal de direitos entre homens e mulheres à Constituição Federal de 1988. Desse coletivo surgiram diversos desdobramentos e ramificações de outros grupos e, um deles, é o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, - CFEMEA, criada em 1989, importante ONG feminista e antirracista (SPM, 2005; Feminismo, 2018).

Como já mencionado, o ano de 1988 guardava expressivos avanços e conquistas. Nesse bojo, acontecia a eleição da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, assistente social, nordestina, feminista, militante pelos direitos humanos. Era a primeira vez que uma mulher governaria a maior capital brasileira (Pinto, 2003).

Em 1992 é realizada a Rio-92, conferência das Nações Unidas, que reuniu 156 países, na qual se definiu uma agenda global com foco para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Esse evento embasou as diretrizes de um planejamento global e deu origem a diversos outros, regionalizados mundo à fora, contemplando diferentes temáticas. Outra edição dessa conferência aconteceu em 2012, Rio+20, na qual a agenda feminista foi representada pelo Território Global das Mulheres (Feminismo, 2018).

A década de 1990 prometia avançar nas investidas feministas, de modo que o mês de setembro daquele ano foi marcado pela escolha do Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, no V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Argentina) (Feminismo, 2018). Esse momento remete a uma pauta urgente de saúde pública, que está, até os dias atuais, em plena disputa, especialmente, pós-golpe de 2016, quando forças reacionárias ganharam novo fôlego.

Foi uma década também de muitas iniciativas e desdobramentos no campo dos feminismos até então periféricos: negro, indígena, rural, trans, que ficavam às margens do enbranquecido discurso vigente. Surgia, então, a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural. Em 1992, ocorreu o I Seminário Nacional da Mulher Indígena e, no ano seguinte, o Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (Feminismo, 2018).

Dando a matiz da dura realidade vivida no chão dessas conquistas, no ano de 1993, foi assassinada Edméia da Silva Euzébia, líder do movimento social das Mães de Acari do Rio de Janeiro, o grupo de nove mães, que ainda hoje procura por seus filhos, 11 jovens de uma favela do Rio, que foram sequestrados e desaparecidos em 1990 (Freitas, 2002).

Pouco depois, em 1995, aconteceu o Encontro das Mulheres Afro Latino-Americanas e Caribenhas, que instituiu o dia 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha, ano do I Encontro Nacional de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, – CONTAG, e, assim, criada a comissão nacional de mulheres permanentes dentro da confederação. Em 1995 é criada também a Articulação de Mulheres Brasileiras, organização política feminista, que se consolidou nessa condição a partir da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Feminismo, 2018).

Em 1984, aconteceu o I Encontro Latino Americano e do Caribe de Trabalhadoras Rurais, – ENLAC. Três anos depois, o I Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais, – SENALE, – marcava a conquista de um espaço de discussão para o segmento (Feminismo, 2018). No campo jurídico, em 1995, era formalizada a Lei Federal 9.100/95 que estabeleceu 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996. Em 1997, as cotas foram ampliadas para 30%, mas só em 2009 elas se tornaram obrigatórias (SPM, 2005).

Naquele momento, o almejado ano 2000, na justa virada do século, eram criadas as revistas *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, referências importantes até os dias atuais. Também ocorreu a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. É realizada em Durban, na África do Sul, que afirmava a aliança entre as

mulheres negras da diáspora, e, mais tarde, influenciaria o instituto censitário no sentido de incluir o critério de autodeclaração de cor em suas entrevistas (Feminismo, 2018).

Surgida no mesmo ano, a Marcha Mundial das Mulheres trazia uma mensagem muito clara: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. No Brasil é realizada em conjunto com a Marcha das Margaridas (ONU Mulheres, 2018).

Em 2001, outra marcha mundial era inaugurada no Brasil, a mundialmente badalada Marcha das Vadias, que aconteceu, pela primeira vez, em São Paulo (Feminismo, 2018):

Todas essas mulheres marcham por seu direito de ir e vir, seu direito de se relacionar com quem e da forma que desejarem e seu direito de se vestir da maneira que lhes convier sem a ameaça do estupro, sem a responsabilização da vítima e sem sofrer nenhum tipo de humilhação, repressão ou violência. A motivação principal da Marcha das Vadias é a situação, compartilhada por mulheres de todo o mundo, de cerceamento da liberdade e da autonomia, de medo de sofrer violência e da objetificação sexual.

Em 2002 foi criada a Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher, durante o governo FHC. No ano seguinte, 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, ganha relevância ao ascender à categoria de Ministério (SPM, 2005).

O tom de relevo da diversidade e multiplicidade do feminismo segue resistente na primeira década do século XXI. Aconteceu, ainda em 2002, a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras e que lançava a Plataforma Política Feminista, mesmo ano em que Manaus sediava o I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento do qual participaram 70 lideranças, das quais representavam 20 organizações e 30 povos indígenas (ONU Mulheres, 2018).

Mais tarde, em 2004, é instituído o Dia da Visibilidade Transsexual, por meio do lançamento da campanha contra a transfobia no país, no Congresso Nacional, chamando atenção para números que, até hoje, causam estarrecimento e indignação no Brasil. O país ocupa o *ranking* mundial nesse quesito - “já foram assassinados 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos” (Cunha, 2016).

Falando em temas polêmicos, em 2004, também aconteceu a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, na qual foi aprovada a recomendação para a revisão da legislação que pune o aborto (SPM, 2005).

Em 2005, no Brasil, ocorreu o Encontro Feminista Latino Americano. Ano em que também era implantado o Sistema Único de Assistência Social, – SUAS, conquista que reforçava a profissionalização dessa política, deslocando-a do ranço histórico de assistencialismo. Inspirado nos moldes do SUS, o SUAS abarca, até hoje, potentes dispositivos de proteção social, dentre eles, o Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, tipificado pelas normativas próprias como um serviço do nível de complexidade chamado proteção especial, e que inclui a temática de violência contra as mulheres, em dimensão abrangente, primordial nessa luta (SPM, 2005).

Em 2005 foi publicado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, por vezes, citado nesse item como fonte, reúne estratégias, ações, programas e políticas, com vistas a combater as todas as formas de discriminações sociais contra a mulher (SPM, 2005).

Imprescindível e marcante, no ano de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, 11.340/06, considerada uma das mais importantes conquistas, resultante de anos de luta em torno da temática da violência contra a mulher. Embora apontada pela ONU como uma das mais completas do mundo, seus avanços destacam-se mais no tocante ao aumento do rigor das punições das agressões contra a mulher, o que também é importante, mas coloca como desafios, caminhar também nas outras dimensões, preventivas e educativas, que ainda são remotamente efetivadas (Mello, 2012). Apenas há dois anos foi sancionada a Lei do Femicídio, colocando a morte das mulheres no rol de crimes hediondos, reduzindo a tolerância nesses casos (Brasil, 2015).

No ano de 2008, iniciava a gestão do projeto Universidade Livre Feminista, como uma das frentes de trabalho da mencionada ONG CFEMEA, com a colaboração de organizações, movimentos e feministas de todo o país, com o objetivo educativo, bem como o de empoderar e dar visibilidade sobre o tema. Revelou-se, ainda, uma abundante fonte de registros históricos para a construção desse item da pesquisa (Feminismo, 2018).

Outro avanço de enorme significância foi a eleição de Dilma Rousseff, na posição de primeira mulher presidenta do Brasil, que, na ocasião, convocou nove mulheres para os ministérios,

maior representação, nesse nível de gestão, na história deste país (Feminismo, 2018).

Por fim, cabe dizer, ainda, que foram relatados alguns marcos históricos, mas também outros campos para além da arena política de disputa de direitos, nas academias, na literatura e arte. Observa-se que houve um significativo avanço, especialmente, entre as décadas de 1970 até os dias atuais, corroborando a reflexão e uma análise mais ampla, além de considerar outros saberes e aspectos dessa história (Pinto, 2003).

No campo e na cidade, de norte a sul, de um continente ao outro, na literatura, teatro, academia, política, no trabalho, no esporte, da escravidão à jovem democracia, entre senzalas, cesárias, cicatrizes, crises, golpes, como um litoral, ou se preferir, um bolero – “dois pra frente, dois pra trás”, o feminismo vai esculpindo sua história, ainda tão desconhecida, mas entranhada na história dita “oficial”.

Nesse traçado, embora não fora possível contemplar todos os marcos não menos importantes, mas, partindo destes, podemos empreender a reflexão de quanto sangue, suor, trabalho, vidas, histórias, trajetória de resistência foram investidos nessas lutas. E reconhecer a importância dessa construção, que se faz para a contemporaneidade, um verdadeiro alicerce.

3.2 – *Violência contra à mulher: do corpo à palavra*

“Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem; quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas.” (Conceição Evaristo, 2008)

Paviani (2016), sabedor da mencionada complexidade no tocante à violência, propõe “refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais” (p. 8), tendo como norteador a filosofia em sua dimensão ética:

A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. (p.8)

Seja na forma radical ou implícita, a violência se presentifica no cotidiano. Particularmente, com o advento da *internet* e das redes sociais, cujo poder de propagação e “viralização” implica em uma alta velocidade e abrangente alcance, bem como, com a mídia televisionada – (e, não raramente ambas tendenciosas), - reproduzindo um discurso dominante, por meio de seus pressupostos ideológicos.

Em outras palavras, essa falácia dominante atribui a prática e o aumento da violência a alguns grupos que, uma vez estigmatizados, justificam, por parte do Estado, investidas punitivas, cerceadoras de direitos e liberdade, encobrendo as raízes do problema, que está intimamente ligado à negligência, abandono e falta de investimentos estatais.

Zizek (2010, citado por Paviani, 2016), sustenta que “há uma violência objetiva, resultante do sistema capitalista, mas que a violência subjetiva e simbólica (Bordieu), confere eminente relevância, por apontar a violência como resultado de relações conflitantes de classe” (p.11). Portanto, o autor assegura que as raízes objetivas da violência estão ligadas à ordem do capital, e se expressa na ordem simbólica, reproduzindo atrocidades oriundas do sistema que se alicerça na exploração, expropriação e expulsão do outro, do território, promovendo deslocamentos variados.

Pensando no Brasil, podemos mencionar a concentração de riquezas em proporções absurdamente discrepantes, matança e encarceramento de jovens-negros-pobres, as mulheres que sofrem repetidas formas de violência (sendo quase 60% negras), uma guerra civil cotidiana no país do carnaval, silenciada, invisibilizada e ensurdecida por uma letargia da consciência, o que Zizek (2014) vai chamar de tolerância, adestrando-nos, tornando-nos amáveis e tolerantes ao disparate. Para o autor, “o discurso da tolerância é um exercício cotidiano da violência (...) película que impede que se veja as nossas próprias contradições tem a ver com o mecanismo ideológico que permeia o fenômeno da consciência” (Zizek, 2010, citado por Modena, 2016, p. 23).

Tal discurso se assenta, mutuamente, no discurso da meritocracia, e supõe certo conformismo frente ao caos instalado pela barbárie produzida pela desigualdade, anestesiando-nos. Tomamos a tese de Zizek (2010, citado por Modena, 2016) como embasamento no tocante ao

aspecto conjuntural da violência, no sentido de afirmar que há, antes de tudo, um sistema que rege o cotidiano pelas regras, normas e controle social, distinguindo uma cultura violenta de funcionamento.

A proposta é articular essa análise à leitura psicanalítica de Freud (1915/1976d), na obra privilegiando a dimensão que, embora inconsciente, manifesta-se nas formas de o sujeito ser e estar no mundo. O autor Lima (2004), advoga em torno dos ensinamentos freudianos que, há uma reciprocidade entre o humano e a violência desde os primórdios, e abrir mão dos instintos destrutivos seria condição *sine qua non* para viver em comunidade. Desse modo essas pulsões de morte seriam direcionadas para outras esferas, tais como “as religiões, as ideologias, as nacionalidades, o patriotismo, as defesas morais, as defesas políticas, as defesas dos textos”, permitindo assim sua vazão (Lima, 2004, p. 81).

Adentrando nas veredas do tema que interessa investigar, gostaríamos de estabelecer como o cerne, a violência contra a mulher, ou as violências, já que se manifesta por distintas formas, envolvendo uma complexa dinâmica de atravessamentos. Ainda hoje, há uma certa confusão e entrecruzamentos sobre a forma de nomear o fenômeno, não raramente, usa-se de forma indiscriminada os termos “violência de gênero, violência intrafamiliar e violência doméstica”. Nesse sentido, tomaremos como ponto de partida o breve esclarecimento desses termos.

Para Saffioti (2004), a violência de gênero supõe uma esfera diversa e abrangente, e diz respeito a homens e mulheres, – assegurando a multiplicidade das identidades de gênero. Poderia ser praticada por um homem contra outro, equivalente na situação das mulheres. No entanto, a expressão “violência de gênero” é mais difundida quando se trata do homem contra a mulher, cujo pano de fundo revela a lógica falocêntrica, machista e excludente. Scott (1995) retratou que a expressão “gênero” foi incorporada às pautas das lutas feministas no sentido de aludir ao arranjo social, a partir da ótica da divisão sexual, bem como opor-se à falácia do determinismo biológico velado. Cabe esclarecer que o gênero é forjado no âmbito das relações sociais, desiguais e, historicamente, impostas em prol da manutenção de um sistema. Daí a importância de nomear,

afinal, é a partir da linguagem e do discurso que também se estabelecem as relações de poder, favorecendo a compreensão e o desenvolvimento de estratégias de intervenção e enfrentamento mais assertivas.

Para a autora, existem duas categorias principais na violência de gênero, a doméstica e a familiar; respectivamente, a primeira envolve o espaço privado e doméstico, em que as pessoas coabitam no mesmo ambiente que o agressor, ainda que parcialmente. Já a violência familiar, implica em membros de uma mesma família, nuclear, extensa, dentre outras, que não necessariamente ocorra no domicílio, embora seja o caso mais comum.

No âmbito específico da violência contra a mulher, os números mais recentes apontam crescente agravamento do fenômeno, que ignora a divisão de classes, cultura, localização geográfica, regime político. Todavia, quando atribuída às categorias de raça/etnia e vulnerabilidade social, a realidade apresenta-se com evidente incremento quantitativo, relevando as perduráveis raízes escravocratas, travestidas no atual e equivocado discurso de democracia racial.

Segundo dados do *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015), com base em dados de 2013, do Ministério da Saúde, no Brasil, o feminicídio é a forma mais letal de violência praticada contra as mulheres: dos 4.762 homicídios de mulheres registrados, 50,3% foram cometidos por familiares, dos quais 33,2% dos autores foram parceiros ou ex-parceiros. Esses números colocam o Brasil no 5º lugar na classificação mundial desse tipo de crime. A pesquisa mostra que, no decorrer de dez anos, a quantidade de mortes violentas de mulheres negras aumentou copiosamente: de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013, o que representa 54%. Enquanto a mesma correlação para as mulheres brancas revelou uma redução de 9,8%, de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

Já, no *Atlas da Violência* (2018), em sua segunda edição, o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apresentou seção inédita com a temática da violência contra a mulher. Fora apontado, com respeito à violência sexual contra meninas e mulheres, que, nos último cinco anos, dobrou a quantidade de notificações de violência sexual registradas no sistema

de saúde. Entre outros pontos importantes, a análise evidenciou que, em 2016, mais da metade dos casos tratava-se de meninas com idade menor a 13 anos, dos quais 60% dos autores eram familiares próximos, amigos ou conhecidos das vítimas. Sobre o mesmo período, o documento revelou que as notificações desse tipo de crime foram menos do que a metade no sistema de saúde, se comparadas às denúncias no sistema das polícias.

Nesse marco, é imprescindível abrir um parêntesis na nossa exposição, para balizar a construção acerca dos temas trabalhados nesse item: violência, mulher, classe, raça/etnia, todos personificados em uma fatalidade que, oportunamente, inicia a supracitada seção na pesquisa do *Atlas da Violência (2018)*, qual seja, a referência ao assassinato de Marielle Franco:

O início do ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco, que chocou a população brasileira. Mulher, negra, mãe e moradora da favela da Maré, Marielle Franco era vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, no dia 14 de março, foi morta em um atentado. Treze tiros atingiram o veículo onde ela estava. A comoção pública e a transformação de seu nome em símbolo de resistência são sinais de que a violência contra a mulher está deixando de ser naturalizada (p. 44). Cabe apontar que o ocorrido com Marielle, negra, lésbica, mulher, nascida na favela, fora

mãe jovem, realça as contradições latentes no nosso país no tocante à raça/etnia e classe social, especialmente, quando nos reportamos às estatísticas previamente mencionadas, ela conta de sua história, mas também de tantas outras mulheres. No entanto, paradoxalmente, contraria outras estatísticas, pois ela se formou cientista social, fez mestrado, desde jovem se engajou nas lutas sociais, construindo fecunda carreira pública em prol dos direitos humanos, o que foi possível a partir de ações afirmativas tais como programas assistenciais, educacionais, terceiros setoristas, bem como o Programa Universidade para todos – Prouni¹⁵. Já fazem mais de 100 dias do assassinato, execução, crime de Estado, feminicídio de Marielle, parte da sangrenta intervenção militar por ela criticada, e, até o presente momento, sem respostas, responsabilizações, punições, justiça.

Nos Brasis em que o pacto social e as leis simbólicas se esvaziaram de sentido, as palavras foram amordaçadas, silenciadas, perderam seu poder, fazendo repetir a cena do medo, que se passa em outros estados, – nas metrópoles e nos interiores, no nordeste, no campo, na floresta, em que

¹⁵ O Programa Universidade para Todos - Prouni é uma ação afirmativa de direito à educação, cuja iniciativa criada pelo Ministério da Educação em 2004, que visando a inclusão social no ensino superior para estudantes de baixa renda e sem diploma. Por meio da oferta de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, nas modalidades integrais (100%) ou parciais (50%) (Brasil, 2005).

lideranças semelhantes resistem aos efeitos destrutivos do capital.

Kehl (2016) discorre sobre as violências dos nossos dias praticadas contra a mulher, interpretando que se trata de uma resposta subjetiva e real, da ordem da negação frente aos deslocamentos por elas promovidos e conquistados nessa seara, pois, assim sendo, uma vez questionado o suposto lugar feminino, há que se ver também o suposto lugar masculino. Podemos articular esse argumento com a barbárie escancarada contra Marielle, com proporções simbólicas e representativas, consideráveis numa sociedade falocêntrica, patriarcal e conservadora, ao passo que visualizamos essa cena num efeito de aproximação da lente, como propunha Galeano, para a corriqueira violência na vida dessas mulheres das quais tratamos.

A violência contra a mulher aparece como um sintoma social e conjugal daquilo que não foi elaborado pelos homens no tocante às mudanças e deslocamentos empreendidos pelas mulheres (Kehl, 2016). Esse enredo supõe inúmeros desafios, considerando que as mulheres, nessa situação, encontram-se, muitas vezes, numa posição subjetiva de servidão, de difícil manejo.

No (já mencionado) *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015), são apresentados números que corroboram a afirmação anterior, “a reincidência acontece em praticamente metade dos casos de atendimento feminino (49,2%), especialmente com as mulheres adultas (54,1%) e as idosas (60,4%)” (p. 51).

Outros dados revelam como o imaginário social ainda é, fortemente, impregnado pela história patriarcal na qual investimos no capítulo 2. Mas também se revela um paradoxo sobre a afetação e estranhamento em face da violência. A pesquisa realizada pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social, – SIPS, do IPEA, com representatividade abrangendo todas as unidades da federação, intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres” (2014), revelou que:

Quase três quintos dos entrevistados, 58% concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveriam menos estupros”. E 63% concordaram, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família.” Também 89% dos entrevistados tenderam a concordar que “a roupa suja deve ser lavada em casa”; e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (p. 3).

Paradoxalmente, a mesma pesquisa apontou os seguintes dados:

91% dos entrevistados concordaram, total ou parcialmente, que “homem que bate na esposa tem que ir pra cadeia”, dos quais 78% concordaram totalmente com a prisão de maridos que batem em suas esposas. E ainda, 89% dos entrevistados tenderam a discordar que “um homem pode xingar e gritar com a sua própria mulher” (p.3).

O paradoxo se instala no tocante ao imaginário social dos entrevistados, cuja ótica se referia ao modelo familiar nuclear e tradicional, em que homem é chefe da família, e não são toleradas formas exacerbadas de violência; no entanto, pressupõe comportamentos e posições supostamente femininas e masculinas. Os autores da pesquisa inferiram que tal dinâmica referia-se, principalmente, ao “ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade”, que concebe a organização social pautada na soberania do poder masculino e na heterossexualidade como norma, resguardando à mulher o lugar de assujeitamento nesse arranjo (IPEA, 2014).

Outro aspecto se refere ao custo social da violência contra a mulher, haja vista que ocorre custo humano, subjetivo e afetivo para as mulheres nesse contexto, bem como seus familiares, especialmente, os filhos, e esse custo é imensurável. Destacamos o custo no que tange ao sistema de saúde, à produção relacionada ao trabalho, dentre outros. Em 2013, foi divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, – BID, uma pesquisa realizada com mais de oitenta mil mulheres de sete países da América Latina e Caribe, a qual estimou os custos da violência contra as mulheres em termos de resultados intangíveis (Agência Patrícia Galvão, 2018).

O mesmo estudo evidenciou que os índices de violência estão intimamente ligados, de forma negativa, à saúde da mulher e de seus filhos, e demonstrou que a idade e escolaridade das mulheres podem reduzir esses efeitos mais graves. Em 2012, o Ministério da Saúde divulgou que, durante o ano de 2011, foram internadas mais de cinco mil mulheres no país, em situação de violência, o que representou, ao orçamento público, um valor de 5.3 milhões de reais, estimativa que se refere apenas às internações.

Essa cena traduz o velho jeito de fazer política no Brasil, a custos financeiros e social, que se desdobram para além da vida das famílias atravessadas pela violência, mas tem efeitos

arreatadores também nos cofres públicos. A lógica se coloca em lidar (pagando com vidas e dinheiro público) com as consequências de uma problemática social já conhecida, e cuja magnitude tem sido amplamente demonstrada a partir de pesquisas e estudos nas mais variadas áreas do saber, no entanto, é diminuto o investimento, quando se refere ao incremento orçamentário para as frentes preventivas, educativas e ampliadoras das políticas intersetoriais.

Já, no *Relatório mundial sobre violência e saúde (2002)*, divulgado pela Organização Mundial de Saúde, – OMS, Heise e Garcia-Moreno (2002) evidenciaram que:

Além dos custos humanos, a violência representa uma imensa carga econômica para as sociedades em termos de produtividade perdida e aumento no uso de serviços sociais. Entre as mulheres pesquisadas em Nagpur, Índia, por exemplo, 13% precisaram largar um trabalho remunerado por causa de abuso, faltando uma média de sete dias úteis por incidente, e 11% não conseguiram desempenhar tarefas domésticas por causa de um incidente de violência (p. 104).

São demasiadas as ramificações e entrecruzamentos da problemática que envolve o cenário de violência contra a mulher. Tendo em conta que os desdobramentos sociais, humanos, familiares e econômicos interessam a todos como sociedade, tomar contato com as múltiplas dimensões da questão, talvez seja o primeiro e mais importante passo para contribuir acerca do assunto, seja na condição de mulher, cidadã, pesquisadora, trabalhadora, mãe, estudante, familiar.

Nesse sentido, nosso intento fora delinear as sinuosidades que compõem esse intrincado traçado das violências contra a mulher, que conserva raízes históricas, econômicas e sociais, ao passo que também encarna sujeitos circunscritos nessa conjuntura, indissociavelmente, matizados por uma intersubjetividade.

CAPÍTULO 4 – O PERCURSO METODOLÓGICO

[..] “E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida” [..] (Morte e vida Severina, João Cabral de Melo Neto, 1991)

O presente capítulo tem por desafio apresentar a metodologia utilizada e as entrevistas realizadas. Tal construção metodológica dar-se-á a partir da análise histórica e social, com alicerce dos postulados psicanalíticos, que ensejam contribuições para pensar a subjetividade na conjuntura da cena social e na ordem societária capitalista.

Ao elencar o trânsito interdisciplinar, para refletir, sob diferentes enfoques, a respeito do fenômeno social da matrifocalidade e seus atravessamentos, inicia-se a navegação por territórios instigantes que, quando enlaçados, abarcam a potência singular desse encontro. Calha reproduzir a vivaz colocação de Moraes (1996):

Com o marxismo, e sua insuperável análise do modo de produção capitalista, entendi os limites históricos da nossa existência ao mesmo tempo que a urgência em transformar e superar muitos desses limites. Com a Psicanálise foi possível enfrentar as decepções e perdas e acreditar nas possibilidades de transformação internas. (p. 3)

A autora define a Psicanálise e o marxismo como “dois grandes continentes teóricos” de seu tempo. Assim, reitero que a teoria de sustentação das etapas apresentadas nesse capítulo tem por coerência a Teoria Social Crítica, enquanto as premissas psicanalíticas compõem essa estimada parceria, “fazendo furos”¹⁶ no repertório histórico social, culminando em outras lentes possíveis de se olhar para a temática. Ao passo que avançamos, mais incorremos nos riscos de “caminhar no fio da navalha”. A interlocução entre os campos do saber exigiu movimentação e coragem, “a circulação entre os campos pode fazer avançar uns e outros, além de dar testemunho da dimensão não toda de uma verdade sobre o sujeito ou sobre o campo sociopolítico” (ROSA, 2016, p. 27).

Por um lado, nos ancoramos no testemunho da exploração de classe, gênero e raça/etnia, como cerne da desigualdade social e suas múltiplas mazelas na sociedade contemporânea, orquestrada pelo *modus operandi* capitalista; trajando as desvatadoras vestes do modelo neoliberal,

¹⁶ Expressão utilizada na Psicanálise para se referir às fissuras, lacunas e furos que o método psicanalítico utiliza na investigação-interpretação-intervenção, para criar possibilidades e espaços dentro de um discurso “arrumado”.

ritmo no qual pressupõe uma lógica de acumulação mais acirrada, forjando a barbárie dos nossos dias, a partir dessa complexa conjuntura, ajustamos o foco, ou melhor, a escuta, para ouvir a perspectiva da protagonista mulher, afinada com a leitura em questão, na sua condição de sujeito de direitos. Enquanto, sob outro prisma, a Psicanálise analisa o sujeito de desejo, – nesse caso, a mulher em seus copiosos papéis, funções e posições, – e, em consequência disso, seu sofrimento e processo de subjetivação, atualizado em outros moldes, a depender do tempo histórico, social e cultural.

4.1 O método

“Sempre gostei das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. [...] O que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é o extraordinário. [...] (A vida que ninguém vê, Eliane Brum, 2006)

Navegar pelas correntezas as quais mencionei, fazendo a opção por me deixar guiar pela bússola psicanalítica, exigiu um esforço paradoxal: alternar as *lentes*, entre o conhecimento que constituiria minha identidade profissional, logo, de pesquisadora e assistente social, e me aventurar por territórios outros do saber. Também, embalada por essa confluência de correntes, e tomada por elementos desse novo território, “me deixar fisgar” por um sujeito de pesquisa que, dentre outros tantos, mobilizava a minha prática.

No tecido institucional, – profissional e acadêmico, – em tempos de especializações, fragmentações e “tribalizações”, tomar essa empreitada interdisciplinar, por vezes, consistiu em um movimento subversivo. Nesse ir e vir, o método é um caminho, a teoria social crítica é um ancoramento, as inferências psicanalíticas compõem um encontro promissor e potente diálogo. Nessa toada a pesquisa interdisciplinar emerge como traçado, em uma dinâmica audaz e imaginativa.

A interdisciplinaridade compõe uma categoria de ação, e não de conhecimento, resultante da interlocução entre fronteiras claras de cada disciplina e paradigmas rompendo com a ideia de que o conhecimento se processa em campos fechados. “Respeitam-se territórios, discriminando seus

pontos comuns e naqueles que o diferenciam” (Fenelon, 2006, p. 37).

Dito isso, é importante delimitar quais preceitos psicanalíticos tomamos como referência para o trajeto interdisciplinar. Belém (2000) discorre que, pela via da palavra, nos perdemos, mas também nos achamos, abrimos e desvendamos. Constrói-se um caminho, ou vários possíveis.

Assim, a Psicanálise irrompe na disparidade das ciências tradicionais positivistas, trazendo leitura acerca da sexualidade como fundante dos sentidos e da relação que se estabelece com o outro. *Freud*, “o arqueólogo da mente”, como era chamado, em seus longos anos de dedicação, mostrou que o sintoma funcionava como guisa ao sofrimento do sujeito, e, na construção, pela via da palavra, tornaria possível o desvendar de novos saberes. O saber, a criação de novos saberes, só será instaurado pela transferência que supõe a relação de pelo menos dois inconscientes, a escuta de um outro (Rosa & Domingues, 2010).

A escuta psicanalítica revela o que está para além do objetivo, do superficial, do que se busca e se acha saber, lidando com o inesperado, com o que há de vir, tornando possível a compreensão ampliada do contexto em que se insere o sujeito. E, nessa relação de empatia, onde também se implica o sujeito ouvinte, se presta e empresta a partir das ações, excessos, do não saber, do revelado, do oculto, do observado e construído nessa relação transferencial. Rosa e Domingues (2010) contribuem:

A experiência com os dados é transformada em texto que identifica e realça marcas no discurso, posições, efeitos de sentido. A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo. O caso revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita (p.7).

Evidente que a escrita “dos dados”, partindo da entrevista, ante uma *escuta* afinada, contempla apenas um recorte do complexo e plural contexto em que se insere o sujeito. O desafio que se coloca no trajeto interdisciplinar se refere a escutar o sujeito, amalgamando, de alguma maneira, a noção do sujeito de direitos, para considerar também o sujeito de desejo, e do laço social, sem a pretensão de prescindir da relevância de se olhar profundamente para um e outro nos

respectivos campos.

É, assim, no solo paradoxal da construção interdisciplinar, que se propõe construir novas compreensões, alternativas e direções, elencadas como premissas preponderantes a este trabalho: *a escuta, o vínculo e a transferência*. Nesse tripé fundamental de premissas psicanalíticas, tornar-se-á possível *escutar* esse sujeito do desejo, do laço social, e de direitos. Rosa (2016) é assertiva quando sustenta que:

[...] O sujeito não é o indivíduo justamente no ponto em que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca determiná-lo e exercer seu poder no escuro das relações. Nesse ponto do laço social comparece a política que rege as relações sociais e em contraponto a ética e política da psicanálise. (p.22)

A autora, em outra obra dessas veredas, se vale do aparato de Enriquez (2005, citado por Rosa & Domingues, 2010):

[...] de certa forma, a sociologia e a psicanálise têm o mesmo objeto de estudo: “a criação e evolução do laço social”. Enquanto a primeira está centrada nos aspectos objetivos das interações sociais, a segunda se detém sobre sua dimensão inconsciente, que abrange o modo como os sujeitos se enredam nos fenômenos sociais e empreendem ações coletivas, o imaginário social e coletivo, os processos de identificação, a repressão, a canalização das pulsões – que, por sua vez, são demandados pela sociedade.(p.2)

Em outras palavras, para a Psicanálise, o laço social é a via pela qual o indivíduo se torna sujeito. “*Uma ilusão frente ao desamparo*”, como intitula a obra de Ceccarelli (2009), na qual analisa os escritos de Freud (1930/1996a), e ratifica que o laço social é a possibilidade de que a humanidade lança mão frente ao desamparo original, – marca constitutiva e irrevogável do sujeito.

As representações do laço social vão se modificando conforme a cultura e o momento histórico, ao passo que, para a Teoria Social crítica, interessa perceber o modo de produção e a reprodução social da vida, impressa na maneira como as civilizações vão se organizando, reproduzindo as relações sociais e, essencialmente, respondendo à lógica que orchestra a conjuntura. As aproximações possíveis entre relações sociais e intersubjetividade precisam acolher a marca original da dialética, as tensões e ambivalências “[...] supõem, para além de explicitar conceitos e os fundamentos do campo, também indicar a metodologia, ou seja, o modo de abordar o fenômeno” (Rosa, 2004, p.183).

Tal cenário implica em lidar com a irrefutável complexidade que esse urgente e necessário diálogo inscreve em nós, sem prescindir das tensões, das descobertas, reconhecimentos, e da produção de novos sentidos, que ecoarão nas lacunas em que os campos do saber se entreveem.

Ora narrado o aspecto teórico que enreda a metodologia, partimos para contar sobre os aspectos empíricos do campo da pesquisa. Durante o primeiro semestre da pesquisa, por influências das disciplinas, supervisões, vivências nos espaços de exercício profissional (Saúde Mental, Assistência Social e Políticas sobre Drogas), das trocas extramuros¹⁷, como espaços de supervisão, debates e reflexão, o projeto nascente passou por várias construções/desconstruções/reconstruções.

As angústias e inquietações iam circulando, mobilizando a capacidade de indignação e procuravam atacadouro.

Foram perpetrados investimentos para a realização da pesquisa no Centro de Referência de Assistência Social, - CRAS, em que eu trabalhava, uma vez que reunia o cenário para essa investigação, em que a esmagadora maioria de destinatárias¹⁸ beneficiárias da Política de Assistência Social, e profissionais, eram mulheres, paisagem que lança raízes do fenômeno de “feminização da pobreza”(como abordado no percurso teórico), dada à condição de vulnerabilidade social¹⁹.

Tivemos recusado o nosso pedido de autorização para pesquisar na secretaria do poder executivo, responsável pela política em questão, sob a argumentação, - depois de insistentes tentativas de retorno, – de que o setor jurídico daquela instância não recomendara, pois, em meses vindouros, dar-se-ia o processo eleitoral no município, o que poderia conferir uma tendenciosidade à pesquisa.

¹⁷ Conceito proposto por Laplanche (1987), “psicanálise extramuros” baseia-se em aplicar o método psicanalítico fora do contexto clínico, da clínica tradicional.

¹⁸ As mulheres representavam, em 2013, 93% da titularidade no Programa Bolsa Família na Política de Assistência Social (MDS, 2013).

¹⁹ Apesar das imprecisões e variações que circundam o termo vulnerabilidade, tomaremos, aqui, o conceito de vulnerabilidade social, considerado pelas autoras Carmo e Guizardi (2018) como o contexto que qualifica o sujeito em critérios para seu acesso aos bens e serviços das políticas públicas de Saúde e Assistência Social. “O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada (p. 6).

Diante da perplexidade do fato, e, mais ainda, da justificativa, reestruturamos o projeto, destinando nosso campo de análise para um programa estadual de mediação de conflitos ligado à Política de Defesa Social, que, por sua vez, atuava nas periferias urbanas mais vulneráveis do município de Uberlândia - MG. Nossa escolha se justificou por tratar-se do âmbito estadual, – que, curiosamente, também se dizia progressista, – e, por acreditar que, naquele espaço, encontraríamos com o mesmo público assistido no CRAS, que transitava entre os diferentes dispositivos das políticas intersetoriais do território. Para nosso espanto, num misto de preocupação e desapontamento, recebemos mais uma negativa, com pretexto igualmente incongruente ao anterior, afirmando que, ali, não seria um espaço profícuo para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Por fim, para materializar o desejo da pesquisa, contatamos uma Organização da Sociedade Civil, que se constituiu como a mais adequada alternativa de acesso aos sujeitos. Atualmente, a instituição realiza assistência social, jurídica, psicológica, às mulheres e famílias em situação de violência, inclusive com o “autor” da violência, além de disponibilizar iniciativas para a pesquisa e extensão. Num primeiro momento, realizamos contato com a equipe da OSC, para apresentar a pesquisa e obter sua aprovação. Feito isso, foi pleiteado e aprovado o parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia.

A entrevista foi elencada como o instrumento coerente para a escuta. Segundo Costa e Poli (2006), ao apoiar-se no cerne da teoria psicanalítica, o inconsciente, e suas manifestações, fala-se, necessariamente, desse sujeito do desejo, do laço social. Então, aspira-se que esses constructos simbólicos se descortinem no enredo da entrevista, quando o discurso “arrumado” e congruente, de repente claudica, pelos silêncios, afetos, linguagem não verbal e outras possíveis formas pelas quais o sujeito e expressa ou deixa de se expressar. Essa reflexão aponta para a necessidade de “um tempo de apropriação por quem é afetado por elas. Esse tempo requer a inclusão em um circuito de *transferência*” (p.16).

Foram entrevistadas três mulheres usuárias do serviço da Organização da Sociedade Civil. Assim, mediado o contato por um profissional da instituição, realizei um contato telefônico para me

apresentar a tais mulheres para organizar a melhor forma de agendar o encontro. As mulheres foram receptivas, e os locais de entrevista variaram entre a sala de atendimento da instituição, sala de atendimento da Clínica de Psicologia da universidade e a casa delas, conforme a escolha de cada uma.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com as devidas autorizações das participantes²⁰, posteriormente, foram transcritas, - momento consideravelmente relevante, posto que contempla, de forma detalhada, o discurso das entrevistadas, onde se pode captar os afetos, expressões, variações na voz, silêncios, pausas, reações, e todo o múltiplo universo desse encontro.

A análise acontecerá em semelhança a um mosaico, do latim *mouseîn*, próprio das musas, imagem ou padrão visual formado por uma miscelânea de partes distintas, que é também um artesanato (Dicionário Informal, 2017). A composição de análise será composta por trechos da entrevista, reflexões e articulações teóricas que, quando combinados, enunciam o cenário singular da descoberta. Nessa toada, os preceitos psicanalíticos marcam o caráter investigativo da pesquisa (Enriquez, 2005). Portanto, no decorrer da análise, será privilegiada a escuta da subjetividade, para, mais tarde, pensar no alcance de sua contribuição como um instrumento à dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Cabe, aqui, realizar uma breve apresentação das mulheres entrevistadas. A primeira delas, Clarice²¹, 33 anos, separada, negra, mãe de três filhos, sendo duas crianças e um adolescente, e, na ocasião, trabalhava em dois empregos como profissional da saúde, sendo sua renda um pouco maior que três salários mínimos, e ela é a responsável exclusiva pelo núcleo familiar. Ela preferiu me receber em sua casa, após o horário comercial.

A segunda entrevistada foi Bárbara, 51 anos, divorciada, branca, mãe de três filhos adultos e casados, comerciante autônoma, não possui renda fixa, mas a média é próxima de um salário mínimo e vive sozinha. Ela optou por ser entrevistada na OSC.

²⁰ Conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, prerrogativa do CEP. E, após a conclusão da pesquisa, as gravações serão apagadas.

²¹As entrevistadas receberam nomes fictícios no decorrer da pesquisa, a fim de garantir princípios éticos, pautados no sigilo e preservação da identidade.

Por último, fora entrevistada Isabel, 24 anos, separada, branca, mãe de um filho de 6 anos de idade. Ela é atendente de *telemarketing*, e sua renda corresponde a pouco mais de um salário mínimo, provedora exclusiva do núcleo familiar, em que moram com ela, seu filho e sua mãe. A entrevista foi realizada em sala da Clínica de Psicologia da universidade, por sua própria escolha.

As três mulheres entrevistadas apresentam considerável riqueza quanto à diversidade social, no tocante às categorias de análise à classe, raça/etnia, faixa etária, origem (campo e urbana); escolaridade; condições que possibilitam observar aquilo que se repete na perspectiva social e coletiva, mas também o que avança e retrocede, tanto no singular, em cada contexto, onde se constituem sujeitos.

Portanto, dizer sobre o método, no caso, é antes de mais nada, *despraticar as normas* (Manoel de Barros, 2006), olhar de um jeito diferente o fenômeno, desnudar-se do estatuto daquilo que se acha saber, fazendo espaço para o silêncio, para a dúvida. Parafraseando Brum (2006), caberá arriscar o lançamento de um “*olhar insubordinado*”, poderíamos transpor para “*escuta insubordinada*”, rompendo com a “surdez” do suposto saber, permitindo descobrir a singularidade nos apagamentos e aniquilamentos, que, por vezes, invisibilizam e silenciam o extraordinário da vida cotidiana. A descoberta e os ensaios da interpretação nos aguardam no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.1 – O encontro com Clarice

“Não sei muito sobre mim mesma. Quando acho que sei um pouco, eu mesma me desmascaro e escapo de mim” (O Olho da rua, E. Brum, 2008).

O trecho de Brum (2008) inaugura o capítulo da análise. Do encadeamento de períodos da sua vida, subitamente, algo irrompia e interrompia, desassossegando seu discurso. Após o primeiro contato, por telefone, ela escolheu me receber em casa, depois do horário comercial, para a realização da entrevista. Já era começo da noite e a residência de Clarice ficava ao lado de um terreno baldio, com matagal já crescido, e um muro cinza chapiscado. Enquanto, lá de fora, eu aguardava ávida por escutá-la. Como essa experiência me afetaria? O que a narrativa de si própria, – lembrando que a entrevista em si não é um instrumento de intervenção, mas de pesquisa, – produziria em Clarice?

Bondía (2002) fala do poder que as palavras têm quando faladas, pensadas, ou ainda silenciadas, podem “[...] sobretudo dar sentido ao que somos, e ao que nos acontece” (p. 21). Cá estava eu, pronta e incompleta, experimentando a relação transferencial sobre a qual tanto lera, e, no meu íntimo, indagações pairavam sobre com quais palavras se faziam os silêncios, pensamentos, falas de Clarice. O que nosso encontro contar-me-ia?

Passamos por um corredor, entre sons de latido e barulho de televisão, onde primeiro fica a casa do seu irmão com a família, e aos fundos, onde ela mora. Embora Clarice seja receptiva, ela reserva um quê de tristeza no olhar. Convida-me para entrar e sentar e explica que, ao escolher um horário para me receber, preferiu reservar quando seus filhos não estivessem em casa (estavam na aula de música).

Clarice, 33 anos de idade, recém-separada da segunda união, – ambas atravessadas pela violência intrafamiliar, – é mãe de três filhos, – duas crianças e um adolescente (frutos do primeiro relacionamento), que possuem as idades de 11, 9 e 8 anos. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava em dois empregos, como profissional da área de saúde, sua renda era um pouco maior que três

salários mínimos, sendo ela a responsável exclusiva pelo núcleo familiar.

Primogênita de três irmãos, tem um irmão e uma irmã, esta já falecida. Clarice aprendeu bem cedo a árdua tarefa de “chefiar” a família. Narrando suas memórias, conta que, aos 11 anos, sua mãe sofrera um *quadro de depressão pós-parto*, após o nascimento de seu irmão, período em que seu pai trabalhava viajando e só retornava aos finais de semana. Além das atividades domésticas como cozinhar, arrumar a casa, lavar roupas, cuidar dos irmãos mais novos, Clarice vigiava para que a mãe *não tomasse remédios, e temia suas tentativas de suicídio*. Clarice, filha, era, desde cedo, também mãe.

Ela menciona, por vezes, um vínculo afetivo fragilizado com a mãe ao longo de sua história. Por outro lado, disse que seu pai é a única pessoa com quem pode contar no cotidiano, uma vez que sua irmã - quem fazia, em grande parte, essa função materna-, falecera há pouco tempo. Sobre o período turbulento em que também se separou do primeiro relacionamento, conta que, por nove anos, sustentou o relacionamento conjugal com o pai de seus filhos, apesar de sofrer violências física e psicológica, as quais se estendiam à sua prole.

Clarice é, dentre tantas coisas, mulher, negra, jovem, a provedora exclusiva do lar. Por meio de ações afirmativas²², presentes na universidade pública, ingressou pela política de cotas, onde, depois, tornou-se bolsista durante a graduação, cuja bolsa (quatrocentos reais) representava o sustento familiar. Em sua fala, ela atribuíra às ações afirmativas da educação, a possibilidade de ascensão social, e colocação no mercado de trabalho. Depois de formada, continuou sustentando a família, agora, com dois empregos. Contrariando as falácias conservadoras e meritocráticas no tocante à questão das cotas, como uma suposta iniciativa supérflua, vitimista e benessista, Clarice reafirma as estatísticas sobre a relevância dessa política para a inclusão social de negros, pardos, indígenas e pessoas empobrecidas.

²² A Política Pública de Cotas nas universidades teve sua implantação no Brasil, em 2003, num contexto de muita polêmica e resistência de forças *instituídas* (Barembblitt, 1994) conservadoras. No entanto, em estudo realizado por Bezerra e Gurgel (2012), referente à quase uma década da implantação da política, apontou dados que afirmam a potência deste enquanto “um instrumento de política pública de inclusão” (p.95), tais como o desempenho e aproveitamento, durante o curso, é bastante semelhante entre alunos cotistas e não-cotistas, e na categoria de evasão, o contingente entre costistas é quase a metade do encontrado entre os não-costistas.

Clarice explica que o seu ex-parceiro não trabalhava, gastava os rendimentos dela com *farras e mulheres*, e, quando se via pressionado, ficava agressivo, e também quando ele estava sob efeitos de cocaína e álcool, ela chegou a ser agredida fisicamente, mas, verbalmente, como conta, era com frequência. Expressa que, nessa ocasião, ficou deprimida, deixou seus *trabalhos*, foi *desistindo*. Além de tudo isso, ele também era agressivo com os filhos, expondo-os a ambientes inadequados, por exemplo, quando oferecia festas regadas a drogas lícitas e ilícitas em casa, nos períodos em que Clarice estava trabalhando.

Não bastasse, depois da separação, quando Clarice o responsabilizou legalmente pela pensão alimentícia de direitos dos filhos, ele *arrumou emprego* para os dois filhos mais velhos, ainda crianças, sob o discurso de que eles já conseguiam trabalhar e não mais precisaria pagar pensão. Além da exploração do trabalho infantil, que foi interrompida graças à denúncia no Conselho Tutelar, Clarice, fala que teve *de abrir mão da pensão*, ainda que tenha acionado o sistema de garantia de direitos, percebeu, *por um acordo implícito, para tê-lo próximo dos meninos*, foi preciso desistir. Ainda expõe, que seu primogênito, o mais próximo do pai, chegou a dizer: *É, não sei se eu vou conseguir ver meu pai preso, por que você não larga isso pra lá?*

E, assim, Clarice cedeu. Tempos depois, se *reergueu*. Retomou o trabalho e envolveu-se em outra relação conjugal que, inicialmente, parecia ser promissora, aguçando o otimismo de Clarice. O segundo companheiro partilhava da vida doméstica e esboçava algum cuidado, até ela defrontar-se com episódios em que se repetiam *traições e violências*. Após 5 anos, ela separou-se mais uma vez, período recente, aproximadamente 4 meses antes da nossa entrevista. Eles ainda mantêm contato, por vezes, ele visita a casa e a ajuda com o filho mais novo, com quem *tem vínculo* e de quem acompanhou parte do crescimento. Ao contar, Clarice se refere ao ex-companheiro de forma quase que nostálgica, saudosa.

Me angustio ao pensar que Clarice já vivenciara experiências tão intensas nos seus 33 anos. É pela via da palavra que se alcança o que se desconhece, a palavra que fala e, às vezes, palavra que cala, silencia e ora grita. A escuta que se interessa pelo sofrimento daquele que fala é, por

excelência, uma forma de comunicação, pela qual se enunciam demandas, nem sempre manifestas. Vejo-me assim, naquela escuta.

Na medida em que avança sua prosa, vai se montando um cenário de alguém precoce, que se adiantou em muitas funções durante as fases da vida, e que também foi convocada a cuidar, em diferentes esferas, incluindo a esfera profissional, na qual exerce a atividade de enfermeira. Por outro lado, diz também de uma mulher que, a despeito das adversidades enfrentadas, conseguiu concluir o ensino superior e se inserir com desenvoltura no mercado de trabalho.

Mas é a dor primeva, transportada no discurso de Clarice, que mais captura minha atenção, do colo de mãe que lhe faltou, do embaraço que é dar o colo também para os seus, frente às múltiplas exigências do cotidiano e jornadas de trabalho. Da perda de sua irmã, que se fizera colo e presença, dentre tantas ausências. Das investidas frustradas nas relações conjugais, esperançosas de afeto. Ao longo de toda sua fala, sinto um tom penoso de sacrifício. Entre “emancipação”, sobrevivência e fragilidades, eis um panorama do mosaico de Clarice.

Clarice-mulher: emancipação – fragilidade

“Trata-se de uma situação simples, um fato a contar e esquecer. Mas se alguém comete a imprudência de parar um instante a mais do que deveria, um pé afunda dentro e fica-se comprometido.” (Os obedientes, Felicidade Clandestina, Clarice Lispector, 1998c)

Após contar-lhe um pouco sobre a pesquisa, e feitas as formalidades, pergunto se posso começar a gravar. Clarice responde que sim, num misto de desajeito com ansiedade. Ela parecia ter vontade de falar. Início pedindo para que ela me contasse de sua trajetória. Clarice, na urgência de narrar, parte do primeiro casamento, seguido da maternidade e da agressão, como que, se numa sinopse, pudesse dizer os pontos principais da obra de sua vida. Um convite para que minha escuta pudesse acompanhar sua narrativa, ali, sendo a autora, editora e personagem. Fico atenta, mobilizada. Figueiredo (1994) discorre sobre a experiência da relação transferencial:

[..] não coincide com a obtenção de informações, ou das formulações acerca de algo, consiste então na experiência de ser afetado, e em ser transformado, deixando a coisa vir sobre nós, para que caia em cima e nos faça outro (p. 122).

Pareceu-me uma combinação entre querer-causar espanto, anunciando sua tragédia, mas também comoção, pedindo acolhimento da sua dor dita às pressas, para que, sem rodeios, a aspereza do seu tornar-se a mulher Clarice marcasse o tom da história contada. Ela me convoca com seu olhar, há um franzido em sua testa, e seus olhos lamentam.

A compreensão da relação transferencial era algo. Ali acontecia um entrecruzamento de afetos e saberes, fazendo ressonâncias na trajetória de Clarice e em mim. Nesse encontro, ela apresenta, dela, o singular. E eu reparava que ela apresentava também o universal²³ de tantas Marias e Clarices. Aos poucos, na ponte interdisciplinar, eu percebia que essa avidez pela escuta orientar-me-ia pela “perspectiva de revelar a interpenetração dialética entre singularidade, particularidade e universalidade” (Lukács, 1967, p.363).

Tomada pela escuta de Clarice, a entrevista foi guiada pela bússola psicanalítica, preservando o tom de dualidade que nossa protagonista convocava:

Como não odiar uma pessoa que te magoou tanto? É uma questão que eu queria entender mesmo.. de como que eu posso amá uma pessoa que me fez mal? Odiar uma pessoa que me fez tanto mal, e consegui.. continuá amando ela? (Clarice)

A dualidade, diferente da contradição, ou ambivalência, não disputa, nem concorre e, com ela, Clarice guia nossa busca. Maurano (2010) sinaliza que “é preciso, antes de tudo, que apareça alguma possibilidade de o sujeito escutar algo dele mesmo [...] se situe no que está falando e, no mínimo, se intrigue com o seu posicionamento (p. 42)”. A autora aponta para a potência que surge quando o sujeito produz narrativa acerca do seu próprio sofrimento, e, nessa escuta transformativa, também habitam possibilidades.

Aliás, a dualidade, às vezes, me chega como *confusão*, um sentimento que Clarice me desperta ao longo de nosso encontro. Parece-me algo volátil, feito de excessos e vazios, de fúria e solidão, de tanto ao mesmo tempo. Por vezes, durante a entrevista, Clarice ria, e no instante

²³ Conceito de Luckács (1967), a partir do materialismo histórico-dialético de Marx, que, para “apreender a totalidade da realidade em suas conexões essenciais, das conexões entre o singular-particular-universal, é preciso orientar-se por essa noção.

seguinte, chorava, ao narrar partes da sua trajetória que escolheu contar:

Era esse o meu modelo, e eu não consegui.. (meio rindo sem graça) mas tá bom, tô caminhando para que meus filhos tenham esse modelo (chorando). É muito triste, é muito ruim, me dói muito, me dói no coração[.] (Clarice)

Esse movimento paradoxal vai revelando os desencontros de Clarice, os impasses, o caos que, por vezes, se instala. É importante resgatar que tal movimento influenciou na escolha do nome fictício da entrevistada, remetendo ao clássico da *Música Popular Brasileira*, – *MPB*, da década de 1970, de composição de *João Bosco e Fernando Brant*, gravada na voz de *Elis Regina*:

[..] mas sei, que uma dor assim pungente não há de ser inutilmente a esperança [...] dança na corda bamba de sombrinha e em cada passo dessa linha pode se machucar [...] choram Marias e Clarices no solo do Brasil [..]

A canção retrata o período de regime militar no país, em que o autoritarismo e violação de direitos faziam marcas na carne, na subjetividade e na cultura da população. Nesse enredo, *Clarices e Marias* choravam o exílio, desaparecimento e tortura de si, e dos seus. Intrigavam-me as *palavras e silêncios* que compunham o choro de Clarice. Ecoava a questão, se aquele seria um choro sentido do seu próprio exílio.

De um lado, ditames do capital, esse sujeito mulher, inserida na cultura, ao “emancipar-se”, não raramente, adere ao ideal moderno, de polivalência, autonomia, ascensão profissional e econômica, e, no revés, um exílio nas relações (Goldenberg, 2013). Um roteiro que remete aos primórdios da constituição do sujeito, para quem, sendo, irremediavelmente, marcado pelo desamparo, o laço social configura uma tentativa desesperada de restaurar-se e reatar-se. Versa sobre seu exílio singular, por vezes, remontado às trilhas percorridas em novas relações.

Logo, depois de narrar o fim da sua relação conjugal, pautada num vínculo violento, ela conta, em tom entusiasta, como foi bem sucedida em sua carreira profissional, por meio do acesso ao ensino superior (via cotas), aos seus programas de inclusão (bolsas de extensão, monitoria, estágio) e imediata inserção no mercado de trabalho. Sobretudo, de como essa “*emancipação*” tornara possível que se separasse do companheiro, com quem repartia uma relação violenta, cuja

condutas, paulatinamente, se estendiam aos seus filhos.

[..] consegui terminar o meu curso, graças a Deus, e consegui manter uma casa com a bolsa de lá, com 400,00 reais eu mantive a minha casa por quatro anos, né. Saindo de lá, eu saí com dois empregos, e foi muito bom pra mim, eu nem tinha formado ainda [...] Eu vi que eu pude dar um passo muito grande, e que eu não precisaria dele pra dar continuidade na minha vida, então eu resolvi a separar dele [...] (Clarice)

Tal passagem contava sobre como as ações afirmativas, por meio das políticas sociais (educação, raça/etnia, gênero), foram condição *sine qua non*, para alcançar a tão sonhada “emancipação feminina” de Clarice. Isso evidenciou que há muito o que se avançar nas dimensões preventivas, pedagógicas e intersetoriais, contempladas na Lei Maria da Penha, que, apesar de seu incontestável valor central ao campo de gênero, está se desenvolvendo mais na dimensão punitiva (Mello, 2012). Ainda, ecoavam indagações sobre a complexidade que povoava aquele misto de choro e riso, que exigia de Clarice um equilíbrio entre diferentes funções, às vezes, irreconciliáveis com seu desejo. Falava também desse lugar, *a corda bamba*, sugerindo contradições e confusão, como, às vezes, vibrava ao longo de suas falas:

eu tinha que assumir a responsabilidade da minha casa. [...] foi aonde que eu me vi e falei, não, não preciso de ninguém prá pode toma conta do meu lar, porque até hoje nas separações, em tudo, eu que tomei conta de tudo, eu que pago a água, que corro atrás das coisa [...] A mulher às vezes, ela que um parceiro, ela quer uma homem pra toma conta disso, de ter essa responsabilidade, nem todos tem essa responsabilidade (Clarice).

Clarice, num paradoxo ambivalente, conta de um suposto inchaço das tarefas que lhe foram atribuídas como mulher, profissional e mãe. Com isso, revelou também seu processo de emancipação e autonomia, delineado como a trajetória de sucesso de alguém que é polivalente e tudo consegue fazer. Contudo, ela finaliza esse trecho dizendo o quanto gostaria de um parceiro que partilhasse dessa responsabilidade, anunciando também um desamparo.

Parece que, a partir da emancipação econômica, e da marca da violência em sua cria, Clarice conseguiu romper uma relação arrebatadora. Depois se lançou em outra relação, talvez tão mais violenta que a primeira, episódios simultâneos entre os altos e baixos da sua ascensão, que vinha quase como uma compensação (ora salvação) do vínculo violento. Mas, em alguma medida, essa liberdade era também aprisionadora:

Eu tô trabalhano de manhã e à tarde todos os dias, eu trabalho das sete às dez, venho em casa, dô o almoço, levo pá escola, e à tarde eu entro da uma às sete, aí eu chego, faço janta e a gente vai dormi. Essa é a nossa vida! (Clarice)

A sustentação material dessa suposta “emancipação”, pode ser por vezes aprisionadora, uma vez que manter essa imagem de “mulher bem sucedida”, está colada à manutenção de jornadas continuadas de trabalho e as outras demandas.

Nas trilhas da crescente e diversificada onda de movimentos sociais acerca da liberdade e autonomia da mulher, – resguardando a relevância histórica e social trabalhada nos capítulos teóricos, – por vezes, nos discursos calorosos que povoam essa ideia de autonomia (confundida recorrentemente com auto suficiência), parece não restar espaço para a narrativa do singular, da dor e dor sofrimento, da fragilidade e do desamparo, da impotência, que, quando não ditos, revelam-se no laço, em aprisionamentos outros, nas configurações de morte e vida tão em voga nos tempos atuais.

Clarice-amor: desamparo e laço, morte e vida

“As palavras me escondem sem cuidado. Aonde eu não estou, as palavras me acham. Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas” (Livro sobre nada, Manoel de Barros, 1996).

Clarice esteve em atendimento na OSC por, aproximadamente, um ano, por meio de encaminhamento feito pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, que *não pôde fazer nada (sic)*, uma vez que ela ainda continuava na companhia do seu cônjuge e agressor.

Ela vivenciara relações conjugais marcadas pelo traço da violência intrafamiliar e contava de sua trajetória na rede de cuidado entre vários encaminhamentos. Entre vínculos frágeis, ela revelava também que transitava por vários dispositivos institucionais e, ao mesmo tempo, *não era de ninguém*. Surge, aqui, outra faceta do desamparo, sua dimensão social.

O sofrimento e a dor de existir sempre foram fontes infinitas de inspiração para artistas, poetas, psicanalistas, estudiosos, cientistas, religiões e outros campos. Um enigma onipresente, a

despeito de todas as barreiras geográficas, políticas, sociais e étnicas, marca a constituição do sujeito, e faz inaugurar o sujeito inserido na cultura. O desamparo é constitutivo do sujeito, “[..] uma perda eterna, atemporal em seu acontecer, em que o limite entre passado e futuro torna-se indistinto pela presença constante de uma falta [..] (Freud, 1917/1990a).

Quando anunciada a sinopse, Clarice resume sua história, declarando o final trágico da sua primeira relação conjugal, um episódio de violência (que sucedera outros), dizendo aquilo que, em seu imaginário, supostamente, me interessava ouvir. Ela inicia a narrativa, em cunho descritivo:

[..] fui casada 9 anos, casei mesmo no cartório, tudo bonitinho, tive desse primeiro relacionamento meu, eu tive 3 filhos, [..] no qual no decorrer desses 9 anos, eu passei um pedaço bemmm apertado mês com o pai deles e tudo, .entre agressões verbais, até mesmo agressão física. (Clarice)

Ela menciona que, logo, percebeu que *tinha dado num beco sem saída*, e, decidida a não voltar atrás, *se enfiou de cabeça*. Faz referência a um modelo idealizado de família, que ainda busca, embora, quase num engano, em tom confessional, fala de como esse modelo nuclear a sobrecarregava, e que não era bem isso que almejava, mas, mesmo assim, o sustentou, diante da ameaça de ficar só. E afirma que *isso sim seria mais doloroso ainda*.

Nessa altura, Clarice, – num retrato de mulher contemporânea, – com tripla jornada, era a provedora exclusiva da casa, e passava pouco tempo com a família, enquanto seu primeiro companheiro era o principal responsável por cuidar dos filhos e algumas tarefas domésticas. No entanto, era impaciente com a prole e, com frequência, saía nos finais de semana, retornando somente na segunda pela manhã. Esse, dentre outros comportamentos inconsequentes, levou ao conhecimento de Clarice, que ele era dependente químico de cocaína e álcool. Entre casos, orgias e violência, ela já não mais suportava ser (fazer-se) refém de uma relação em que padecia.

Num dado episódio, ele promoveu um churrasco enquanto ela estava de plantão. Ao chegar, deparou-se com o filho mais velho, que, durante um acidente doméstico, limpando a desordem do churrasco, cortou o supercílio. Diante de repetidas traições, exploração, violências e sangrias, e acrescento, empoderada pela emancipação financeira e profissional, Clarice assinala seu limite, *foi o bonde expiratório pra falar chega, basta!*

De forma muito original e interessante, ela se equivoca na expressão *bode expiatório*, – que, na etimologia da palavra, significa veículo que exala, expele (Dicio, 2017), enquanto a expressão popular “bode expiatório” é usada para definir uma pessoa sobre a qual recaem as culpas alheias (Dicio, 2017). Clarice, desafortunada, põe fim à tolerância da relação familiar negligente e abusiva:

[..] e então a gente separô e ele me deixou com os meninos bem pequenos, ele me..me traia muito, arrumava muitas mulheres, e um dia eu tava de plantão, cheguei em casa e ele tinha feito um churrasco aqui, e o meu mais velho tinha ido limpar a casa e ele caiu e bateu o supercílio, e eu cheguei, vi àquilo, pra mim foi a gota d'água. (Clarice)

É imperioso observar, no contexto da violência intrafamiliar, o funcionamento inconsciente dos personagens em questão, partindo dos primórdios da constituição do sujeito, em que, marcado pela falta original, remete o sujeito a uma busca incessante de resgatar o objeto perdido, e que Freud (1917/1990a) nomeia como *desejo* (Maurano, 2010). Eu me perguntava qual era o lugar do desejo de Clarice frente ao vínculo violento. Ao que sugere, para além de um *modus operandi* que se repete, também se lança, nesse laço fragmentado, como uma tentativa de sobreviver ao desamparo.

Pela ótica psicanalítica, há uma repetição no ato de assujeitar-se ao outro, que remete aos primeiros estágios da constituição em que, diante da ausência de um outro, que legitime seu lugar de sujeito, tal efeito tornar-se-ia por demais demasiado, excedendo o que se pode suportar da experiência. Freud (1931/1996b) nomeia esse excedente como catástrofe. Sobre tal constructo freudiano, Naves (2014), elucida que essa posição subjetiva servil diante da catástrofe estender-se-ia ao longo da vida de Clarice, cujas amarras ocasionariam um torpor e incapacidade de reação frente ao ato violento com consequente isolamento social, sentimento de vergonha, familiar, ruptura ou fragilização de vínculos; saúde mental: instalação de quadros psiquiátricos, depressão; econômica: absenteísmo; abandono de emprego, fazendo do enredo da violência contra a mulher, uma espiral de difícil saída.

Isso vai tornando clara a indissociabilidade das origens e elaborações subjetivas, articuladas às políticas públicas de enfrentamento dessa realidade arcaica e devastadora. Clarice, depois de um

período deprimida, engajou-se nas *terapias*, acompanhamento médico, e retomou sua vida, inclusive, constituiu nova união:

[..] consegui me reerguer de novo, e comecei a trabalhar de novo, a levantar de novo e me envolvi em outro relacionamento [..] nesse outro, ele me ajudou muito. [..] comecei a fazer o tratamento, tomar medicação, controlá tudo. Só que, eu não sei o que que passa na cabeça de home, pra te falar a verdade! [..] e eu vi que eu tava entrano no mesmo..na mesma redoma ali.. eu falo assim, nossa!!

[..] um dia eu cheguei aqui ele tinha pegado o Bento, que eu falei, nossa! Cê quase matô meu filho! Eu não vô chamá a polícia pra você, por com.. por.. respeito à sua mãe!

Eu vivi muito tempo “assim”, o pai dos minino me ofendia verbalmente, ele me agrediu uma vez só, mas agredia verbalmente, né.. xingava, falava. Agora do segundo relacionamento, era empurrão né, era puxão de cabelo, ofensa, eu ganhei um soco no olho[..] (Clarice)

Os trechos acima levam a pensar sobre como relações conjugais violentas, possivelmente, se sustentam por multifacetadas, – objetivas e subjetivas, dentre elas, aspectos culturais, sociais, econômicos e afetivos. Por vezes, a dependência financeira, nos casos em que a mulher depende parcial ou exclusivamente da renda do cônjuge, para sobrevivência dos filhos e sua própria, ora, na contemporaneidade, se percebe ainda a alternância desses papéis, quando não há a dependência econômica, há outras, a exemplo de Clarice, que desejava contar com seus parceiros para cuidar dos filhos e da casa. Considerando, aqui, uma leitura a partir da ótica da desigualdade de gênero, no interior da discussão da luta de classes (Inácio, 2003).

Nessa conjuntura, retomando a via do desejo, Marin (2004) aponta que um velho dilema assume novas roupagens nos dias atuais, e trata da tentativa de conciliação do sujeito, entre inserir-se na cultura, renunciando suas pulsões, e encontrar formas deleitáveis de viver. No entanto, frente às inatingíveis exigências da cena contemporânea, em que predomina o ideal de autonomia, individualismo, felicidade e prazer, o sujeito se vê frente ao desamparo. Contexto em que, segundo a análise da autora, o ato violento pode ser uma tentativa de resposta, afirmação de sua singularidade, e negação da alteridade.

Dessa maneira, no contexto de Clarice, podemos interpretar que lançar-se aos vínculos violentos configura também uma tentativa de sobreviver frente ao desamparo. Tomando o palco de Clarice, considerar a violência, a partir de multifacetadas, nem de longe é justificá-la ou negar os

prejuízos dos atos de aniquilamento para os envolvidos na cena (em aspectos subjetivos e conjunturais). Contudo, é fundamental admitir sua complexa e heterogênea dimensão. É, antes de tudo, assumir uma postura ética, a escuta e o reconhecimento dos diferentes personagens - e suas posições, superando o dueto vítima-algoz, que compõe a trama; e, por fim, criar hiatos de reflexão para caminhos possíveis (Marin, 2004). Tal circunstância, absolutamente, não prescinde das conquistas no campo legal e de seus dispositivos protetivos e punitivos, para além disso, vislumbra ampliar o alcance da compreensão, logo, das intervenções.

Prova dessa necessidade é o alto número de reincidência, no estudo *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015), foi apontado “que a reincidência acontece em praticamente metade dos casos de atendimento feminino (49,2%), especialmente com as mulheres adultas (54,1%) e as idosas (60,4%)” (p. 51). Também não são raros os casos em que há desistência ou tentativas de retiradas das denúncias, o que levou o Supremo Tribunal Federal a votar como procedente a ação direta 4.424/2012, reafirmando os artigos 12 e 16 da lei nº 11340/2006, Lei Maria da Penha (Brasil, 2012). Os quais conferem autonomia, às instâncias de garantia de direitos no tocante aos trâmites aplicáveis da lei, incondicionada à apresentação da vítima. É comum que, sob ameaças, fragilidade de vínculos familiares e comunitários, e, em última instância, (que infelizmente ainda acontece) pelo despreparo, falta de compreensão e conhecimento, e resquícios machistas, alguns profissionais da rede de proteção, cuidado e garantia de direitos, acabam por desqualificar o discurso da mulher em situação de violência. Esse fato, por vezes, provoca o abandono ou evasão, - prefiro ainda exclusão, - dos serviços de acolhimento, acompanhamento e proteção (Mello, 2012; Souza e Pimenta, 2014).

Clarice-sujeito: mãe-filha

“Todos os dias que depois vieram, eram tempo de doer [...]” (Guimarães Rosa)

O primeiro afeto que Clarice associa à sua mãe, quando a menciona na entrevista, é a

indiferença. Aos olhos dela, em tom de julgamento, sua mãe não oferece qualquer tipo de apoio ou solidariedade frente às adversidades que enfrenta. Na fala de Clarice, geralmente, em tom comparativo, o pai aparece como generoso e disponível, enquanto a mãe manifesta-se essa figura rival.

[..] eu tô tentano, levá, sabe, não.. ignorá, porque é minha mãe, eu não posso ficá apontano os defeito dela né. Sempre foi difícil, desde quando eu era adolescente, minha mãe teve depressão pós-parto do meu irmão, eu com onze ano tive que assumir a responsabilidade da casa, com a minha irmã, ele pesqueno, meu pai viajano né, a responsabilidade da casa era minha, de limpa a casa, de fazê comida, de cuida da minha mãe, de cuida tudo, e.. ficá vigiano pá vê se não tomava remédio, porque ela tentava suicídio né[..]

Cedo, na vida, Clarice estreou na função de “*chefiar*” a família. Aos 11 anos, sendo a irmã mais velha, assumiu as tarefas domésticas e os cuidados dos irmãos mais novos, diante do *adoecimento* mental de sua mãe, e ausência do pai.

Sobre esse movimento da dinâmica familiar, Mello, Féres-Caneiro e Magalhães (2015) abordam sobre os prejuízos para a saúde psíquica da criança, que vivencia o contexto de parentalização, processo “que consiste no esforço das crianças para assegurar o bem-estar dos seus progenitores” (p. 215). A partir de um desempenho parental da criança, a fim de garantir um ambiente minimamente favorável ao seu próprio crescimento, esta toma para si funções dos genitores, renunciando suas demandas (fundamentais ao desenvolvimento saudável) para atender aquelas dos pais, uma inversão de papéis.

Clarice conta que saiu de casa aos 18 anos, quando se casou pela primeira vez. Queria se ver livre das *encheções de saco* de sua mãe. E, mesmo tendo se dado conta, tão logo, que a sua relação conjugal anunciava uma enrascada, *para não dar o gostinho à sua mãe* de voltar para a casa dos pais, decidiu permanecer naquela relação opressora, que remontara à cena de ausência, violação e desamparo, da casa primeira.

Após apenas três meses da separação conjugal, sua irmã e *melhor amiga* sofre um acidente vascular cerebral e falece. Clarice conta que a irmã, além de amiga e companheira, era a pessoa com quem mais podia contar frente às adversidades da vida, bem como no auxílio com os filhos e na

conciliação para assumir múltiplos papéis no cotidiano.

[..]Então assim, eu fiquei muito sozinha, eu entrei em depressão, precisei fazer tratamento, fui pedindo conta dos meus empregos, e parece que eu tinha caído num poço sem fim, com aquelas três... aquelas três crianças muito pequenas [..] (Clarice)

Convocamos a notável poesia de Rosa (2001), articulada às alucidações de Freud (1915/1976c), em *Luto e Melancolia*, o que ajuda a pensar tal processo, sobre essa passagem de Clarice:

Miguilim tinha sido fado de uma porção de coisas, e ainda assim, estava no mesmo lugar! Quando chegava o poder de chorar, era até bom - enquanto estava chorando, parecia que a alma toda se sacudia, misturando ao vivo todas as lembranças, as mais novas e as muito antigas, aquelas coisas bonitas que o tempo havia de sempre teimar em tirar (Rosa, 2001).

Considerando a condução de Freud (1915/1976c), no estado psíquico do enlutado, “arrancado de uma porção de coisas”, e que, para além da perda de um ente amado, perde-se também o estimado lugar que se ocupara junto daquele que se foi, abruptamente, se é arrancado daquele lugar de afeto, por vezes, esse colo maternal que lhe faltara; no entanto, continua naquela mesma vida, nas mesmas relações, sem sair do lugar. *Um poço sem fim*, como nomeia Clarice. Um luto que reatualiza velhas perdas, e que se fazem repetir na cena psíquica.

Para além desse olhar subjetivo que se lança sobre o sofrimento de Clarice, vale observar também o enredo sob outro prisma, considerando a cena familiar, em que sua irmã constituía uma rede de sociabilidade, permitindo a circulação das crianças como um arranjo possível e conciliador do cotidiano para Clarice. Sarti (2002) aponta que, aliado aos fatores econômicos e sociais de famílias vulneráveis, a instabilidade familiar provocada por separações ou mortes, permeada pela habitual desproteção do Estado, culmina em processos de coletivização das responsabilidades no grupo de parentesco.

Nessa perspectiva, as crianças circulam na *rede de sociabilidade familiar*, o que define a noção de família a partir de um aspecto moral, envolvendo obrigações entre pares, no sentido de coresponsabilização, o que concede um valor central a essa organização, sobretudo, uma referência simbólica primordial, mediando a percepção do mundo social e familiar.

O arranjo familiar de Clarice é bastante contemplado na perspectiva de Sarti. Os desdobramentos desses múltiplos acontecimentos afetariam também as crianças, posto que vivenciaram uma sequência de acontecimentos trágicos, até traumáticos, pela via da violência intrafamiliar, seguido da separação hostil dos pais, daí a morte da tia, - a quem o cuidado da prole era confiado com frequência, e, por fim, *instalado o quadro depressivo* de Clarice. A cena sugere considerável fragilidade, a dependência de um adulto referência, que, pelo que ilustra, mais precisava receber, do que conseguia dar:

[..] dependiam muito de mim, além de financeiro, e o pessoal mesmo né, aquele carinho de mãe e tudo. E porque quem tomava conta da casa e deles, era ele. Porque eu tinha que estudar, e trabalhar e manter a casa, e ele ficava só por conta. Então ali pra mim, foi mui... foi um pedaço muito forte que eu passei. (Clarice)

Ouvindo Clarice, eu pensava sobre como ela era uma sobrevivente, frente a uma história de vida acidentada, tantas transformações sociais, a sonhada liberdade que, quando pôde experimentar e sair da casa dos pais, logo viu que era um beco sem saída, e a possibilidade de romper com o primeiro relacionamento, e de adentrar num outro tão mais violento. Que liberdade era essa, frente ao desamparo desesperador de Clarice?

Diante de condições precárias em vários aspectos, um sujeito tão fragmentado como se apresenta, lançando-se (às vezes, soava desesperada) em laços abusivos, em busca de aplacar esse desamparo, nos trechos seguintes, ela nos convida a olhar para o caos, frente a todo desamparo, para seu sofrimento, e a pulsão de morte que também a habita:

Eu ficava buscano sabe, eu deitava ali assim, eu entrava debaixo do chuveiro, começava a chorá e falava assim, -Nossa.. cadê meu exo? Cadê meu exo? Eu num só assim, eu num só assim! Sabe, eu num conseguia, eu perdi 25 kg [..](Clarice)

[..] assim eu acho que.. foi muito difícil, né, pra eles. Tê que me obedecê, te qui, tipo assim.. - Opa! Quem que é essa mulher aqui?! Que a gente nem via, agora ela táqui!..tendeu?! I, foi muidifícil .. muidifícil eu trazê meus filho pra perdimim! Não me obedeciam, eu tinha que.. às vezes eu tinha que ligá pra ele, pra ele vim aqui sabe, porque eles não me obedeciam, els não.. não sei... era uma coisa horrível! [..](Clarice)

[..] eu.. eu cheguei lá, na última crise que eu tive, que eu falei assim.. nossa! Eu começava a chorá, sem pará, com nenhuma vontade de i trabalhá, né, vontade de ficá só queta, deitada e não fazê nada! Nada, nada, nada.. não conseguia pará de chorá[.] (Clarice)

Sobre chefiar a família, Clarice diz: *Aí, é uma.. é bem chato! (risadas) Bem chato, é uma coisa.. é uma responsabilidade, muuuito grande né, muito grande.[..].*

A mulher Clarice, mãe-filha; morte-vida; “emancipação”-fragilidade, cuja trajetória se apresenta ora trágica, ora até poética na sua resistência, diante de toda vivência, quando indago, então, como é ser mulher para Clarice?

[..]Mas o que tem sido mais difícil é ficar sozinha, fica sozinha, o ficar sozinha.. por mais que eu tenha os meninos, falta um pedaço, é o estar sozinha que me pesa mais (chorosa), eu.. eu queria ter alguém do meu lado, é isso que pesa, mas.. eu querê o que me prejudica, o que me machuca, não sei se é a mesma coisa.[..]Uma fatalidade entendeu, mas quem sabe um dia eu encontre a minha metade, será né? Não é possível que nesse mundo de 5 milhões de habitantes, não vai ter um lá, que vai encaixá dentro do meu mundo, ou eu no mundo dele.. sei lá.(grifos nossos) (Clarice)

Clarice perguntava de si, da condição de desamparo, mas também desejava um outro vínculo. Quase que, inevitavelmente, Clarice remete à clássica obra *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto:

Desde que estou retirando só a morte vejo ativa, só a morte deparei e às vezes até festiva; só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida, e o pouco que não foi morte foi de vida Severina (aquela vida que é menos vivida que defendida, e é ainda mais Severina para o homem que retira) [...] (p.7)

Por ora, é mister constatar o quanto a escuta de Clarice, analisada na perspectiva interdisciplinar, faz potência e dá um lugar à subjetividade mais coerente com sua valia. Por abarcar aspectos sociais diversificados, e, principalmente, por contar de como é singular; e que é na concretude do ordinário da vida cotidiana que sujeito se constitui como tal, e faz laço. “Na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados daí (...) [o] percurso contínuo entre o (...) que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, (...) o singular e o universal.” (Mathis e Santana, 2009, p. 2, 10)

5.2 – Bárbara, à deriva entre naufrágio, tormenta e litoral

“Voragem, segundo Houaiss é tudo aquilo que é capaz de tragar, sorver, destruir com violência. Para Brum, é palavra que nomeia algo que suga, devora, traga. Algo que se apropria do nosso corpo e o arrasta para o abismo, seja um abismo físico, concreto, seja um abismo subjetivo, um abismo da alma, ou da mente, carrega um significado de intensidade” (Eliane Brum, 2018).

Bárbara foi a segunda entrevistada. Ela tem 51 anos, divorciada, branca, mãe de dois filhos, maiores e casados, comerciante e vive sozinha. Ela optou por ser entrevistada na OSC, onde frequenta há mais de três anos. Trazia uma aparência mais envelhecida do que de fato era e um certo desajeito para se locomover, meio perdida. Com ares de bondade, ela chegou enquanto eu a aguardava na recepção e, no caminho para a sala, onde se realizaria a entrevista, me contava, com algum entusiasmo, sobre suas articulações para que fosse possível ela estar ali.

Muito embora trajasse cabelo e vestes típicos de um seguimento religioso, o que parecia conferir-lhe um lugar de pertença, abarcava também uma afável expressão de desalinho. Após minha breve explanação acerca da pesquisa, e realizados procedimentos éticos e normativos, comecei a gravar. Quando ela, incerta, ratificou: *Então vamos começar pelo começo né?! Reiterei sua liberdade de escolha quanto ao conteúdo, períodos e demais detalhes do que preferisse contar, devolvendo-lhe a demanda: e qual é o começo Dona Bárbara?*

Numa fugacidade, ela exclamou: *Ixiii! Você quer que eu comece de criança!* Nesse ensaio, Bárbara deliberou que o *começo* era os seus 10 anos de idade, quando *fora informada* pela sua mãe, que ela *não era uma filha desejada*, nascera em consequência de uma tentativa de aborto sem sucesso. Ela, então, dará, desde o início, o tom da *voragem*, de suas vivências, agora, para sua narrativa. Esclareceu que, ao invés de *raiva*, se *apegou* mais ainda à sua mãe. A terceira filha de quatro irmãos, ela contou da vida no campo, e que conviviam pouco com o pai, pois ele saía antes de amanhecer e só voltava à noite, rotina costumaz de trabalhadores rurais.

Ao longo da narrativa de Bárbara, chama atenção certo padrão de marcos trágicos, que enredam sua história, com uma espantosa riqueza de detalhes, que, às vezes, parecem se confundir com ficção, de tão dramáticas e vívidas. Como a tragédia em que seu tio assassinou a jovem esposa por motivo de traição, quando Bárbara tinha apenas 5 anos, e como isso transformou a sua família perpetuamente. A infância dela reserva uma jornada ao passado, especialmente, no tocante aos hábitos, costumes, práticas e consensos sociais; por exemplo, ir para a escola não era uma

prioridade, nem um direito fundamental das crianças. No entanto, quando *panhavam um certa idade*, precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família, realidade que se estende até os dias atuais, como uma necessidade das famílias empobrecidas e abandonadas pelo Estado.

Logo cedo, era tempo de *passar* as filhas do pai para o marido, como uma propriedade. Assim, na família dela, a irmã mais velha, aos 12 anos, mudou-se para o emprego onde trabalharia como empregada doméstica para um casal de fazendeiros; a segunda irmã, na ordem de nascimento, casou-se aos 14 anos, Bárbara, aos 16 anos, e a caçula fugiu com um rapaz, aos 19 anos, cujo romance findou e, na impossibilidade de retornar à casa dos pais, pois já fora “desonrada”, Bárbara a acolheu em sua casa.

Não tardou, pouco antes de efetivar o casamento, Luís, o então noivo de Bárbara, deu as primeiras demonstrações de hostilidade e truculência, por meio de agressões verbais e comportamento hostil. Ela, cautelosa, tentou adiar, mas não recebeu permissão dos pais e se viu sem opções, e seguiu em frente com o matrimônio. Segundo ela, quando efetivada a união, já notou *uma mudança no jeito do seu esposo*, como demonstrações exageradas de ciúmes, insultos, desacordos, traições, agressões físicas, sexuais, e o abuso sexual contra uma criança de 11 anos, prima de Bárbara, que morava em outra cidade e estava a passeio na casa da família.

Nesse momento, Bárbara, no segundo rompante, pediu o divórcio, expulsou-o de casa, quando, subitamente, seu filho mais novo (com 6 anos de idade, na ocasião) sofreu uma convulsão, e, num sobressalto, para socorrer o filho, *todos ficaram transtornados*. Intrigante que a convulsão pode ser causada por certas emoções, e, não raramente, há uma apagamento do ocorrido, restando cansaço, desconforto e confusão. Sentimentos que pareceram acometer a família de Bárbara. Eles continuaram juntos, e não mais falaram sobre o assunto, *ficou parado*.

Ela conta do episódio, quando as crianças, pequenas ainda, presenciaram uma cena de ciúmes do pai, durante uma partida de futebol, e ele a acusara de “olhar com interesse” um rapaz que fora seu primeiro namorado. A desavença se estendeu dia afora, seguida de agressões verbais, e ainda, ele tentara forçar relações sexuais, mas Bárbara conseguiu *livrar-se dele*, se enclausurando

noutro quarto, junto com as crianças, no qual ele ficava arremessando objetos ao longo da noite inteira. No outro dia, ela disse que se esquecera do ocorrido, *que saiu da mente dela*, e ele também agiu normal, como se nada tivesse acontecido. Ela acha que, depois desse acontecimento, sua filha desenvolveu um tique nervoso, e, após tratamento com psicóloga, por três anos, melhorou. Fossem depois da convulsão e da demasiada desavença, o esquecimento apresentava-se habitual.

Segundo Bárbara, pouco tempo depois, mudaram-se para outra cidade, quando Luís foi trabalhar em uma grande empresa na área de produção de alimentos. Nessa altura, ela (reiteradamente) relacionava seu sofrimento à rejeição primeira de sua mãe, dizendo que não entendia muito da vida, período em que ela começou a adoecer, sentia fortes dores e perdia, progressivamente, os movimentos dos braços. Anos depois, o casal tornou-se comerciante de alimentos e, de fato, se converteu em um negócio familiar, que sustentava também os filhos e suas respectivas famílias, até os dias atuais. Ela relata que, depois de ter perocorrido caminhos tortuosos, nas redes pública e privada de saúde, entre dores, negligência e dubiedade quanto ao diagnóstico, encontrou um nome para chamar sua dor: fibromialgia.

A síndrome da fibromialgia (SFM) é crônica, definida pela Sociedade Brasileira de Reumatologia (2011, citada por Costa, 2014) como: “uma síndrome clínica que se manifesta com dor no corpo todo. Fica difícil definir se a dor é muscular ou articular. Uma grande sensibilidade ao toque e à compressão de pontos nos corpos”. Seus sintomas se intensificam e melhoram com o passar do tempo, sem haver um comprometimento articular avançado, a dor generalizada é o sintoma principal, uma vez que é muito difícil para os pacientes definir o local correto onde ela se dá. Alterações no sono, cansaço, distúrbio no humor, depressão²⁴ e ansiedade são comuns a essa patologia (Costa, 2014, p.16).

Ao que parece, desde o começo da relação com Luís, Bárbara faz investidas de separar-se. Durante anos Bárbara acumulou sofrimento, físico e mental, um emaranhado das suas experiências com a família de origem, na relação conjugal e no núcleo familiar que constituía enredo de

²⁴Além da dor espontânea, eles se queixam também do dolorimento ao toque. A depressão encontra-se em 50% dos pacientes que apresentam essa síndrome, piorando cada vez mais esse quadro. Outro fator intrigante é o porquê da incidência da fibromialgia em mulheres, principalmente, na faixa da menopausa, ou seja, os 50 anos (COSTA, 2014).

tragédias, dramas, loucura, dor, fé e possibilidades. Numa voragem, a narrativa de Bárbara arrasta para as profundezas da intensidade de quem sobreviveu (ainda o faz) a essas cenas.

Bárbara, a indesejada: sujeito e laço social

“Que destino, ou maldição manda em nós, meu coração? Um do outro assim perdido, somos dois gritos calados, dois fados desencontrados, dois amantes desunidos. Por ti sofro e vou morrendo, não te encontro, nem te entendo, a mim odeio sem razão: Coração... quando te cansas das nossas mortas esperanças, quando paras, coração? Nesta luta, esta agonia, canto e choro todo dia, sou feliz e desgraçada. Que sina a tua, meu peito, que nunca estás satisfeito, que das tudo... e não tens nada. Na gelada solidão, que tu me das coração, não é vida nem é morte: é lucidez, desatino, de ler no próprio destino sem poder mudar-lhe a sorte...” (Maldição (fado), Maria Bethânia, 1973).

Ao inaugurar a análise de Bárbara, algo nos traga, vem à tona uma rica complexidade que, logo, endereça-nos aos campos psicanalítico e social, de modo que coexistem e articulam-se indissociavelmente. Considerando que o laço social é uma condição fundante do sujeito, Ceccarelli (2009), em seu artigo intitulado: “Laço Social: uma ilusão frente ao desamparo”, o autor aborda que:

[...] é uma dentre as várias “soluções” que o ser humano utiliza frente ao desamparo. Tal solução se mostra uma ilusão, no sentido freudiano do termo: uma crença motivada pela realização de um desejo, cuja força origina-se em um dos mais prementes desejos da humanidade: a necessidade de proteção através do amor. (p.33)

O laço social constitui-se por um conceito complexo e múltiplo, arena de interesse de diversos campos do saber, e, ao mesmo tempo, incide sobre o campo coletivo, articulando aspectos da ordem inconsciente e singular. Nessa tecitura, Bárbara convida a *começar pelo começo*, e enfatiza, de forma intensa, o momento em que é *informada* sobre a tentativa de aborto da mãe, ascendendo o lugar da *filha indesejada*, onde pareceu ancorar o nascedouro de outras intempéries vindouras. Claudicando, ela estreia como sujeito:

*[...]Então vou começar dos 10 anos de idade, quando eu fui informada pela minha mãe né?! **Que eu não era uma filha desejada, e que ela tentou ter um aborto, só que ela não conseguiu, não foi bem sucedida. E, partir daquele momento sem eu sentir, mas meu subconsciente com certeza, levou um trauma muito grande, e eu ap.. ao invés de eu ficar com raiva dela, eu apeguei mais ela.**[...] (grifos meus) (Bárbara)*

Bárbara nomeou como *naufrágio* essa experiência vivida, e, no breve intervalo entre o nascer e vir-a-ser sujeito, ocorria o encontro singular do traumático com o real, produtor de

impressões que instauram sua inclusão como sujeito no romance familiar. Diante do *catastrófico naufrágio*, sob moldes impensáveis, ela experienciou um demasiado hiato.

Ela vivenciou uma condição concreta de aniquilação que, após um afundamento, no ato de narrar essa história, faz de si também uma sobrevivente, entre marcas, ruínas e cicatrizes indelévels.

Concomitante à perspectiva subjetiva, há um cenário particular, histórico e social, que carece ser assinalado com equivalente relevância. A trama transcorreu em tempos de coronéis e regida por valores conservadores, costumes, práticas sociais arbitrarias, derivadas de heranças escravocratas, patriarcais e coloniais. Nesse contexto, mulheres e crianças eram territórios colonizados, posses, assim como as terras, os animais, e, cujas funções eram manobradas a fim de garantir alianças entre famílias, e, assim, a perpetuação da propriedade. Nesse período, eram naturalizadas as práticas da pedofilia (que ainda não tinha esse nome), evidente nos “casamentos arranjados”, entre adolescentes e homens mais velhos, relacionamentos abusivos, bem como o trabalho infantil, quando as meninas eram enviadas às casas de família, na maioria das vezes, para exercer trabalho doméstico e, na lavoura, situações em que o poder de decisão (a voz) de mulheres e crianças era inexistente (Priore,1994).

Assim, a cultura, os valores, os costumes, histórias e crenças transmitidos geracionalmente alicerçam também a constituição desse sujeito (Correa, 2003). Sobre sua infância, Bárbara recapitulava algumas boas memórias, quando logo eram invadidas/interrompidas por tragédias literais:

[...]a gente tinha muita liberdade pra brincar, a gente convivia mais com a família, minha mãe tinha uma irmã solteira que tinha vários filhos que morava com as, com a avó.. aí a gente tinha mais é.. mais vínculo com elas, a gente brincava muito, até que com meus 5 ano de idade assim, aconteceu uma tragédia na família né, o meu tí, irmão da minha mãe, a gente era muito apegada com ele.. ele arrumou uma esposa, essa minina [...] iii... essa menina veio a traí ele, e ele não soube lida com a pressão ele matô ela! (grifos meus)

[...]então.. aquilo pra mim parece que foi um desajuste na família, eu lembro direitinho, tudo que aconteceu, a maneira que ele fugiu, a maneira que ele ficô depois que ele a matô.. ele ficô disperado querendo voltá lá pro lugar onde ele tinha matado a mulher, onde tava o corpo dela. [...]a gente tinha vínculo com ela, porque ela tinha acho que 15, 16 anos..era muito jovem ainda, brincava conóis de casinha, fazia comidinha quando o marido não tava em casa. [...]então pra nós aquilo foi muito ruim, pra nós todos, minha mãe sofreu muito na época, minha vó, já tava bem velhinha, foi muito triste.

*[...]i agora, mais o meno, uns dois anos, **ele se envolveu com uma.. menina mais nova**, e essa menina era usuária de droga [...] essa menina, às veis ela robava coisa pá vendê, pá compra droga, ele fazia ela devolvê, **e dava o dinheiro pra ela compra né, pra ela usá..** e eu acho que ela robô um tablete de cocaína lá em **Cidade**, e escondeu denda cabiceira da cama dele, **i foi eu acho que eles descobriu, com a ajuda dela, eles foro lá.. eles, pque foi mais de uma pessoa, a gente tem mais ou menos certeza dela, da namorada dele, que parece que foi um crime passional, então ele foi morto**, dois ano atrás, **com os maiores requintes de crueldade, tudo aconteceu no quarto**, de certo eles tava procurano esse tablete de cocaína, não sei se ele não quis entregá pra protegê a mulê [...] uma filha dele foi mais o genro lá, entrô e ele tava morto no quarto, tinha sido esfaqueado nas costa, nos braço, no peito, na barriga, a barriga eles abriro a barriga de facada, tinha decaptado, quebrado a cabeça dele, **então ele foi morto numa crueldade terrível, terrível, terrível** (grifos nossos)(Bárbara)*

Ao que parece, as interrupções e catástrofes eram corriqueiras para Bárbara e sua família, marcas ancestrais que, ao longo de sua narrativa, irrompiam. Cada temática parecia endereçá-la a um desastre. Não havia calma possível, e, aparentava existir uma certa atração pelo trágico. Nessa perspectiva é pertinente pensar sobre o que haveria ali de traumático, considerando o trauma na sua dimensão do desamparo: “acontecimento eterno presente evidenciado pela compulsão à repetição, que pode ganhar elaboração somente quando historicizado nessa outra temporalidade” (Stein, 2011, p. 6):

*e aí de lá pra cá assim, a gente teve que mudá dessa fazenda que a gente gostava muito, que eles começaro a plantá no local algodão, e se dava combate de avião, **então espalhava veneno pá todo lado**, e nói morava bem na divisa duma fazenda que tinha, **e pra mim i pra escola eu passava no meio dessa roça de algodão eu intociquei com o veneno**, agente teve que deixá lá e mudá mais pra cima bastante quilômetro, tudo pá num sê alcançada pelo chero do algodão, **intão até hoje isso assim, inda me prejudica**, porque até produto de limpeza talvez me faz mal, **dos 5 aos, 7 anos mais o meno eu ficava só tomano vacina, ia no médico, fazia o tratamento e ele passava cartas enormes de vacina, tomava uma todo dia, até que a gente mudo de lá, por conta desse veneno.** (grifos meus) (Bárbara)*

Resgatemos a célebre obra *A Farmácia de Platão*, de Derridá (1972, citado por Osman, 2016, p.15), em que o autor aponta que a diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem, “em uma farmácia, aquilo que cura pode matar e aquilo que encanta também, de certo modo, enlouquece e escraviza”.

O veneno inalado por ela seria a poção mágica para fazer-se amada, ou para fazer morrer? Por quanto tempo seu efeito perturbador prolongar-se-ia? Quiçá, na *vacina*, – que, por sua vez, guarda curiosa similaridade com o veneno, - estaria a justa dosagem para Bárbara. Entretanto, como ela mesma confessou: *intão até hoje isso assim, inda me prejudica*. Tal insalubridade fazer-se-ia

manifesta em múltiplas formas de adoecimento, e, diga-se de passagem, por meio também de relações adoecidas, insalubres.

A multiplicidade de adoecimentos que se apresentam no sujeito contemporâneo nos coloca a pensar, desse lugar que, em tese, ocupa a subjetividade no contexto da doença, que narra a condição do desamparo em tempos de enaltecimento da mercadoria, e questões outras do legado familiar, amarrando essa interlocução sujeito, família, cultura. Para Correa (2003), se faz crucial a construção de um novo olhar acerca das formas de adoecimento manifestas na contemporaneidade. Assim é relevante assinalar que o laço primeiro, que legitima o lugar de sujeito, é composto por uma trama psíquica que atravessa gerações. Quando a transmissão se mostra claudicante, aflora-se uma subjetividade comprometida.

A ficção, margeada por inconstantes fronteiras, é uma invenção realista²⁵. Bárbara parece construir para si naufrágios, venenos, vacinas, um outro lugar no mundo:

E sem perceber, devido ao problema causado pelo aborto, por saber do aborto, parece que eu fiquei meio assim.. no mundo da lua! (risos) (grifos nossos) (Bárbara)

A fantasia constituía o antídoto, produzindo “o efeito de abolir de certa forma o tempo da diacronia, revelando às nós mesmos essa outra dimensão do tempo, a atemporalidade dos processos inconscientes” (STEIN, 2011, p.16). Desvelar-se-iam, numa toada nostálgica, essas representações para Bárbara:

[...]Tem mais o meno um mês, eu fui em cidade natal, indá fui revê uma das minha primeira professora (risos), do pré, que eu num tinha visto mais sabe, aí eu pidi um ti meu pra me levá lá, e eu acho assim que eu me apego muito às coisa do passado, as veiz fazê uma viage pra vê coisas do presente, coisas atuais, eu viajo pra vê coisas que passô, pessoas que eu conheci há muitos anos, eu tenho isso em mim sabe, por mais que eu procure me corrigi, mas não tem como sabe, eu me lembro daquelas pessoa e me bate uma saudade, aquele desejo de revê aquelas pessoa, que um dia a gente se tivê de separa definitivo[...]

[...]jentão até hoje eu me vejo escondendo detrás de uma árvore bem grossa, quando eu via que ele invinha, eu curria e iscundia detrás dessa árvre até ele passá i padendesala de aula pá depois eu i. E aí esse minino, ele saiu lá das redondeza, ele deviria tê uns 11 anos e eu, uns 9, e aquele minino ficô na minha cabeça, pensava pensava e me vinha aquele minino, eu pensava esse minino cresceu [...] aí eu liguei pas irmãos dele, fui procurano procurano, encontrei! [...] antes eu

²⁵ Expressão que Roberto Schwarz utilizou para sintetizar, com ênfase, o romance de Chico Buarque, “O Irmão Alemão”(2014), que começara com um segredo de família, em que ele, diante da impossibilidade do encontro, inventa para si uma história possível, com elementos, da histórias que ouviu, outras que criou, da busca, das memórias. (grifo nosso)

conversei com ele por telefone, marquei horário, dia certinho, contei mais o meno o jeito que eu me encontrava pra ele não ficá decepcionado (risos) [...] quando eu cheguei ele tava impé assim.. me esperano na porta, aí nós conversô um poquim, falo dos amigo, falo da escola como era bão, ele cantava com a minha irmã sabe, cantava na escola, ele era miudinho [...] E ele gosta de canta até hoje, só que hoje ele também passô a sê evangélico né, eu não sei a igreja que ele congrega, eu vi ele essa vez também, e ele num mi procurô e eu num procurei ele mais tamém, ficô nisso! Só vim, conversô ali e pronto, cabô! (grifos nossos) (Bárbara)

Freud (1908/1974), em sua obra, *Escritores Criativos e Devaneios*, em que pressupõe a inerente relação entre fantasia e tempo, desenvolveu a concepção do processo de fabricação da fantasia, que, atravessada pelo desejo, entrelaça passado, presente e futuro: “uma impressão atual que desperta algum dos desejos principais do sujeito, retrocede a uma experiência anterior, criando uma situação no futuro que representa a realização deste” (p.153).

Nessa perspectiva, Stein (2011) reitera que a Psicanálise toma “o infantil como uma experiência extratempo” (p.11), remetendo à ideia de origem. O infantil assume a condição de substantivo e, portanto, há um deslocamento de anexo, para a essência (situação análoga ocorrida com o inconsciente). Por fim, Stein (2011) infere:

Enfim, como vemos, é um conceito que permeia toda a formulação do corpo teórico da psicanálise e pode ser tomado com um fio que nos conduz a pensar na emergência do sujeito do inconsciente, na questão da fantasia, na compulsão à repetição, no sintoma [...] (p.13)

É nesse sentido que podemos pensar o infantil: como um solo fundante, arcaico e originário, produtor da fratura necessária, que impulsiona o sujeito a inventar uma ficção para si mesmo, uma história que se faz no próprio movimento de narrar-se “conta-se” sujeito. (p.16)

Contudo, importa, outrossim, tratar dos aspectos sociais que descortinam a infância como um período peculiar atravessado por construção histórica (Áries, 1981).

[...]meu pai era muito rígido né com as manera da gente sê, nós num podia sai a gente não podia mexê em nada, então criava assim a gente num modelo pra gente sê uma pessoa de bem, eu penso assim. Ele era assim, foi criado com muito assim... sei lá, muita violência, porque ele perdeu a mãe mai novinho e foi criado assim, com muita agressividade, o meu avô arrumô otra mulher e a madrasta às veiz ia pá batê nele, ele tinha que batê na madrasta, então ele foi criado assim num ambiente muito ruim, então com aquilo ele.. ele parece que se levô um pouco pela maneira que o avô, o pai dele, criô ele, então ele num era assim muito.. bãozím pra nós não, ele era mei bravo sabe, às veiz qualquer coisa que falasse ele já queria batê, ele falava às vezes palavra muito pesada pra nós, por exemplo, cê criança ainda muito pequena né [...]

[...]mas mesmo assim eu tinha aquela relação com a minha mãe, uma relação muito boa. Nunca tive raiva dela, nunca joguei na face dela que ela fez isso, nunca toquei nesse assunto com ela, tratava ela como a melhor das filha, ela fala: “Se fosse preciso mora com uma das filha, que ela queria ir mora comigo hoje, entendeu?! [...] mais é a minha mãe, hoje àveiz quando ela vem assim,

que ela vai embora, ela me dá beijo no rosto, coisa que assim.. eu fico até meio envergonhada sabe, parece que eu me sinto... cê lembra, quando acontece aquilo assim, cê lembra.. e é uma coisa que cê pensa assim, e ela tá fazenisso é pque ela tá lembrano..do aborto né, porque o meu cunhado que é psicólogo, ele falô que isso aí é.. a mãe que tenta abortá o filho, e num aborta, a presença do filho fai mal, toda vez que ela vê o filho, volta na mente dela aquilo, é uma prova viva daquele ato nojento que ela quiria praticá, intão eu num vô muito sabe na casa dela, assim [...] ela também tem depressão crônica, então assim.. pra preservá, pro bem dela, eu procuro num ficá muito perto dela, de forma que eu penso que tô ajudano sabe. (grifos meus) (Bárbara)

Além das privações material e afetiva, que eram velhas conhecidas dessa geração, as demandas da vida cotidiana familiar eram endereçadas às funções (geralmente) estanques do homem e da mulher, fazendo recair a culpabilização dessas expectativas, por vezes, no homem, mas, excessivamente, na mulher, em especial, quando se trata de demandas da domesticidade. Tal contexto constituía-se empecilho para a formação de núcleos familiares mais saudáveis, em que funções possam ser cambiadas e as tarefas partilhadas, o que acabara tornando o viver um penoso fardo:

[...] a gente via ele poco, porque ele saia de manhãzinha pro serviço né e chegava quase à noitinha, então a gente convivia mais com a mãe, minha mãe também não era muito boazinha não, ela batia, às vez um briguinha qualqué que noi desse ela batia, sabe. Maisi, depois ela tratava a gente muito bem, a gente era limpinha, bem alimentada, isso assim eu num posso reclamá, meu pai trabalhô muito, mas ele cuidô muito bem de nós, até a gente panhá uma idade que começo ajudá ele né [...] (grifos meus) (Bárbara)

O exercício das funções materna e paterna é uma composição, uma complexa teia de aspectos subjetivos e sociais. O núcleo familiar, contudo, por vezes, vivencia o fenômeno da parentalização dos filhos, os quais assumem o funcionamento adulto, *abortando*, assim, suas próprias necessidades derivadas do desenvolvimento infantil. Tal inversão apresenta alta tarifa no tocante à subjetividade das crianças (Mello et al., 2015, p. 214).

A violência, morte, o naufrágio, culpa, vergonha, compõem o conteúdo do invólucro delimitador da intersubjetividade, espaço que, num processo diacrônico, pode sofrer modificações a depender das crises e acontecimentos. Correa (2003) aponta que o estado de saúde mental prejudicado do núcleo que acolhe o sujeito pode provocar uma falência no processo de vinculação e laço, “ameaçando-o à morte psíquica”, contexto em que a ruptura com a realidade se faz alternativa possível na tentativa de sobrevivência real (p. 39).

Nessa ótica, ao pensar sobre as efetivas possibilidades de intervenção junto às famílias, como a de Bárbara, a atuação das equipes interdisciplinares nos dispositivos das políticas públicas de Saúde e Assistência Social, tais como PSF, NASF, CRAS, SAD, podem ter efetivo alcance social, especialmente, porque trata-se de *locus* costumeiros da população, logo, um espaço de privilegiada produção, cuidado e fortalecimento de vínculos, e estes, por sua vez, portam a força instituinte - em sua vertente progressista -, uma força mobilizadora e potente para a mudança (Baremblytt, 1994).

Bárbara, um troféu em meio à conjugalidade e à violência

“Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente – o que produz os ventos. Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura. Deus é que me sabe.” (O Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa, 1994).

[...]Parece que ele me queria não era porque ele me amava, era um troféu, como ele disputou.. Lá tinha um rapaiz muito bonito, e era apaixonado por mim, e eu namorava esse rapaiz, e hoje eu penso que eles fizeram uma aposta e que ele me ganhou no jogo (risos). [...](grifos meus) (Bábara)

Fazer-se *indesejada* parecia um traço característico do funcionamento que Bárbara apresentava nas suas possibilidades de estar nas relações. Na passagem acima, há uma remontagem da cena inaugural. Luís não lhe desejava, o outro rapaz sim, aliás, ele era *apaixonado*. No entanto, ela escolheu Luís, porque, afinal, ele era o vencedor da disputa, e ela, *um troféu*, ao menos, é essa sua narrativa. A origem latina do termo troféu, *tropaeum*, designava partes do corpo dos inimigos de combate, ou estandartes, que eram enaltecidos como o símbolo da vitória pelos ganhadores (Dicio, 2018). Conseqüentemente, sua valia se dava quando ostentado ou possuído.

A escolha de um parceiro guarda raízes complexas. As escolhas, no tocante às relações afetivas e suas dinâmicas, revelam o nascedouro da herança familiar, social, bem como a repetição inconsciente que reprisa o laço primeiro. Correa (2003) fala sobre a necessidade do trabalho intra e intersubjetivo, em especial, no caso das crianças que confrontaram vivências hostis (como no caso

de Bárbara), para não ser tragadas por essa violência.

Bárbara fala que a mãe sofria de depressão crônica e não desejava essa gravidez, e tentou interrompê-la sem sucesso, expondo ambas a incontáveis riscos. Abrimos, aqui, um parêntese, como um mandato ético, de não nos furtarmos a discorrer sobre o aborto, tema que se faz tabu, até os dias atuais, mais ainda, há cinco décadas, quando se passou esse episódio com a mãe de Bárbara, quando nem sequer se discutia sobre o direito reprodutivo, aborto, implicação dos homens com o assunto e tampouco sobre a saúde mental da mulher. A problemática do aborto acarreta danosos desdobramentos, como a mortalidade materna, e internações no SUS por complicações dele advindas (MS, 2009). Apesar das evidentes consequências, o aborto ainda é problema negligenciado pelo Estado.

Apesar do descompasso que sublinhava essa relação de Bárbara no seio familiar, ela se dizia muito *apegada* à mãe:

Eu ficava em volta dela, só em volta dela, e aí eu nem saía[...](grifos nossos) (Bárbara)

Eis que, em sua expressão, revelava, inconscientemente, o significado, *em volta*: “ato ou efeito de retornar ao local ou ponto de partida (a indesejada); retorno, regresso; à terra natal; ato ou efeito de visitar (através esp. da memória) uma época passada já vivida ou imaginada; à infância” (Dicio, 2018).

Ao ouvir Bárbara, parecia que, na falta do olhar desejoso da mãe, lhe restara cumprir como mandato o assujeitamento à violência. “Assim, viver na rasteira do outro tornar-se-ia seu lema” (Naves, 2014, p. 457).

Retomando a passagem *da filha indesejada* que sobreviveu, nos propomos a pensar a relação conjugal que se revelaria nociva, como uma possível reprise desses laços. “Esta violência se perfila, às vezes, com altos custos nos percursos do desejo e na construção da subjetividade” (Correa, 2003, p. 40). Nessa reedição de laços fragilizados, sucedera “o encontro” de Bárbara e Luís:

[...] mas aí aos 15 anos eu resolvi sair, assim, passear junto com as minhas irmãs [...] e comecei a

arrumar uns namoradinho né?! Ai eu comecei a namorar esse rapaz, no início meus pais não fazia gosto, né?! Não queriam, porque o pai dele era..traia muito a esposa, sabe, ele era um homem de muitas mulheres né?! E eu comecei insistindo, insistindo, até que eles liberaram [...]
[...]a gente começou a namorar assim, direitinho, logo veio o pedido de casamento, foi aceito, eu fiquei noiva. Quando eu fiquei noiva, fiquei noiva foi em fevereiro para casar em abril.Meu pai era muito precipitado, já fevereiro mesmo ele me levou lá onde alugava o vestido da noiva, já arrumou, já comprou meu calçado, já ajitou tudo, pro casamento né?![...] (grifos meus) (Bárbara)

Ainda adolescente, numa transição de mundos, marcada por copiosos conflitos e mudanças, Bárbara, entre atalhos, antecipava a sua estreita travessia para a vida adulta. Para Vale (2009), a adolescência é compreendida a partir de sua natureza histórica, como uma produção social. A autora se utiliza da elucidação de Outeiral (1994, citado por Vale, 2009), acerca da etimologia da palavra *adolescer*, que, de maneira ambivalente, versa sobre “a aptidão para crescer, bem como para adoecer”, enlaçando aspectos biológicos, psíquicos, sociais, os quais passam por intenso processo de transformação (Outeiral, 1994, citado por Vale, 2009, p. 38).

Encurralada e prematuramente *em volta*, quiçá envolta, Bárbara seguia para a voragem:

[...]entre a data do noivado e do casamento, houve uma agressão verbal por parte do meu noivo, só que foi uma coisa tão grave, que eu lembro a minha reação, eu não lembro o que ele falou. É.. quando ele falou, eu peguei ele po colarinho da camisa e arranquei os botões da camisa dele né?!

[...]já eu comecei a questionar com minha mãe, “mãe vamos adiar esse casamento, vamos adiar esse casamento?!” Até porque a mãe dele tava muito ruim na cama, assim, nos momentos finais de vida. “Não, não vai adiar esse casamento, tá muito perto, cê vai casar!” “Mãe, mas..” eu tirava a aliança e coloca num preguinho na parede, “mãe, eu não quero casar agora, vamos adiar esse casamento!”. Foi até que chegou o dia do casamento, eu não tive permissão né pra terminar, não tive força pra terminar o noivado né, enfretar.. Dezesseis anos de idade, muito criança naquela época, dependia deles pra viver né?! [...] (grifos meus) (Bárbara)

Na dependência daqueles que, supostamente, deveriam lhe proteger, sem voz, ela assujeitava-se àquela relação, na qual seu então parceiro, começou objetificando-a como troféu e, mais tarde, reservava-lhe a violência. Naves (2014), a respeito das mulheres em parcerias violentas, discorreu acerca da “adesividade implacável à manutenção na condição de violência” (p. 457), que, ordinariamente, apresentam também vínculos primários vulnerabilizados; a repetição funciona como um espiral nas suas trajetórias (p.457). De pronto Bárbara reparou essa *volta*:

[...]e logo que eu casei, eu senti assim, uma mudança, na maneira do meu esposo [...] ele começou a fica assim, me tratar a veiz com falta de educação, mesmo quase na lua-de-mel ele me deixava, assim de man.. de ma-madrugada na cama e saia, mais um irmão dele e um outro rapaiz, pra ir pra outra fazenda, tirar leite, lá eles levavam bebidas alcóolicas, levavam cigarro, eu não

*gostava que ele fumava, mas o irmão dele, **tudo que eu não gostava eles faziam, pra me fazer raiva.***

[...]ele era muito de agredi assim verbal [...] Ai foi passando, foi passando, uma coisinha aqui, uma coisinha ali, um coisa que parecia uma traição ali, ota ali, e às vezes eu questionava com a minha mãe, e: “não você tá maluca, o seu esposo não faz isso não”. E ele manipulava minha família né?! [...]](grifos meus) (Bárbara)

Bárbara e Luís moravam em uma *casinha*, – termo que, inevitavelmente, lançara-nos a pensar sobre o infantil, mas também nos clássicos contos infantis, em que a bruxa atraía suas presas sob a pretensão de dar-lhes doces (João e Maria, Irmãos Grimm, 1989). Em tempo, poderia ser também um lugar pequeno e frágil, em ruínas, ou ainda como chamada antigamente, *casinha*, latrina, lugar de dejetos. Eles a construíram em um povoado na zona rural e, a despeito do descompasso, algo os sustentava, pois, “oficialmente”, foram 30 anos de casados, em que sacrifícios e renúncias manifestar-se-iam como sintoma da desordem e do sofrimento:

E a gente foi vivendo, vivendo, e ele teve dois momento de dificuldade durante 30 anos de casado que a gente teve [...] a mãe dele faleceu, tinha 6 meses que eu tinha casado, aí a mãe dele veio a óbito e deixou três irmãos menores, e o menorzinho foi morar com a gente. [...] e quando ele adoeceu a gente morava na roça, e o irmãozinho dele fez a parte que era dele fazê no trabalho né

[...] Nois continuo, continuo a vida, e ele me caluniava muito, arrumava pra mim homens que eu nem conhecia, mas ele tinha ciúme doentio mesmo por esse ex-namorado, que a gente namorava quando eu fiquei noiva dele. Ele tinha um ciúme doentio.

[...]um dia eu eu tava fazendo almoço, e tinha uma priminha minha que morava em Centralina, de 9 anos mais ou menos e ela veio passar uns dias na minha casa, eu tinha filha.. não! A menina tinha 11 anos e a minha filha 9 anos, diferença de 2 anos.. eu fazeno almoço aí aquele silêncio, eu saí na porta da sala, ele tava acariciando as pernas da menina de 9 anos, aquilo pra mim foi um tapa na cara, aí eu voltei pra dentro e chamei ele, falei ó a partir de hoje eu não te quero como esposo, você pega suas coisas que você tem aqui, e aí quando ele tava arrumando as coisas dele pra embora né, eu não falei pra minha mãe, não falei pra ninguém, em silêncio, o meu filho de 6 anos, o caçula, teve uma convulsão, aí a gente naquele susto, com tudo, aí esqueceu né, daquele problema, aí ficou um meis, nois tudo transtornado, aí foi trata do menino, e nois continuamo junto, não tocamos mais naquele assunto né, ficou parado.[...](grifos nossos) (Bárbara)

Essa não era a primeira vez que se ouvia de Bárbara uma reação de silenciamento via “esquecimento” (ou evitação) em face do excesso da experiência, dos desabamentos que ora suportara. Por vezes eram estratégias em forma de respostas subjetivas à caótica desordem frente às violências e abusos. Quase uma estratégia de sobrevivência, o “esquecimento”, a evitação transforma-se num hiato efêmero, por vezes, perpétuo (Rosa, 2009, p. 502). Essa cena última convoca-nos, ainda, a comentar sobre o abuso infantil.

Num passado histórico não muito distante, as práticas do abuso, exploração, violência física, psíquica e ou sexual contra crianças e adolescentes eram naturalizadas e, em alguma medida, socialmente aceitas (Priore, 1994; Arbex, 2013). Dentre as várias formas de objetificação da mulher, especialmente, àquelas que destoavam do ideal burguês, um dos cruéis destinos eram os manicômios, como prefaciou Brum (2013) na marcante obra de Daniela Arbex, *Holocausto Brasileiro*, sobre o maior do Brasil, conhecido como Colônia, em Minas Gerais:

Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder... meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos... e crianças (p.14).

Especialmente meninas eram alvo desses atos, abuso sexual da infância, e, exemplo disso, situações em que eram obrigadas a casarem-se com homens velhos. Nos dias atuais, tais práticas constituem crime e violação de direitos. Muito embora essa pauta não se refira, diretamente, à nossa pesquisa, tratar com relevância esse desdobramento da análise, ainda que brevemente, marca a complexidade e pluralidade de histórias, dramas e famílias que circulam nos dispositivos das políticas públicas de proteção e cuidado, exigindo dos profissionais, abertura, compromisso e qualificação para lidar com as multifacetadas nuances que possam surgir, garantindo ainda o lugar de importância da subjetividade ao pensar nas intervenções. Como realça Rosa (2016):

Faz-se necessário abordar os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização da sua incidência no sujeito para pensar a política, mas também a clínica implicada com as questões contemporâneas – destacamos a problematização da lógica dos discursos no capitalismo e na globalização e seus efeitos de alienação do sujeito e seu *phatos*. (p. 25)

Para Heise e Garcia-Moreno (2002), a hostilidade, preconceito, insultos verbais, os maus tratos, de uma forma geral, contra a mulher, a degradação e a humilhação ocasionariam o comprometimento da dignidade, bem como da possibilidade de resposta, diante da opressão, mantendo ativo o cenário de assujeitamento. Em um emaranhado de abuso, violência e desamparo, lá estava Bárbara, tragada:

[...] *Aí, foi ino, eu tinha uma sobrinha que morava comigo, trabalhava no sacolão com ele, essa sobrinha minha arrumou um namorado, aí ele começou brigar comigo por causa dessa sobrinha*

com esse namorado: “Aí que esse menina fica lá de fora, que não sei o quê!”, aí eu cheguei pra ele e falei: Você tinha que brigar se fosse eu, que tivesse lá de fora, com vida da minha sobrinha, cuida eu e você não tem nada a vê! Ela é de maior, muito moralista.. e aí começou, começou implicar, implicar.. mas ele adorava a sobrinha sabe, saía pra lanchinho, eu não ia, ele ia com ela [...]

[...]Ele levantou cedo, com aquele tipo assim meio cínico, meio brincalhão, meio cínico, meio manipulador, e chegou pra mim e tirou da carteira dele dez reais, e me entregou. Aí, eu estranhei, uai bem, por que esses dez reais? Pra que esse dinheiro? Não vou sair, não vou comprar nada! E a gente tinha tido relação sexual à noite, aí ele falou pra mim assim: “Isso é pela noite que nós tivemos!”, eu assustei sabe, aquilo me pegou assim de surpresa.. você acredita que eu peguei o dinheiro? Sem vê assim, eu peguei o dinheiro, e fiquei sem noção, eu falei pra ele, nossa!! mas eu não estou a venda! E seu eu fosse me vender Luís, eu não me vendia tão barato! Dez reais?! Olha aonde ele me colocou, dez reais?! [...]Aí um dia, ele olhou pra mim e falou que eu tava com cara de monstro.. “Ou, mas cê tem uma cara de monstro!”, eu tava jantando, custei engoli sabe, aquilo me machucou muuuuito sabe, aí eu controlei ali o stress, não gritei com ele, falei bem mansinho pra ele: será que não é teus olhos que estão ruins? E você tá enxergando essa cara de monstro em mim? “Não é você mesmo, você mesmo que tá com essa cara de monstro!”

Aos poucos, Bárbara começava a contar sobre o sofrimento, o insuportável mapeado em voltas no corpo, no psiquismo e nas relações:

Eu com aquele problema com da minha mãe, não entendia muito a vida, só trabalhava, cuidava dos filhos, e aí eu comecei fazer um tratamento, comecei a sentir muitas dores, muitas dores, muitas dores e fui perdendo os movimentos dos braços, e aí veio a parte mais forte.. como ia no médico e não achava doença, ia no outro e não achava doença, ele já começou a perder a paciência comigo. Ele começou me dar castigo, como eu tinha muita dificuldade pra andar, muita dor, ele falava: “Hoje cê vai andá!! Vai em todo médico, mas a gente vai descobrir, que que é essa doença esquisita sua, porque essa doença sua tá muito esquisita!”.

Féres-Carneiro, Lisboa e Magalhães (2011) versam que o adoecer é um processo da natureza humana, que entrelaça elementos expressos em aspectos fisiológicos, genéticos, biológicos, psicológicos e sociais, numa complexa relação. Contudo, ressaltam a ótica do adoecimento como decorrente de conteúdos não elaborados no tocante ao sofrimento psíquico familiar, tal qual se faz “marca o abandono e a fragilidade” (p.102). Para as autoras, sob o prisma familiar, o adoecimento somático pressupõe um sentido inventado pelos sujeitos a fim de simbolizar repetições de histórias familiares geracionais, “cujos recursos psíquicos se mostraram frágeis na tentativa de elaboração das perdas ocorridas ao longo do tempo” (p.110) e manifestar-se-ão pela via do adoecimentos ou da repressão de acontecimentos:

[...]não tô fazendo, não tô dando conta de ficar em pé, mas mesmo com todas as dores, com tudo,

ele chegava lá, e falava assim: “Levanta! Eu não aguento comer comida de restaurante, faz pra mim [...] eu prefiro a sua comida. Eu levantava, ia lá, as vezes cambaleando, afogava esse arroz, fazia uma carniinha, alguma coisa, voltava e deitava.

*[...]Até que um dia, eu comecei sentir muita falta de ar, e me levaram pra uma médica pneumologista, quando levei os exames pra ela: “falou não tem nada grave nos seus pulmões que possa dá essa falta de ar como você está sentindo, **o seu problema vai sê emocional, você precisa dum psicólogo!**”. Ai tinha dois nome de psicólogo homens, o resto eram todas mulheres né, que era do convênio. **Mas devido ao problema da minha mãe, eu acho que sim, eu não confiava em mulher, eu não confiava, eu tinha medo, mulher pra mim era um bicho!** (risos) (grifos meus) (Bárbara)*

A ordem do traumático pode ser analisada, no caso de Bárbara, como algo que fazia sintoma e deixara resquícios na doença esquisita, que ainda não tinha nome, nas dores generalizadas, no padecimento, nas fantasias infantis, todas essas cenas compor-iam uma versão possível para “contar-se” sujeito. Nos últimos anos, nota-se um investimento considerável nas pesquisas que associam estudo de gênero, saúde mental e violência, rompendo com a visão biologizante ou patologizante, reducionista no tocante à saúde mental das mulheres, verificando-se a relação estreita entre adoecimento psíquico e violência contra a mulher.

Oliveira (2007) considera que estados emocionais decorrentes de vivências violentas podem acarretar quadros psiquiátricos, bem como uma imobilidade frente à situação:

Tristeza, insegurança, sentimentos e pensamentos persecutórios, auto e heterodestruibilidade, rebaixamento de autoestima, irritabilidade, labilidade, intolerância e agressividade passam a fazer parte do repertório emocional dos sujeitos envolvidos (p. 47).

No discurso de Bárbara, ela estava sempre *em voltas* com o que lhe acontecera antes do nascimento, endereçando seu padecimento e desnorteamento no decorrer da vida:

[...]eu fui em todo médico.. eu fiz todos os exames, todos os exames, fiz várias cirurgia que foi preciso de faze [...]Ai fui fazendo o tratamento, ai assim, minha mente foi abrino, abrino [...] e de repente descobri que eu tava com problema também de hipotiroidismo, e foi só acumulano.[...]fez um exame que meu coração tava inchado também e até meio meio partido, e foi acumulano doença, acumulano doença, acumulano doença (risos), e remédio, e médico. [...] I foi ino, foi ino, mas a dor mesmo, não descobria o porquê daquela dor tão grande, que tinha dia que tinha que corre comigo pro pronto socorro até duas vezes ne, o que melhorava era só injeção, e muita dor, muita dor.

*[...]Nessa altura, eu fui pra psiquiatra, ela passou pra mim o Sertralina, 200mg, a maior dose que se pode tomar né, eu não tinha melhorado em nada, nada, ela assustou. Ai ela pediu pra mim fazer uma tomo.. tomografia não, uma ressonância, me encaminhou pro neurologista né, ai **ele conversou comigo né: “ela provavelmente tá pensando que você pode estar com um tumor na coluna, por isso esse exame né, porque seus braço não tá reagindo, as perna tá perdendo a força, então ela tá com esse pensamento, vamo faze o exame, não é nada disso”.** Ai fiz o exame realmente não constatou nada né.*

*[...]Aí um dia eu já tava desanimada, eu deitada no sofá e liguei a televisão, num programa, quando uma mulher que era apresentadora [...] falou de pessoas né, que tem muitas dores, que não constata em exame, e que era uma doença nova né, **que os pesquisadores tava descobrindo agora, uma tal de fibromialgia, mas que era descoberta só por reumatologista** [...]Aí eu fui, como sempre eu ia só[...]*

*[...]“Olha Dr. **Eu tô sentindo isso, isso, isso, nada que eu tomo melhora né, e eu já tô....desesperada!**” “Olha, Dona Bárbara, **infelizmente a doença que a senhora tem, é a fibromialgia, ouseja, síndrome de dor crônica, isso não tem cura, isso tem melhora, a senhora tem que convive com essa doença, o resto da vida, aprende vive.. como a senhora aprendeu a andar em criança, a senhora vai aprende a andar agora, em adulto. O corpo da senhora, vai dá o limite até onde a senhora pode ir, infelizmente.***

Um nome para sua dor era o que Bárbara parecia perseguir há algum tempo, e agora, – em termos médicos, – ela o havia encontrado. No entanto, com o nome, também tecera outras relações, espaços de cuidado, existência e produção material da vida cotidiana.

Nos estudos sobre a fibromialgia, ainda há, entre os especialistas, inúmeras controvérsias acerca do estatuto de doença, que começaram, aproximadamente, na década de 1970, e seguem ativos. Como qualquer outro diagnóstico em voga, é um tema que pressupõe múltiplos atravessamentos e, dentre eles, toma destaque o abundante e lucrativo ramo da indústria farmacêutica (IPEA, 2016), que implica numa teia complexa da fabricação de diagnósticos, rótulos, medicações e tratamentos.

Para fins dessa análise, utilizaremos o conceito adotado por Costa (2014), que argumenta ser a definição ainda um território em disputa, “pela ausência de substrato anatômico na sua fisiopatologia e por sintomas que se confundem com a depressão maior e a síndrome da fadiga crônica. Por estes motivos, alguns ainda consideram-na uma síndrome de somatização” (p.14).

Não raramente, pessoas com esse diagnóstico parecem amparar-se no discurso médico, dadas as relações de poder construídas ao longo a história do Brasil, em que a medicina e o direito constituem entidades irrefutáveis. Possivelmente, se fazem valer da evidência frente à família e/ou sociedade, como parte da dinâmica de funcionamento no tocante à posição subjetiva que o sujeito somatizante ora ocupa. Besset et al (2010, citados por Costa, 2014), dissertam que:

Afinal, é um corpo que fala, que dói. O pensar, o sentir, e a dor da vida, podem então ser curados com medicamentos? Medicação esta que serve para dopar ou “calar o corpo”. [...] apostando que

além da dor, há um ser humano, um sujeito em questão, e que pode haver um novo diagnóstico para a fibromialgia à luz da psicanálise. Se para alguns médicos o diagnóstico se firma nos fenômenos comprovados, a psicanálise busca modos de enfrentar as singularidades do sofrimento. “O traço de cada um dirá mais sobre aquele que sofre e sobre o uso que se faz de sua dor.” (p.14).

O histórico familiar de Bárbara, somado às vivências penosas que encadeou, lhe serviu. Ao afinar a escuta aos reclames sucessivos e penosos de Bárbara, agora fazia sentido aquele corpo que se apresentava tão mais envelhecido do que sua idade sugeria.

Bárbara-redenção: a matrifocalidade e a mulher possível

“[...] Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo.” (Celebração das contradições, O Livro dos Abraços, Eduardo Galeano, 2002)

De indesejada a troféu, Bárbara agora era redenção. Começo a analisar esse item me indagando sobre o porquê da escolha “redenção”. Talvez porque Bárbara seja uma sobrevivente de um errante e tortuoso longo percurso. Naufragou, emergiu, sobreviveu ao sistema patriarcal, ao parceiro catástrofe, ao desamparo reeditado de tantas formas, à voragem, à disputa, à maternidade matrifocal, – que pareceu conferir-lhe, junto da fé e da fantasia, um lugar de construções da mulher possível.

Cresceu, assim, *no mundo da lua*, às vezes, fantasiando, incerta, mas, à espera, esperançosa. Depois de ter nome para sua dor, simultaneamente, engajava-se em *tratamento psicológico*²⁶. Ali contava sua via-crúcis de *doenças, remédios, médicos e dores*, marcando sua emersão da voragem. Parecia, ali, fazer-se vista. Ela queria um norte, para quem sabe, *em voltas*, lançar-se ao mar mais uma vez:

*[...]Ai eu liguei Dr. Eduardo né, aí a mãe dele atendeu o telefone, **aí quando falou a mãe, eu já fiquei meia perturbada.. Mãe?! Isso deve ser uma rapaz muito novo...e tal né?! Mas deixa que vai né?!eu comecei a fazer o tratamento, e ali dentro daquele tratamento que eu fui fazeno ali, é..as dores não melhorava, mas como ele pediu pra mim escreve um texto né pra inicia o tratamento,***

²⁶ Dessa forma ela se referia ao tratamento, mas, em alguns momentos da entrevista, soava como se fosse tratamento psiquiátrico, ao invés de psicológico. Lembrando que nos interessa o discurso do sujeito, marcando, aqui, apenas a interessante possibilidade do equívoco, reforçando o que fora dito acerca do discurso medicocentrista, no item anterior, e sua posição subjetiva diante deste.

ele descobriu que eu tinha o problema da rejeição da minha mãe, porque eu escrevi ali que eu era vítima de um naufrágio né, mas que havia sobrevivido e alcançado uma praia, mas só que agora eu não sabia pra onde eu ia, eu tava indecisa. [...] e quase perdi a vida, eu lutei muito pra sobreviver, contei pra ele.

Algo se repete na nossa escrita, da ordem transferencial que é (quase) necessidade de regressar ao ponto de partida, o qual ela elege como começo. Fundamentalmente, nos reportamos a Freud (1914/1990c), “Recordar, repetir, elaborar”, obra em que ele aborda sobre a relevância da escuta do conteúdo reprimido, o qual o sujeito “atua, repete, naturalmente, sem saber o que esta repetindo” (p.196). Para Levinzon (2010) a escuta psicanalítica torna possível “a rememoração de pensamentos inconscientes e fantasias, criando condições para representações simbólicas e compreensões de seus significados” (p.155).

Bábara encontrara, na escuta, o espaço de fala e a produção da narrativa acerca de seu próprio sofrimento, que nos surpreenderia de outras formas, se revelando, apesar de sua fragilidade, e aparente claudicação, ou seja, aos poucos ia desvanecendo a “vítima” e se apresentando uma versão da singular reinvenção, tornando-se sujeito da sua própria história. E ora acolhida, em um espaço comprometido eticamente com a afirmação de direitos, para além da subjetividade, revelava-se, no concreto da matrifocalidade, e na produção social da vida cotidiana, o universal das lutas coletivas feministas.

Com efeito, nesse espaço de cuidado, germina também uma capacidade de reação frente aos abusos, violências e exploração, a começar pelas tarefas domésticas, – supostamente femininas, – bem como a dedicação exclusiva ao lar, adesivada à caricatura da mulher devotada. Entre rompantes, recaídas e boicotes de Luís, ela ensaiava mudanças da sua posição subjetiva e social:

[...]Eu fui lutano, fui lutano, fui lutano, mas serviço de casa, vassoura, rodo, não podia nem ver, era pegar e passa mal! Passar roupa.. se eu passasse roupa, não aguentava meu braço, aí foi preciso dele arrumar uma pessoa né, pra fazer isso, eu não dou conta, não vou fazê! Aí eu já comecei né com a ajuda do profissional, a me expô né.

[...] continuei com o tratamento e comecei fazer hidrogenástica, comecei mudar de vida, fui mudando aos poucos sabe. Eu tomo 15 gota de clonazepam de manhã, 15 gota à tarde e 30 gota à noite, pra dá conta de.. de viver. E nesse intervalo, dessas luta tudo, como evangélica, eu sou da Igreja, sou evangélica da Igreja, não tenho nada contra espirita, contra nenhuma religião, nem os muçulmano, só tenho medo deles se explodi perto de mim (risos)

[...]E aí, eu dei uma melhoradinha, comecei a frequentar de novo a igreja, eu vim aqui pra igreja evangélica central aqui, e ali eu me engajei no coral, comecei a cantar, vinha e voltava de ônibus, ele não deixava ninguém pegar o carro mais pra me levar pra igreja – meu esposo né.

E, com isso, Bárbara narrava a articulação de seus recursos internos, e o laço social, de modo que os dispositivos e ações torna-se-iam potencializadores das suas investidas e reinvenções. Numa parceria, que fomentavam a mulher possível, dessa vez, Bárbara experimentando outras posições subjetivas e inserções sociais.

Cabe ressaltar a valia da articulação das políticas públicas intersetoriais no enfrentamento à situação de violência contra as mulheres. Numa ordinária passagem, há menção de, pelo menos, quatro ramificações de setores públicos carentes de investimento: Saúde, Esporte e Lazer, Transporte e política de valorização do salário mínimo²⁷. Eis que, agregada à apreciação do prisma subjetivo, é imperioso destacar que a vulnerabilidade assume multifacetadas vestes, tragando essas mulheres para abismos impensáveis. Sublinha-se, aqui, que a envergadura e investimento, na esfera social, ainda precisam encarar as dimensões complexas em torno da temática.

Retomo, ainda, o aspecto ligado ao religioso, fé, esfera que constitui contornos paradoxais, mas é um dos tripés que sustenta essa investida de Bárbara. Além do valioso espaço de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários, será seu grupo de pertença, entre *tantas lutas*, parecia que, lá, ela assumia também algum empoderamento, que ora beirava esse litoral tênue e oscilante entre realidade e fantasia, mas que, inegavelmente, contribui para resgatá-la (por ora) do vórtice:

[...] eu creio eu sou evangélica, e eu acho que é esse Deus que tem me sustentado até aqui, porque quantas palavras negativas que eu tinha ouvido até aquele momento.

[...]Aí é, quando eu senti..vai buscano Deus, vai aproximano de Deus, Deus dá alguns dons pra algumas pessoas, não é pra todas [...] um dia eu tava deitada, e Deus me deu uma visão assim que discia do céu, tipo um relâmpago assim, e entrava no meu peito e eu tinha muita dificuldade de amar [...] e junto com aquela bola, aquele risco de fogo, parece que Deus implanto no meu coração, um bola assim, um quadradinho que parecia um diamante, um formato de diamante, bem no meu coração, e uma voz me disse: “Eduardo” - e Eduardo é o psicólogo que cuidava de mim, e naquele momento nasceu um amor tão grande, no meu coração por esse Eduardo, mas um amor, um amor.. maior que eu, pra te falar a verdade, é maior que eu! Porque já tem 4 anos que eu não vejo ele, mas quando eu acordo, é a primeira coisa que eu lembro, e quando eu vou deitá, eu fico pensando nele, ele tava noivo quando isso aconteceu, eu tava separada, eu procurei ele.. Deus

²⁷ Medida fundamental para a redução da desigualdade no Brasil nos últimos anos. É o que afirma, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) em relatório de (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2013).

*envia a gente pra entregar alguma mensagem pra uma pessoa, eu fui até ele, ele se cercou de todas as maneiras, não tinha entrada. [...]ai eu peguei e falei pra ele da visão né, que eu tinha tido, porque ele é da presbeteriana, só que eu pensava que eles não tinha né, dons espirituais, assim, revelação, e quando eu contei pra ele, ele tava sentado numa cadeira meio assim (risos), e ele quase caiu da cadeira, aí eu falei assim, ó Eduardo e tem uma coisa, **Deus falou que vai me dar um diamante, o diamante é você, e mais.. aí ele já tinha até casado quando eu cheguei a ter condição de falar pra ele, de tanto que ele escondia.***

Nessa toada, Bárbara se diz apaixonada pelo terapeuta, fantasiou possuir poderes sobrenaturais, e pelo que ela contava, também constrangeu Eduardo, acessando dados da sua vida pessoal, fotos, por meio de redes sociais, e procurando-o, insistentemente, a fim de lhe entregar mensagens divinas, que ela chamou de *revelações*. Depois de Eduardo negar-lhe tal possibilidade, explicou-lhe sobre a questão ética e profissional, bem como motivações pessoais. Ela, então, deu outro desfecho para essa fábula:

*[...] eu cheguei na igreja né, aqui na igreja, **Deus usou um irmão de uma cidade longe, e falou assim: “Tem uma pessoa aqui, que Deus fez uma promessa pra ela, e ela tá em dúvida, só que vai acontecer, o que Deus prometeu pra ela, e pra confirmar, quando você chegar na sua casa, e colocá o pé pra dentro, você vai tê um sinal”** (fala de Deus através do irmão). Aí eu falei, Deus falou tanto comigo essa palavra, que sinal né? **Que sinal que eu vô tê de Deus?** [...] Quando eu chego em casa, minha filha: “Mãe..” – que que foi filha? **“..o filho da Timaria morreu!”** [...] quando ela falou aquilo eu lembrei do sinal né, que Deus tinha usado. Aí eu nem perguntei, **eu já sabia até o qual, falei assim, quem? O Eduardo?** Ela falou assim: “É! O Eduardo morreu.” – morreu num acidente do caminhão.*

*[...]Deus exigiu muito que eu orasse pelo Eduardo, meu psicólogo, sempre que eu dobrava meu joelho. Deus falava pra mim ora pra ele, desde que eu conheci, eu bati o olho nele, aquele olho assim..não sei se ele tem o olho triste, eu comecei orar pra ele. **Eu senti que provavelmente, quem era pra te murrado era ele né, e Deus deu livramento.***

Segundo ela, não deixou de amá-lo, mas, em prol da felicidade dele, respeitando os limites por ele estabelecidos, ela disse desejar vê-lo feliz, *seguindo com a vida, e que se preciso fosse, ela daria a vida por ele*. Já ligou algumas vezes para ouvir a voz dele. Também desconfia que ele já fizera o mesmo, porém, não se identificou. Bárbara não mais estava em acompanhamento profissional com Eduardo, apesar disso, o encontrou “por acaso” nos corredores do hospital que ora frequentara, e numa dessas ocasiões, soube do falecimento da mãe de Eduardo:

*[...]Agora vai fazer dois anos, eu continuava no coral, esse dia que a gente conversou, **eu falei que tinha muita vontade de conhecer a mãe dele, porque diz que ela é uma mulher que trabalhava muito na obra de Deus, uma pessoa muito abençoada, aí quando foi maio trasado, a mãe dele faleceu, aquilo abalou tanto, tanto, tanto, tanto, por ele. Muito! E a partir daquele dia, eu não dei conta de cantar mais. Me doeu tanto, tanto, tanto!***

A psicanálise reserva considerações interessantes sobre a temática “religião”, e aponta a sua relevância para o estabelecimento das civilizações, enquanto uma possibilidade de destino para as pulsões, - que, quando realizadas, levariam ao estado pleno de felicidade. A religião surgia como saída para o sofrimento e, desde os primórdios, promove essa noção de fraternidade em torno do sentimento oceânico que nos conectaria e nos aliviaria do desamparo fundamental.

Para tanto, retomaremos as articulações elaboradas por Freud nas obras *O futuro de uma ilusão* (1927/1990b) e *O mal-estar na civilização* (1930/1996a), em que propõe um deslocamento para pensar o aspecto psíquico, reservando a justa dimensão, sendo possível articular as convicções religiosas de um delírio, antepondo a imprescindibilidade do conhecimento científico no espaço de discussão para pensar a realidade externa a nós mesmos. Sobre as mencionadas articulações, Flecha (2016) versa que:

A crença em Deus e os sistemas religiosos que daí advém encontram sua origem na infância, na condição de desamparo. A criança encontra o primeiro lugar de proteção na mãe, porém tal lugar não é reservado a ela para todo o sempre: a mãe será, um dia, substituída pelo pai. A relação que se estabelecerá entre pai e filho será caracterizada por sentimentos de ambivalência: o pai apresenta-se como uma ameaça ao filho, mas também é admirado. Nos sistemas religiosos, podemos observar uma situação análoga: a necessidade de proteção diante das vicissitudes da vida faz com que os homens idealizem deuses onipotentes com os quais se relacionam de forma também ambivalente. O segredo e a força de tais ideias religiosas são encontrados na realização dos desejos mais antigos e fortes da humanidade. (p. 507)

Nesse arranjo, pensar no aspecto religioso, adentrando o discurso de Bárbara, e as montagens que ela construíra, *em voltas*, observo que ela expressa o que ora apontamos nos enfoques do infantil, da fantasia e do desamparo. Sob esse alicerce, Bárbara tangenciava suas posições de filha, parceira, trabalhadora, mulher, mãe e, sobre esta última, importa-nos discorrer agora, sob a ótica da matrifocalidade.

Segundo Bárbara ela sempre ocupou o lugar de referência para os filhos, e também para outros que “adotou”, na sua maternagem, ainda na zona rural. O primeiro foi seu cunhado mais novo, quando apenas com seis meses de casados, a sogra de Bárbara faleceu. Tempos depois sua irmã, que fugira com um namorado, e, após frustrado o romance, foi rejeitada pelos pais, pois já

estava *desonrada*, ambos ficaram sob seus cuidados até constituírem suas próprias famílias. E anos mais tarde, já, na cidade, acolheu uma sobrinha. Vejamos algumas passagens:

[...]Aí quando ele falou que queria um filho, a primeira foi uma menina mulher.

[...]às veiz quando tinha muita pessoa pá trabalhá na roça né, eu com as duas criança piquena, aí eu num dava conta de arruma o serviço tudo até à noite.

*[...]ele ficava assim, durante o dia na fazenda trabalhando, à noite ele ia pro povoado, porque eu ficava lá pros menino estuda. [...]Ah isso não, desde antes.. quando tinha uma reunião na escola, assim que às veiz eu tava muito atarefada, falava assim.. -Meus filho, seu pai vai lá hoje! **Aí as criança s vinha e já dizia: “Não mãe, meu pai não serve pá resolvê nada! (risos) Se fô pra ele i, é melhor num i ninguém! (risos) Ele num vai sabe arrumá nada! Então desdeles pequeno, eu mês que era a referência, até hoje que eles tão grande, mas num dexá de sê referência né.***

[...]Era um mundo diferente que é hoje, a gente era muito dependente dos pais né?! Nós mudamos pra Uberlândia, com os filho já maiorzinho, e o minino começou a trabalhar muito jovem, com 12 anos

[...]Não dependia mais do pai, já comprava as roupa dele, já começou a pagar o consórcio de um carro no nome do pai, então com 14 anos ele já tinha um carro, meu filho, o caçula.

[...]todo domingo os meus filhos almoçavam comigo, meus filhos, meus netos, meu esposo, a gente ficava na mesa lá, era o dia que eu tinha pra ficar com eles né, era sagrado o domingo, não precisava nem convidar, eles já sabiam que o almoço tava pronto e iam lá almoçar.

A essa altura, Bárbara me tomava em confusão e passado, presente e aspirações de um futuro se misturavam, por vezes, até se atropelavam. Por isso, para abordar a matrifocalidade, a maternagem e o ser mulher na sua trajetória, serei também fiel à sua dinâmica, um tanto perturbada, mas que produz sentido pra si.

As cenas citadas anteriormente reportam-se, especialmente, ao retrato patriarcal destinado à mulher, sobretudo no que tange àquela mulher de família pobre, da zona rural, acumuladora das funções do trabalhar, em especial nos atos do cuidar, zelar, assistir e acompanhar tudo o que se refere a casa e aos filhos. É possível identificar um fator preponderante, que é o “cuidar”, centrado no que se refere “às tarefas supostamente da mulher”. Como indica Sorj (2010), são marcas em comum que atravessam gerações e atestam fortes resquícios do *modus operandi* capitalista e patriarcal:

O termo “cuidado” está imbricado em uma norma social, o que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, dessa forma, cabe dizer que seu significado “atribui prioritariamente às mulheres a responsabilidade com a família”. (p.57)

Bárbara revelar-se-ia no cuidar, e no “descobrir-se” mãe, entre confrontos e tênues barreiras que margeavam a hierarquia simbólica das gerações. Às vezes ela interferia por demais na vida dos seus filhos, agindo assim ainda hoje, e os convocava também a fazê-lo nas suas questões, um embaraço que traduzia muito do funcionamento psíquico e social intergeracional por ela recebido e reproduzido:

*[...]o meu filho assim, tudo que acontece de bom ele me conta, às vez no serviço dele, os problemas que aparece lá ele me conta, **então a gente é muito amigo, pra todas as conversa.**[...]e nessa altura meu filho teve, já tinha casado, todos os dois casado, meus filho. E teve um desentendimento com a esposa, ele traiu a esposa, tava separando da esposa e não contava porquê, tinha arrumado uma outra, e eu..interferi! foi muito triste pra mim sabe, e eu sabia onde morava a amante dele, e eu fui lá, chamei ela, ela não saiu, certamente ele já tinha ligado pra ela né, ela não saiu (risos), e eu comecei a chutar o portão dela, eu perdi o controle, aí (risos) ela teve que sair sabe, foi um escândalo, “ah mas se a esposa dele for embora, você vai querer, porque você vai lavar, vai passar, fazer tudo que a esposa fazia”.*

*[...]a filha inda foi mais difícil, quando a gente separô que a pessoa, as pessoa ficaro sabeno que meu marido tinha me traído assim, o quanto que foi baxo sabe, aí as pessoa começo perde o respeito pela família. Minha filha é casada, dois filho, **um senhor quase da idade do pai dela, começo a i lá no serviço dela, que é o sacolãozim que eu tenho, e oferecê tanta coisa pra ela, ele ofirica o mundo, e essa pessoa era casada, i um dia ele foi tão atrivido, que ele tentô pidi a mãe dela em casamento pra mim, minina..máinão prestô! Assim nói de cara-à-cara, mas eu falei tanta coisa presse home, tanta coisa, tanta coisa, aí eu fui falá com a minina, a minina me respondeu sabe, aí eu falei.. eu peguei essa minina e dei uns tapa, bati! (risos) Na muié, na filha (risos), falei, - Ô vo te batê procê acordá, cê tá durmino!***

Nesse ínterim, se passou o divórcio em duas etapas. A oficial em que documentaram, separaram os corpos, mas Luís ainda viveu algum tempo sob o mesmo teto que Bárbara, a pedido dele e com consentimento dela. O trabalho e a renda foram definidos, documentou-se que daria uma pensão a ela, bem como manteria o convênio privado de saúde. Ela permaneceu morando na casa, que fora transferida para o nome e posse dos filhos. Sobre os dois pontos de comércio, cada ex-cônjuge manteve um, mas segundo ela, Luís *tirou vantagem, ficando com aquele que lucrava mais*. Nesse período, Bárbara disse que notou os filhos se afastarem dela, e acreditava ser fruto de mais uma manipulação maldosa de Luís, como vingança pelo pedido de divórcio:

*[...]aí eles não me davam muita atenção, comecei não dá muita atenção pra eles também né..meu esposo e meus filho. Ele conseguiu faze a cabeça até do meus filho, manipulou meus filho, jogou meus filhos contra mim, ligou pros meus pais, jogaram minha família tudo contra mim, como se eu não tivesse nada, e aquilo fosse uma coisa que eu tinha na mente..aquela dor, que tava só na mente, e aquilo não doía nada não, eu que pensava, que doía. **Então ficou todo mundo assim, eu era um***

zero à esquerda, abandonada com as dores tudo, sozinha. E teno que fazer tudo sozinha, ir pro médico sozinha, tudo sozinha. [...] Ai ficou tudo calado pra lá né, ninguém me acompanhava.

[...]“Ô mãe..”, oi.. “levanta!”, falei levantar pra quê, ela falou: “A senhora vai fazer uma coisa pra senhora comer”, eu falei não vou fazer nada pra mim comer, porque uma, eu não dou conta de levantar, e outra, que eu não quero comer. “É mais eu tenho que ajudar a senhora, mas pra senhora ser ajudada, a senhora tem que fazer assim, a senhora tem que levantar, a senhora tem que agir! A senhora tem que trabalhar! A senhora tem que cuidar das coisas da senhora!”

A inegável complexidade de Bárbara sinaliza a difícil resposta para a lida com a questão de violência contra as mulheres, com esforços interdisciplinares, diálogos, pontes e aproximações, concretude intersetorial tomando “cada caso como um caso” (Fonseca, 2009).

A possibilidade do vínculo, abarcando a relação transferencial, a escuta implicada na singularidade para pensar a inserção social, e a construção de intervenções emancipatórias, pressupõe a possibilidade de um espaço que intrigue com dúvidas, onde habitam certezas, e que, num imaginário onde se supunha saber, germine, então, o espaço para a falta, o silêncio e, quiçá, a reinvenção de novos laços (Cerruti e Rosa, 2008):

A psicanálise nos adverte que a demanda de amor, a demanda de um olhar soberano e protetor, acaba por se revelar uma forma de sucumbir à repetição, descortinando os efeitos deletérios do masoquismo originário. É necessário, então, partir em busca de uma prática na qual a palavra possa circular, criando campo para uma constante construção e reconstrução de uma narrativa individual, através da interrogação sobre o lugar que se ocupa na cartografia de poderes que modulam o laço social. (p.1072)

E depois de tantas tormentas e catarses, seguia Bárbara para a efetiva separação de casas e ruptura de vínculos com Luís, após descobrir incessantes casos de traição, sofrer opressões e humilhações, ela rebelou-se, e conseguiu pôr um ponto final, à convivência sob o mesmo teto. Não é à toa que, tantas vezes, durante a fala, se referia como *meu esposo*. Ele não cumpriu o combinado acerca do acordo feito na separação formal, a deixou sem convênio, mas, segundo ela, *não quis procurar a justiça*. Estava pleiteando o Benefício de Prestação Continuada – BPC, da Política de Assistência Social – BPC, e, caso fosse aprovado junto ao INSS, ela deixaria a filha cuidar do comércio, para dedicar-se ao autocuidado.

Ela continua frequentando a hidroginástica e a igreja, mas não canta. Conseguiu fazer algumas amigas e mantém-se próxima dos filhos e netos principalmente. Já até cogitou casar-se

mais uma vez, mas não havia um pretendente viável e, no finalzinho da entrevista, reitera seu amor por Eduardo:

[...]Aí ela assim, passô pro meu lado de novo, e continuo eu cuidano desses minino, até hoje. De certo até enquanto eu tivé viva, eles é bem apegado comigo, bem apegado. O minino principalmente, a minina já é mais calada, mas assim, eu vejo que ela assim me respéita, ela fala senhora, mamãe.. e pai ela fala é 'ocê', desquele saiu de casa.

[...]vínculo mesmo pessoal, são os filhos e os netos no dia a dia, e tem uma vizinha assim do lado, que é esposa dum primo do meu pai, que a gente tem.. conversa muito sobre um poblema uma da ota. E tem também na igreja, sô evangélica, eu até congregava aqui na sede, Igreja

[...]Eu deixei de sofrer por uma coisa, por desamor, e fui sofrer por amor (risos), olha que que é a vida!

Coração do mar é terra que ninguém conhece. Permanece ao largo, e contém o próprio mundo como hospedeiro. Tem por nome "Se eu tivesse um amor", tem por nome "Se eu tivesse um amor"[..] (Andrade, 1991)

Por fim, na poesia de Oswald de Andrade, cantada por Elza Soares, que bem conhece dos meandros tratados nesse tema, Bárbara, no seu dialeto singular, e depois de tragar-nos para a voragem, revelava a sua dor. Falou da mulher possível, do indizível entre a fé e a fantasia, da ferida traumática instalada na ordem do infantil, o corpo que emergiu, disse do amor fugidío e impossível, o trabalho e a matrifocalidade, do campo à cidade, vitimizada, mas não vítima, sujeito de direitos, errante, desejante, Bárbara seguia.

5.3 - Isabel, a terceira

"Mire, veja: o mais importe e bonito no mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam." (Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa, 1994).

Pensando em Isabel como a terceira entrevistada, é possível refletir acerca dos diferentes elementos incorporados à análise a partir daí. Num primeiro, a questão da idade toma a atenção. Seus vinte e poucos anos fizeram ecoar a indagação sobre como alguém tão jovem poderia conhecer a matrifocalidade, ainda mais atravessada pela violência?

Ora, a lente psicanalítica convoca à compreensão de que o tempo de subjetivação remete ao infantil de cada sujeito que, nem sempre, ou quase nunca, é harmonioso com o tempo cronológico. Essa dimensão refere-se à insuficiência fundamental do humano, o desamparo. O que se inscreve

numa temporalidade peculiar. Apesar da pouca idade, as experiências narradas por Isabel estão todas imbricadas, fazendo pensar sobre como a cultura vai marcando a singularidade do sujeito, afinal, é nela que ocorre a mediação da necessidade de se construir uma ilusão frente ao insuportável (Stein, 2011).

Nesse movimento de olhar, escuta, suspensão e delongas, apresento Isabel. Dentre as entrevistadas, ela era a mais recentemente assistida na instituição e, antes do nosso encontro, o psicólogo indagou se ela necessariamente precisaria relatar sobre a situação de violência que a levava para atendimento. Esclareci que não necessariamente, uma vez que a pesquisa se pauta no método psicanalítico e está interessada no discurso do sujeito. Precavida, Isabel aceitara participar. No primeiro contato por telefone, ela foi receptiva, embora também ressabiada. Falei das opções de local para nosso encontro: entre a OSC, sua casa e a universidade, esta última onde preferiu encontrar-me. Quando passei o endereço, ela perguntou se era na “brinquedoteca”²⁸, pois seu filho já participara de atividades no local.

Na manhã seguinte, Isabel foi pontual e levou consigo a mãe e o filho, que aguardaram na sala de espera. Mais tarde eu saberia que aquela configuração familiar era agora sua guarita. Naquele momento, tive a sensação de que já a conhecia. A aparência de menina, franzina, frágil até, com sotaque peculiar, reforçou aquela estranha sensação de familiaridade. Tal familiaridade me remeteu ao texto de Freud, *O Estranho* (1919/1977), em que tenta nomear a estranha impressão que nos causa o retorno daquilo que nos é, ao mesmo tempo, mais familiar, íntimo e recalcado.

Fomos para a sala de atendimento e, ressabiadamente, com um sorriso “daqueles de fotografia”, como alguém que se prepara para um registro, - ela começou a contação de sua trajetória. Era como se ela precisasse da garantia, de sentir os pés no chão do presente, para se lançar à melindrosa escavação do seu passado (Benjamin, 1995).

Isabel tem 24 anos, é separada (e, recentemente, iniciou um namoro), após sua, então,

²⁸ Espaço na Universidade Federal de Uberlândia, vinculado ao Instituto de Psicologia, no qual acontecem ações de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo docentes, discentes e a comunidade em geral. É considerado um importante dispositivo da rede de cuidado no município, visto que acolhe uma diversidade de demandas sociais e psicológicas. E, sobretudo, um espaço de produção de conhecimento.

primeira e única experiência conjugal, que teve início na sua adolescência, quando tinha pouco mais de 15 anos. Revelou-se, mais tarde, um romance enredado pela violência intrafamiliar em múltiplas facetas.

É mãe de Bernardo (6 anos), fruto dessa relação. Isabel trabalha como atendente de *telemarketing*, no regime de “meio período” (6 horas diárias) e é a provedora exclusiva do lar. A questão do trabalho emerge como tema central e recorrente na fala de Isabel, assunto que será melhor abordado durante a análise, destacando sua importância como categoria ontológica de discussão para o Serviço Social.

Isabel é a caçula dos irmãos. Seu pai casara-se uma vez, antes de se unir à mãe de Isabel, que é três décadas mais jovem do que ele. Ele teve dois filhos nessas uniões pregressas. Isabel possui pouco contato com eles. Os pais de Isabel tiveram, assim, dois filhos: Ismael e Isabel.

A família viveu, por um período, na zona rural, terra que fora abrigo e sustento da família. Isabel resgatou, saudosa, memórias de passeios no sítio do pai, de quem herdou o gosto pelo campo, pelos animais e, com quem partilhava aprazíveis lembranças. Ele surgia na fala dela como alguém encorajador para a caminhada da vida. Mais tarde, mudaram-se para a cidade, quando o ganha-pão no campo mostrava-se insustentável frente às novas demandas familiares.

Isabel começou a trabalhar aos 14 anos, no comércio de seus pais, espaço no ramo alimentício, que se configurou o sustentáculo familiar; parecia, inclusive, o único espaço de convivência dos pais de Isabel, e era também onde toda rotina acontecia. Lá eles comiam, faziam deveres, aprendiam a “se virar”, trabalhavam, faziam amizades e teciam suas redes de relações.

Ela dizia como “tudo foi muito precoce” na sua vida e na de Ismael, e explicou que ambos foram cedo “pra vida errada”, referindo-se ao fato de Ismael ter se envolvido com o abuso de drogas e atividades correlatas, e ela, sobre a desafortunada relação conjugal. Sobre essa precocidade, citada por Isabel, (Mello et al., 2015), desenvolveram um estudo acerca da parentalização de crianças, e que, dentre outras questões, discutem sobre o funcionamento adulto antecipado e um processo de inversão do papel parental com relevantes prejuízos no tocante à constituição do sujeito.

A desventura *amorosa* de Isabel revelou-se atravessada por assédio, violências, migrações, exílio, (sobre)viveu em diferentes cidades, reeditando marcas no corpo e na subjetividade, – territórios que lhe restaram. Depois de algum rodeio, Isabel, cautelosa, adentra o assunto do *encantamento*, – nome que ela mesma dera (repetidas vezes) ao relacionamento que vivera. Em tom de obsessão, esse homem insiste, tenta, numerosas vezes, relacionar-se com Isabel, ainda adolescente. Coincidentemente, a diferença de idade dele, em relação à Isabel, era muito semelhante à de seus pais, quase 30 anos.

Ele é militar do exército, músico e galante (como Isabel o descreve). Segundo ela, houve um estranhamento por parte dos pais, em relação à insistência daquele homem, já que Isabel era apenas uma *menina*. Ela disse que nem o havia notado até então, mas que a obstinação dele a fez ceder, e ela acabou se *encantando* por ele, circunstância que, inicialmente, não teve o consentimento dos seus pais.

Começam, então, um namoro escondido. Isabel se retratava deslumbrada com os galanteios, serenatas, passeios, ambientes e todo o magnetismo que parecia permear a história. O caso seguiu sem a permissão dos pais, que, logo descobriram e, vendo seu recomendado impedimento em vão, acabaram aceitando o namoro.

Sem delongas apresentou-se apenas o primeiro dos sobressaltos: a gestação. E, então, o caloroso romance arrefecia. Segundo Isabel, os infortúnios estavam apenas começando. Em seguida veio o abandono. Tão logo se descobriu grávida, ele afastou-se - “em partes” - e seguiu com a vida de solteiro, arrumando namoradas, viajando com elas, postando fotos nas redes sociais. Essa avalanche a deixava *arrasada*. Mesmo assim, ele estava sempre à espreita, sitiando, como quem controlava um território, sob ameaças constantes, caso ela se relacionasse com outra pessoa.

O cenário era de possessão, traições e ameaças. Em tempos de o filho Bernardo completar um ano de idade, ele atraiu Isabel a tentar *um casamento*. “Exilada”, numa região fronteiriça, distante da sua terra natal, familiares e (quase) tudo que, até então, conhecia. Contrariando os avisos de seus familiares, ela disse sim, e daí, então, vivera 5 longos anos numa relação de dominação. Ele

se revelou mais possessivo, violador e truculento.

Anos se passaram, e o pai de Isabel veio a falecer como consequência de adoecimento grave. Pareceu-me que tal fato fora propulsor de sua busca pela ruptura dessa relação conjugal violenta. Ao mesmo tempo em que Isabel contava sobre o seu “tornar-se mulher”, eu me estarrecia pela primitividade da violência que lhe fora dirigida, da surdez que havia nas redes das quais (não) fazia parte, ainda, quando era apenas uma menina, franzina, pequena e deslumbrada pela precocidade das descobertas da sexualidade, dos jogos de poder e das armadilhas que lhe aguardavam.

Isabel herdeira: do campo à cidade, dramas e histórias

“[...]então acontece a cerimônia de iniciação: o oleiro velho oferece ao oleiro jovem sua melhor peça. Assim manda a tradição, entre os índios do noroeste da América: o artista que se despede entrega sua obra-prima ao artista que se apresenta. E o oleiro jovem não guarda esta peça perfeita para contemplá-la e admirá-la: a espatifa contra o solo, a quebra em mil pedacinhos, recolhe os pedacinhos e os incorpora à sua própria argila (Janela sobre a Memória II - As Palavras Andantes, Eduardo Galeano, 1994).”

A questão familiar que enreda, – do início ao “fim”, - a narrativa de Isabel, salta aos olhos, aos ouvidos e a todos os sentidos. Embora a temporalidade, aqui, não corresponda ao tempo cronológico, já que diz do tempo de suas vivências contadas (das não contadas também), e dos tempos primevos desde sua estreia no berço familiar. Marcam, assim, a efemeridade do instante, que não se dissipa prontamente, mas que forja algo do interminável (Rosa, 2009).

Qual é a complexidade e a extensão do “passado” que marca – para o bem e para o mal – cada “presente” ao longo de uma existência? De quantas pessoas se faz uma pessoa? Quantas experiências de vida – algumas relatadas, outras inenarráveis, umas próprias, outras alheias e remotas – compõe uma subjetividade? Quantas histórias bem contadas e quantas histórias mal contadas contribuem para uma história de vida? Quantas vozes e quantos silêncios calam no fundo de cada um de nós? (p. 11)

Figueiredo (2006), ao lançar mão de sucessivas e norteadoras indagações, problematiza a relevância de alicerçarmo-nos sobre os conceitos de herança psíquica e transmissão inter e transgeracional, e suas indelévels marcas no corpo e no laço.

Para contar sobre o legado familiar de Isabel, é relevante resgatar que é, na historicidade do palco familiar, que são transmitidas experiências, valores, hábitos, histórias e dramas, nem sempre

elaborados. As pessoas começam a contar suas histórias das mais diversas maneiras, e partindo de lugares e tempos variados, esse enfoque acaba por nos contar sobre o sentido e a importância que tem esse ponto de partida para o interlocutor. Esse é o campo do discurso do sujeito.

Nos primórdios da entrevista, quando pedi para que me contasse de sua trajetória, sem hesitar, ela versou sobre a esfera familiar, enfatizando a configuração matrifocal.

[...]moro em Uberlândia desde 2015, com o meu filho Bernardo²⁹ de 6 anos, e a mãe Dolores de 54 anos.[...]Foi uma loucura, porque eles dependem de mim [...]

Talvez Isabel pronunciou-se, assim, mobilizada pela temática da pesquisa, mas, ainda assim, ela conduziu ao itinerário: o cenário familiar. Percorrida, ligeiramente, à superfície, zelosa, seguiu a escuta sobre sua família de origem:

*[...]Da família de minha mãe.. meus tios **moram todos espalhados**, Maranhão, Iapóqui, São Paulo. Lá no Recife, eu tenho um irmão [...] e **meu pai faleceu em 2015**, ele estava muito doente com câncer [...] e tenho outros irmãos somente por parte de pai, que são mais velhos, esses já tem até netos e bisnetos.(Isabel) (grifos nossos).*

Aqui Isabel contava, de forma - quase concreta, - dessa família que parecia fraturada. Embora houvesse o histórico das famílias materna e paterna, que produzia sua existência social a partir do trabalho rural e da vida no campo, convivendo em agrupamentos, e numa lógica coletiva de cooperação, esses grupos, mais tarde, *espalharam-se*, não apenas geograficamente, mas, nos laços, expressos na dureza dos marcos que ela narra, e dos afetos os quais transporta, furtando essa cena, num tom remoto e apartado, quase com um nó na garganta.

De um solo fértil, legado e nascedouro das linhagens para um terra desabitada e árida, aquilo que ela narrava sobre a família ia fazendo ressonâncias em si. Correa (2000) considera que o grupo familiar é “o elo perdido das diferentes articulações entre cultura e psiquismo” (p.60).

Antes de seguir nessa trilha, é importante pegar um atalho para esclarecer que o processo migratório no Brasil, o êxodo rural, do campo para as áreas urbanas, é orquestrado, sobretudo, pelas desigualdades regionais, acompanhando industrialização, nos moldes capitalistas. É expresso,

²⁹ Nomes fictícios em razão da questão ética e sigilosa da pesquisa, conforme normativa do CEP.

notoriamente, pelos fatores de expulsão e atração que delineiam os fluxos migratórios (Singer, 1998). Dito isso, se faz crucial assinalar que a migração imposta pelas condições de vida precárias, – cenário inscrito no processo de urbanização do Brasil, - marcam a história familiar de Isabel, dentre tantas outras famílias brasileiras.

Destarte, o processo migratório (impreterível) - implica numa complexa trama de vivências, como ser arrancado do seu lugar de pertença, a partir do qual o sujeito diz do que se sabe, do que se é, do lugar que ocupa, aquilo que representa na sua família e comunidade. Esta experiência acarreta, entre outras coisas, lutos não elaborados, condições contingentes de privação, deslocamento identitário (Rosa, 2009).

Como ilustra o Sr. Otávio (Brum, 2016, s/p), ribeirinho, migrante errante, expulso de suas terras para a cidade, junto da sua família e comunidade, em razão da instalação de uma usina hidrelétrica no nordeste brasileiro (e da primazia do capital): “Pra roçar uma juquira, para trabalhar de roça, para toda coisa de mato, eu sou profissional. Peixe, eu sou profissional também. Mas para as coisas da rua, a gente não sabe. Meus menino ainda sabe ler, mas é só uma coisinha. Não tem vida pra nós aqui.”

Nesse caso, o efeito de desenraizamento provocado pela dificuldade de localizar-se no mundo pode provocar sequelas, no que tange à posição subjetiva, logo, no laço social. É a partir da memória que se torna praticável olhar sob outra perspectiva para os fatos, reconstruindo, assim, esse lugar discursivo, então, perdido (Rosa, 2009).

Pela via da memória, transporta-se o conteúdo do possível, significado pelo sujeito, entretanto, para aquilo que excede tal possibilidade, delineiam-se outros destinos. Em todo caso, como nas palavras do poeta, “a memória é um ponto de partida”:

Um refúgio? Uma barriga? Um abrigo para se esconder quando estiver se afogando na chuva, ou sendo quebrado pelo frio, ou sendo revirado pelo vento? Temos um esplêndido passado pela frente? Para os navegantes com vontade de vento, a memória é um porto de partida (Galeano, 1994).

As remotas memórias de Isabel sobre a vida no campo, - contadas com alguma nostalgia, - registravam a imagem fugidia de tempos em que a vida parecia seguir infinita:

[...]Eu amava aquilo lá: vaca, cavalo! [...] quando fiz 5 anos ganhei de presente do meu pai um cavalo. [...]Gosto muito disso.. fazenda, cavalo, sou apaixonada!

Ela acrescenta que o pai ensinava sobre a lida com os bichos a cavalgar. Ainda lembra que ganhou do pai uma vaca nelore, chamada *Mimosa*, que *depois morreu e deixou uma filhotinha pra ela cuidar*. Segundo Isabel, até tempos mais recentes, seu pai destinava grande parte da renda para o sítio, parecia um *lamento sertanejo*³⁰, a investida (a todo custo) para manter vivo aquele território concreto de memórias, heranças e afetos:

[...]gastavam todo o dinheiro que ganhavam [...] meu pai comprava coisas pro sítio, ele tinha criação de porco, galinha, bode, pato, boi, eu amava!

Após a retirada para a cidade, retornavam ao sítio apenas para períodos de férias ou finais de semana prolongados, levados pelo irmão mais velho. E, seguindo a tradição patriarcal, esse último, o homem mais velho da linhagem de seu pai foi eleito o herdeiro a assumir o sítio, afinal, era “uma herança” passada de geração para geração da família paterna, *desde seu bisavô*. O sítio era algo “da família”, e nela deveria permanecer. Além do sítio, evidente herança que enlaçava gerações, haveriam outras ocultas? Qual seria o quinhão de Isabel?

Já, na cidade, guiada pela fala de Isabel, a escuta remete-nos à casa, habitada pela sensação de um lugar escuro, frio, meio abandonado. Um não lugar, a ausência da casa (simbólica), supostamente, o invólucro de proteção, borda.

[...]Meus pais brigavam muito, muito mesmo. Eles dormiam em quarto separados, tipo assim: moravam juntos, mas não eram casados. Eles não construíram nada juntos, não compraram uma casa, eles não se amavam, então não pensaram no futuro, gastavam todo o dinheiro que ganhavam.

É assim que Isabel dava pistas (sob sua percepção) da matéria de que era feita essa nova “casa”, uma vez que os pais começaram a trabalhar em comércios do ramo alimentício, na rodoviária de uma das metrópoles brasileiras mais populosas. No começo, eles *pagavam uma pessoa pra olhar* as crianças, capturados também pela necessidade de ambos trabalharem *fora* para

³⁰ Canção de Gilberto Gil e Dominginhos, gravada em 1967, entoando a história do sertanejo retirante, que não se adaptara à vida da cidade: “Eu quase que não consigo / Ficar na cidade sem viver contrariado”.

sustentar esse novo estilo de vida “na cidade”, profundamente distinto do anterior.

Até que cresceram um pouco mais, e, assim, alternavam-se entre o período escolar e a permanência nos comércios, afinal, era onde a vida acontecia. Isabel contava de como sentia falta de uma rotina *em casa*, de sentar à mesa para refeições em família e coisas do tipo. Essa *casa* parecia, na verdade, um vazio. A casa (simbólica) se fazia naquele espaço público, de negociações, mercadorias, transações comerciais, um constante trânsito de chegadas, partidas, passagens, encontros e despedidas (Neves, 2008).

Da Matta (1985, citado por Neves, 2008) refere-se à casa e à rua como espaços distintos que imprimem compreensões de mundo e da ética, que, quando separados, demarcam comportamentos, hábitos, funções sociais, distinguindo, assim, as noções de público e privado no que tange à intimidade própria do âmbito doméstico. No caso do arranjo familiar de Isabel, esses espaços e significados estavam entremeados. Apesar de ela se referir à existência da casa como esse lugar físico, soava como se fosse um lugar inabitado. As reflexões dos autores supracitados, entoavam o desenrolar das construções subjetivas e sociais no percurso de Isabel.

Essa casa sem lugar, ou esse lugar sem casa, suposto recinto de acolhimento e proteção, que não estava lá, fazendo pensar sobre a falta-ausência. Parece fazer sentido analisar a trama familiar, ao compreender a cultura como “um sistema de símbolos e relações de sentido: crenças, valores, mitos, ritos” (...), “mapa mental do universo que permite a cada membro de uma determinada sociedade deslocar-se, amar, pensar e trabalhar, evitando o medo e a perplexidade” (Correa, 2000, p. 60).

Sobre as tramas familiares, Isabel contava da diferença de idade dos seus pais, o que se repetia entre ela e aquele que fora seu parceiro, e também da controversa submissão da mãe em relação ao pai, apesar de sua suposta autonomia:

*[...]Minha mãe não queria de jeito nenhum, **ela me alertava.. acho que pra eu não passar o que ela já tinha passado.** Meu pai era muito mais velho que ela, quase uns 30 anos (grifos nossos)*

[...]Mesmo minha mãe trabalhando e tendo o comércio dela, meu pai mandava no comércio e no dinheiro. (Isabel)

Assim como aspectos subjetivos e singulares, por meio de uma espécie de dívida inconsciente, que o sujeito assume pelo investimento dispensado a si, o que compreende a propagação do legado familiar para as futuras gerações, englobando um conjunto de “histórias, valores e ideais daquele grupo, fato que marca de forma intrusiva a constituição de sua subjetividade” (Aulagnier 1975, citada por Correa, 2000).

Das heranças que Isabel fizeram suas, supõe lidar com marcas daquilo que se recebeu dos seus pais e do que transmitirá para seus filhos. Quando a transmissão é marcada pelo negativo, significa dizer que será transmitido o conteúdo “que não encontra inscrição no psiquismo dos pais: os lutos não realizados, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, a vergonha, as doenças e a falta” (Correa, 2000, p.36).

Ao compor uma escuta que se atenta aos sentidos, ao desejo, fica legitimado o espaço da subjetividade, do singular da história de Isabel; mas, em condição igualmente fundamental, ecoa a promoção de autonomia e direitos como intervenção psicossocial cabível. Para Bezerra (1999, citado por Rosa, 2002):

Uma condição para sustentar esse lugar é, segundo o autor, a busca pela superação das dicotomias indivíduo e sociedade, psíquico e social, mental e físico, clínica e política, terapia e administração. Nessa perspectiva, afirma que “toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo (p. 3).

Refletir sobre o trabalho, nas políticas públicas sociais, desde seu planejamento à execução, considerando que o laço social supõe o vínculo com o outro, e que as narrativas do sofrimento, transmitido por palavras e silêncios ruidosos, sugerem a repetição de problemáticas intrínsecas do *modus operandi* capitalista. Portanto, se faz esperada uma intervenção que presuma menos dicotomias polarizantes e mais enlaces potentes.

Isabel, o encantamento adolescente, a catástrofe e o palco das violências

“A vida podia ser feita pela mão do homem: Ana sempre tivera a necessidade de sentir a raiz firme das coisas e isso o lar perplexamente lhe dera. Por caminhos tortos viera a cair no destino de mulher” (O amor, Laços de Família, Clarice Lispector, 1998a).

A palavra *catástrofe*, do grego, significa *virada para baixo*. Outras traduções possíveis são:

desabamento, ou *desastre*. A *catástrofe* é, por definição, um evento que provoca *trauma*. Outra palavra grega que quer dizer *ferimento*. *Trauma* deriva de dois sentidos: triturar; perfurar, mas também de: suplantar, passar através. Na evidente contradição, já é anunciado o caráter paradoxal da experiência catastrófica, ao mesmo tempo em que perfura, é também o que faz suplantar (Nestrovski & Seligmann-Silva, 2000).

Compreender a história de Isabel, por essa perspectiva da catástrofe, implica em adentrar um espaço de ameaça e vulnerabilidade que se instala muito cedo na sua história. Ela saberia, pela boca de outros, o que *ele* anunciara quando a viu pela primeira vez. *Ele*, esse homem inominável, “diz-se do que não possui nome por não se conseguir definir nem qualificar. Excessivamente abominável para ser nomeado; horroroso ou péssimo” (Dicio, 2018):

- *Olha que menina linda! Ela vai ser minha! E assim, ele tentou me conquistar, uma, duas, três, quatro, cinco, seis vezes.. até me conquistar. (Isabel)*

A ausência de nome para esse parceiro é notada ao longo da narrativa de Isabel, e tal revés se estende no decorrer da escrita. Isabel revelava a impossibilidade de nomear, não só aquele homem “avassalador”, mas também a condição que reportava ao desamparo, - a falta constitutiva, bússola do desejo, reeditada de tantas outras formas, dentre elas, no campo do laço social. O desamparo perpassa o discurso e qualifica o sofrimento de Isabel na entrevista. Algo que remete à condição de incompletude, de finitude, da solidão, do imprevisível, do inominável. Se o laço social surge como uma alternativa de enfrentamento dessa condição, quais sejam, destinos fecundos ou danosos (Freud, 1920/1976a; Menezes, 2012), a conjugalidade, nesse caso, parecia provocar o colapso da violência e o aprisionamento, nesta condição, denunciava a impotência de Isabel.

Ao que parece, os (des)caminhos afetivos trilhados por Isabel revelar-se-iam no porvir funesto, circunscrito no tom de assédio, travestido de conquista na fala *dele*, que antecipa também a matiz paradoxal que assume o percurso da entrevista. O que supostamente acalentaria o desamparo denotar-ia uma investida aflita de esquivar-se dele. Segundo Rosa, Berta, Carignato e Alencar (2009), numa tentativa de sobrevivência psíquica, “o silenciamento, a mordação da palavra” é a

intrínseca resposta subjetiva do sujeito ao instante traumático, à catástrofe.

O silêncio não era somente uma resposta de Isabel, mas também a ausência do lugar de fala das mulheres ao longo dos tempos. Em diferentes momentos da história da civilização, os discursos sociais construídos, acerca das posições da mulher, desde a bíblia aos dispositivos hegemônicos reguladores do Estado (Direito e Medicina), legitimaram a ideia de posse, propriedade e dominação, nos âmbitos público e privado, assim como eram tratados a terra e os animais. Tais discursos alicerçavam a violência simbólica contra a mulher.

Esse conceito desenvolvido por Bourdieu (1997, p.16) esclarece: “é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer”. Acrescenta Soihet (1997), que “a violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal” (p.11).

Tal constructo ideológico e social perpetuou por séculos, com evidentes resquícios até os dias atuais, como se faz claro na fala do ex-parceiro de Isabel. Desse modo, a passagem acima remonta o momento em que a violência, inscrita no desejo de dominar e possuir, funda a relação conjugal avassaladora. Isabel, seduzida, antes de tomar contato com a faceta violenta do caso, disse que não escutava ninguém, que estava *apaixonada* por ele:

[...] Encantada! Com os lugares que ele me levava, ele era músico, me dava flores, fazia serenata.. ficava deslumbrada com as festas do quartel.. ele era militar e músico, tocava na banda do exército!

*[..] mostrou assim.. uma coisa até me conquistar, e na verdade, não era nada disso. (grifos meus)
(Isabel)*

Adjetivamos, aqui, a sedução a partir da leitura de Birman (1999), em Cartografias do Feminino, que defende a ideia de que, na contemporaneidade, a noção de sedução ganha outros contornos, uma vez desconstruída a ideia (patriarcal) da sedução enquanto um atributo da mulher, o autor a concebe também como um repertório erótico masculino. Considera-se que “a sedução seria a própria matéria-prima do encantamento do sujeito” (p.114).

Os atributos supostamente femininos, objectualizantes e estigmatizantes, resistiram, ao longo do tempo, com o endosso e consentimento social, histórico, legal e cultural, na condição de aparatos do modelo patriarcal. O olhar e a lida sobre as posições das mulheres se mantêm vivos até os dias atuais, histórias de abuso, violências e subalternização fizeram-se infortúnios e marcas constantes na construção da subjetividade, e na produção social da existência das mulheres.

Em sua singularidade, Isabel conta de si, mas carrega heranças geracionais e, logo, conta de outras mulheres e, nessas histórias cruzadas, há algo que se repete no tocante à sustentação desses vínculos violentos e opressores, perpassando inclusive pela dominação econômica:

[...] Mesmo a mãe trabalhando e tendo o comércio dela, o pai mandava no comércio e no dinheiro. Eles não construíram nada juntos, não compraram uma casa, eles não se amavam (Isabel)

[...]O pai dele também era violento, fazia isso com a mãe dele também, ela me contou (Isabel)

*[...] Eu sofri muito, passei muita coisa horrível.. muitos **traumas**.(grifos meus)(Isabel)*

[...] foi muita coisa, muitas traições [...](Isabel)

Isabel falava, receosa, sobre as vivências de violência conjugal, como se o algoz ainda lhe rondasse. Mais menina do que mulher, aos seus 15 anos, sem saber muito da vida, recebera o assédio dele como uma persistência estratégica da conquista. Ao tecer seu romance, ela *apaixonou-se e se encantou*, objectualizada por ele, lhe fora circunscrito o mais grotesco sentido de posse e objeto. Com pouco tempo de namoro, Isabel ficou grávida, e a cena apresentada foi a seguinte, uma adolescente com um parceiro quase 30 anos mais velho:

*[...] ainda tinha convênio, porque foi assim, **quando eu engravidei ele fez uma união estável**, tipo pra justificar pro meus pais sabe ?!(grifos meus)(Isabel)*

Num emaranhado de exílios, restou à Isabel deslocar seu quinhão para o território do próprio corpo. O princípio da existência, uma veste atravessada pelos eventos amparados na condição de sujeito (Neves, 2008).

Para Correa (2000), a transmissão, analisada pelo enfoque psicanalítico, está estreitamente ligada à transferência e à repetição. Corrobora com a análise anterior, Inglez-Mazzarela (2006), que

constitui legítima a hipótese acerca do trauma, como articulador da repetição no campo intersubjetivo. Isabel conta com o corpo, as marcas dessa trajetória, que trazem elementos da violência, da maternidade e também de como vai promovendo outros sentidos a partir daí. Percorramos com ela esse caminho: “As violências repetem-se em todos os aspectos de suas vidas. Começam devagar, como abdicar de um desejo para atender ao desejo do outro” (Naves, 2014). Talvez, das primeiras experiências no território-corpo, para além da violência, a maternidade parece emergir de forma significativa, hoje, condição que lhe configura a matrifocalidade, foi baseada na sua narrativa (com olhar triste e sofrido), – uma descomedida vivência que excedia a possibilidade de elaboração:

[...]desde o começo a gravidez foi difícil, sofri demais! Ficava muito tempo internada, com problemas de saúde[...] Eu ficava um mês no hospital, três semanas.. e voltava uma semana para casa, depois voltava pro hospital de novo[...]

[...]passava muito mal. Sentia muita dor, muita fraqueza, e ainda apareceram vários nódulos nas minhas axilas, perto do peito, mas não sabiam dizer o que era, e a hemoglobina estava muito baixa. Com 32 semanas eu já não aguentava mais de dor, porque o Bernardo era muito grande, e eu sempre fui magrinha, já não tava cabendo mais na minha barriga, eu tomei muito noripurum na veia.

[...]cesárea era muito perigoso porque eu estava muito fraca pra cirurgia[...] ele até pediu duas bolsas de sangue e falou pra minha mãe, que o bebê e eu corria risco.(Isabel)

Inundada pela catástrofe da experiência, Isabel contava, a partir das marcas no corpo sobre os abandonos (inclusive os reeditados). A gestação que não cabia em si, o desalento, o risco do parto e a vizinhança que a morte fazia com a vida. A anemia e a fraqueza relatadas por Isabel como condição contínua durante o período gestacional revelavam um desfalecimento, a vida se dissipando. A lida com o assédio e a captura-sedução, seguidas de abandono, as ameaças, e a demanda de ofertar vida, afeto e saúde física, enredo que se desenrolava em plena adolescência. O seu precipitado “tornar-se mulher, se apresentava insuportável. De maneira “inevitável”, essa cena remete às “Estranhas Entranhas”, poema de Lya Luft (1984):

O terceiro anjo brotou entre meus galhos meu corpo feito árvore, madeira de barco. Anjo esperado, logo um homem, dramaticamente um homem, mas meu filho. Meu corpo foi barco, meu sangue foi pasto, mas teu olho que me encara busca a vida. Não tenho respostas: tenho, como tu, homem menino, todas as perguntas, e a estranheza de ser porto de repouso, e ponto de partida (p.103).

Então era nesse corpo de aparência frágil que a memória (recapitulando Galeano), e agora a maternidade, se faziam ponto de partida. Corpo da herança, e que sofria na carne, e também dava a vida, e talvez esse também constituir-se-ia a possibilidade de reescrever sua trajetória.

Luft (1984) discorre sobre o caráter dialético, também fazendo referência ao estranho familiar. Quase um ano mais tarde do nascimento de Bernardo, já exilada na fronteira e com a promessa *de um casamento*, eis que Isabel, sujeitada às palavras, consentia o que lhe restava, seu território-corpo às manifestações das intempéries.

E, sobre isso, embora não seja a tônica da pesquisa, não podemos nos furtar a mencionar, como aponta o estudo brasileiro divulgado pela Organização das Nações Unidas, – ONU, referente ao período 2010 - 2015, que nasceram 68,4 bebês a cada mil meninas entre 15 e 19 anos. Isabel, adolescente e grávida, engrossava as estatísticas que sugerem tal contexto como uma das principais causas da mortalidade de adolescentes, senão, acarretando problemas na saúde física e mental da mãe e do bebê (Organización Panamericana de la Salud, 2016).

Assim sendo, o referido estudo revela que muitas dessas gestações não são escolhas deliberadas, mas consequências de relações abusivas, além de realçar um abandono do Estado, sociedade e família, em face à questão, expresso na ausência de políticas públicas com alcance social em proteção “às adolescências” do Brasil.

Volpi (2009) enfatiza que a expressão mais adequada seja adolescências. Isso resguarda o olhar crítico e a leitura social dos Brasis desiguais que cabem nesse país, e os que não cabem também, por isso, e não raramente, marginalizados. Referir-se no plural, mais do que o cuidado com a produção discursiva, é garantir o olhar de pluralidade, abarcando a complexidade brasileira nas suas contradições, culturas, disparidades, valores e regiões.

Ainda que brevemente, cabe abordar alguns aspectos sobre a adolescência, cenário e origem da desventura de Isabel, e parte da trajetória do seu “tornar-se mulher”, mais ainda, arrimo do núcleo matrifocal tão caro à nossa escuta neste trabalho. A meninice de Isabel se aparenta até os dias atuais, dentre as marcas que a diferenciam hoje, do passado recente, uma em especial captura

meu olhar, “os olhos de velho”, - expressão que Eliane Brum (2008) utiliza para contar de jovens que, uma vez (ou várias vezes) violados, carregam no olhar marcas indeléveis, como as de Isabel.

O conceito de adolescência trabalhado por Outeiral (1994, citado por Vale, 2009) descola a noção biológica: “Esta maneira de compreendê-la nos traz importantes elementos de reflexão, pois, sendo um processo psicossocial, a adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve” (p. 38).

Essa fase supõe uma travessia, da fase infantil à adulta, demanda investimento e atenção por parte da família, sociedade e Estado. É um momento de turbilhão de mudanças biológicas, psíquicas, comportamentais e sociais, que, se bem cuidados, também revelam potência e inventividade, ao contrário do que costumeiramente acontece, quando são alvos de estigmatização, ambiguidade e descaso (Volpi, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), representa um marco de inegável relevância no tocante aos direitos, proteção e cuidado desse segmento societário. Todavia, até os dias atuais, o público de crianças e adolescentes também é alvo (direto e indireto) da arbitrária herança patriarcal, expresso no contexto de jovens meninas que são “capturadas” (casam-se), com homens mais velhos. Há não muito tempo atrás, esses “casamentos arranjados” com homens velhos tinham como objetivo a garantia de alianças econômicas (Priore, 1994).

É preciso apontar que ainda existem importantes lacunas, tais como a suposta “capacidade de consentimento”, que é definida, do ponto de vista legal, a partir dos quatorze anos de idade. A despeito dessa visão diminuta da lei, o campo das ciências humanas e sociais sustenta que a adolescência envolve uma parcela da população historicamente vulnerabilizada, junto a outros grupos vulnerabilizados, ditos minorias (negros, mulheres, idosos, indígenas; etc.). Como assertivamente aponta Rossini (2010), o termo “minorias” é equivocadamente utilizado, a partir de um discurso dominante, que, assim, qualifica a parcela da população que enfrenta desigualdade e exclusão social, aqueles que fogem aos ditames burgueses de homem, branco, hétero, rico, com alto nível de escolaridade:

A definição de minoria, sociologicamente falando, não revela uma relação numérica de indivíduos, na medida em que, muitas vezes os grupos considerados minoritários representam, numericamente, a maioria da população. (p.29)

Corroboram a afirmação da autora, os dados da UNICEF (2011), uma vez que, pelo relatório “Situação Mundial da Infância 2011 – Adolescência: Uma Fase de Oportunidades”, revelou-se que, no Brasil, tem cerca de 21 milhões de brasileiros com menos de 18 anos, dos quais 38% vivem em situação de pobreza.

Volpi (2009) discorre que, na contemporaneidade, os adolescentes parecem mais abandonados do que livres. Com isso tornam-se “presas fáceis de tudo o que parece poder preencher suas necessidades imediatas” (p.120). No caso de Isabel, esse abandono faz ecoar a questão do desamparo, configurando-se um fator de risco e exposição ao engajamento em relacionamentos abusivos. Barreto (2015) explica que os relacionamentos abusivos, embora de difícil definição, portam alguns indicativos, tais como: “ciúme e possessividade exagerados; controle sob as decisões e ações do parceiro; querer isolar o parceiro até mesmo do convívio com amigos e familiares; ser violento verbalmente e/ou fisicamente; e pressionar ou obrigar o parceiro a ter relações sexuais” (p.1).

Tais indícios faziam veementes ressonâncias na avassaladora relação de Isabel. Essa cena reportava-nos ao traumático, diante das adversidades vivenciadas naquela relação. Fazia emergir o sentido da catástrofe. Isabel dizia dos traumas e dos excessos dessas experiências que contavam da sua relação conjugal e, quiçá, reeditavam tempos primórdios e heranças (des)conhecidas, da ordem do não-dito e do indizível (Freud, 1917/1990a). Compartilham dessa interpretação, Nestrovski e Seligmann-Silva (2000), “a temporalidade do evento traumático é complexa e envolve construções recíprocas do passado e do presente” (p.9).

De maneira congênere, Naves (2014) trabalhou com a noção do traumático, a partir do conceito freudiano de “catástrofe”, e lacaniano de “devastação”, e nomeou o processo de construção subjetiva das mulheres em situação de violência de *devastação subjetiva*. Freud (1917/1990a) define o trauma como “uma experiência que traz à mente, num período curto de tempo, um aumento

de estímulo grande demais para ser absorvido” (p. 325).

O principal aspecto é a antecipação, a condição pendente do que se sabe, algo que não se absorve no momento da experiência, só mais tarde pela via da repetição. Avançando nessa perspectiva, o cerne da ideia desenvolvida pelos referidos autores assinala uma avassaladora passividade frente à materialização das relações e condições de vida que vivenciam essas mulheres.

A passividade frente ao agressor irrompe de um silêncio barulhento, em que “não falam, mas dizem sobre um vazio subjetivo extremo, de um desamparo e de uma falta de reconhecimento pelo Outro” (Naves, 2014). Em outras palavras, essa leitura psicanalítica pressupõe que a devastação ocupa o lugar desse amor ausente, conduzindo as escolhas amorosas baseadas no padrão de relacionamento primitivo. Para Naves (2014):

O homem que se apresenta como uma *devastação* para uma mulher ao submetê-la a situações de violência, nos remete a considerar nessa condição de escolha do objeto de amor a reedição de um traço das relações primitivas da filha com a **mãe**³¹ que se construíram como uma catástrofe nas palavras de Freud ou como devastação como afirma Lacan (p.457). (grifo meu)

Remontando ao discurso de Isabel, é possível assinalar essas marcas, sob formas de *abandono, perseguição, ameaças* e seus respectivos danos.

*[...] porque foi assim, quando eu engravidei ele fez uma união estável, tipo pra justificar pro meus pais sabe, **mas ele me abandonou durante gravidez, eu sofri muito porque eu era muito apaixonada por ele**, e descobri que ele tinha outra namorada, eles viajavam, passeavam, postavam fotos, foi muita coisa[...]* (Isabel)

*[...] ele dava dinheiro quando queria, um mês sim, no outro não.. **ele ficava vigiando pra ver se eu não tava com ninguém, me ameaçava**[...]* (Isabel)

A violência intrafamiliar é concebida num processo cíclico, grande parte das mulheres tenha dificuldade de reconhecer esse fenômeno, imbricado em contextos de relações afetivas complexas (Grossi, 1998). Embora *ele* tivesse a abandonado, exigia que ela não se relacionasse com mais ninguém, *que fosse somente dele*, sob ameaça de morte, e outros danos em caso de descumprimento.

A manifestação da violência se apresenta de diversas formas e mecanismos, pelo abandono,

³¹ Reitero a problemática das funções materna e paterna, anteriormente expostas, não se tratando, necessariamente, das figuras de pai e mãe, laços consanguíneos ou modelo nuclear de família, mas sim das funções necessárias, a serem exercidas frente ao desenvolvimento psíquico do sujeito.

assédio, ameaças, violência psicológica (emocional, verbal, simbólica, dentre outras), moral, física, sexual, etc. No artigo sétimo da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), é explícito que:

É considerada violência psicológica qualquer conduta que cause danos psicológicos, à saúde mental e à autoestima da mulher, podendo ser eles humilhação, constrangimento, ofensas, perseguição, chantagem, insulto, exploração, manipulação, vigilância constante, limite de ir e vir, etc. (p.91)

Não obstante, somada à dificuldade da própria mulher reconhecer-se nesse emaranhado da violência, que envolve aspectos subjetivos e objetivos, as heranças familiar e social, há ainda outra condição categórica, qual seja, a surdez social em relação ao crescente fenômeno da violência contra as mulheres, marcada, especialmente, pela naturalização desse. Segundo Naves (2014):

Os estudos sobre violência e gênero apontam para uma imposição silenciosa sobre os atos de violência tanto por parte da sociedade como da própria mulher na condição de violência. As dificuldades que muitas mulheres têm em denunciar seus agressores e, quando ainda conseguem, desistem da denúncia, revela a subordinação e obediência, à proibição da palavra. (p.459)

Pensar sobre Isabel e a violência conjugal vivida, sob o prisma psicanalítico, desnuda atravessamentos outros, para além do campo histórico e social, e aponta para as operações psíquicas estabelecidas nos primórdios do desenvolvimento humano, em que a história familiar também circunscreve a constituição do sujeito.

No caso de Isabel, os danos da violência são constatados no aniquilamento e silenciamento, na posição subjetiva de submissão. O sofrimento é dito, razoavelmente acessado, mas há uma espécie de permissão (e/ou “ganho”) do sujeito pela via inconsciente:

*[...]ele veio e me pediu pra gente tentar um casamento, **disse me amava muito, e eu mesmo já tendo visto o que ele fazia, mesmo minha mãe avisando, todos falando, eu fui, era muito apaixonada nele!** (Isabel)*

*[...]era uma cidade pequena, **não tinha nada lá.** (Isabel)*

Isabel, a despeito de todos os indícios, desconfiava que aquilo fosse mesmo *coisa do destino*, talvez até inevitável. Não lhe era estranho a posição de assujeitamento e abandono; mas também, esperava, quase esperançosa, que pudesse mudar a realidade, quando não via que era a si própria que haveria de olhar um dia. “Quem sabe se nesta terra não plantarei minha sina? Não tenho

medo de terra (cavei pedra toda a vida), e para quem lutou a braço contra a piçarra da Caatinga será fácil amansar esta aqui, tão feminina” (Neto, 1991, p.12).

Na aposta retirante de Isabel, mobilizada pelo envio *dele*, a serviço do exército, mudaram-se para uma cidadezinha, com pouco mais de 20 mil habitantes, no interior de um estado brasileiro em que predomina a atividade agropecuária, fazendo fronteira com um pequeno país, que, no passado, fora dizimado por confrontos sangrentos durante à colonização. Um dos destaques dessa cidade-exílio era o Forte do exército, que “protegia” essa fronteira do Brasil (IBGE, 2017).

Isabel, que já tinha “cavado tantas pedras”, parecia acreditar que o deslocamento territorial também cambiar-ia os lugares subjetivos em que estavam ela e *ele*. Talvez, a sua esperança pautou-se no que Rosa et al. (2009) esclarece sobre esse processo que engendra múltiplos aspectos econômicos, sociais, políticos, subjetivos, possibilitando nova relação com a terra e também novos laços.

Assim, Isabel, quase esperançosa e destemida, conta sobre quando mudaram-se para tentar uma vida nova, em região fronteira, distante de casa, da família, dos hábitos, de (quase) tudo que se conhecia, um exílio. Mesmo depois do assédio, ameaças e abandono, Isabel se declarava apaixonada, característica que suscita alguma reflexão. A etimologia da palavra paixão, do latim tardio, *passio -onis*, derivado de *passus*, particípio passado de *pati* (sofrer); pode significar, dentre outras coisas, afeto, desejo, arrebatamento, cólera, fanatismo, cegueira, tortura (Dicio, 2018).

Eu tive um problema de saúde muito sério lá.. eu sentia muita dor na barriga, e sempre ia no hospital militar tomar remédio. E de tanto ir, sem solução, o médico alertara da necessidade de ir à capital pra fazer exames, porque estava muito frequente a lá não podiam fazer muita coisa.

*[...]na capital, fez exames, eles falaram que teria que fazer uma laparoscopia, só assim poderiam ver o que tava causando tanta dor, suspeitaram de uma **tropa inflamada**, parece que tinha líquido na trompa (grifo nosso)*

[...]notaram que a trompa tinha líquido mesmo e tava inflamada. Mas teve que abrir, onde tinha feito a cesárea porque meus órgãos estavam colados na parede intestinal, depois do parto eles não voltaram pro lugar.

Essa passagem escancara o corpo como palco das violências suportadas por Isabel, numa trama paradoxal, que expõe esse excesso enraizado na *tropa inflamada*. Deparamo-nos, ao transpor

para um sinônimo possível, esse instigante equívoco, com o termo '*soldado apaixonado*' - tropa na posição do parceiro violento, dominador, soldado, assegurador da “ordem”; inflamada rementendo à paixão, pathos; ao adoecimento -, sugerindo algo da ordem do sofrimento atrelado à dominação em suas multifacetadas vertentes.

Esse corpo, devastado pelo excesso, procura, no olhar do médico, mais uma vez, “o sentimento de continuidade pessoal de existência”, que não lhe fora assegurado como sujeito nos tempos primevos, explica-se por aí a relação de servidão com o agressor, numa tentativa desesperada de escapar do desamparo (Winnicott, 1975, citado por Naves, 2014). As brutalidades que compõem o martírio de Isabel não param por aqui:

[...]Então foram duas cirurgias, depois de uns dias voltamos [...]e foi muito difícil porque era só a gente, então ele que cuidava de mim, me ajudava a levantar, me dava banho. O chefe dele no exército deu uma licença, ele ficava meio período em casa, só trabalhava meio para me ajudar.

[...]além das outras coisas, traição, ciúmes, ameaça, ele tinha outro problema.. a compulsão sexual. Com 10 dias da cirurgia ele ele forçou a relação, e outras vezes também, mesmo vendo que eu tava toda arreventada, cheia de pontos, toda costurada por dentro também, ele tava cuidando de mim então ele sabia.

Naquele momento, nauseada, ofertava minha escuta e me indagava sobre o porquê de Isabel sustentar-se nesse lugar de sucessivas violações, de ordem visceral, primitiva. Neves (2008) problematiza que “as marcas no corpo do ser humano correspondem às experiências que sua existência é capaz de adquirir” (p.112). É no território-corpo que se transportam as heranças genéticas, psíquicas geracionais, bem como as novas inscrições da sua trajetória singular.

Essa condição de que ela falava é repetida várias vezes ao longo de sua narrativa, utilizando-se de distintas expressões: *apaixonada, deslumbrada, encantada*. Isabel conta desse entorpecimento, e entrega ao *(co)autor* de seu calvário. Na ótica de Birman (1999), no jogo de poder que ocorre no encantado território da sedução, há o ganho de um, e a perda de outro; no caso desse último, lhe é retirado algo vital. E é o justo ponto em que se revela certa cumplicidade e, nesse cenário, a ação daquele que encanta, captura, visa ao aprisionamento do outro.

Nesse sentido, o exílio de Isabel, reeditava a própria condição do sujeito fundado no

desamparo. Assumindo que há algo da ordem do irreconciliável, parte dela (consciente) sabia do risco de exilar-se com seu algoz, haja vista as demonstrações anteriores de seu potencial violento. Outra parte (inconsciente), iludida do ganho de algo que lhe fosse essencial, fora capturada por essa parceria nefasta, que ocasiornar-lhe-ia o processo de silenciamento e dessubjetivação (Birman, 1999).

Tal exílio, singular da sua história, e também familiar caminho percorrido por muitas mulheres retirantes, *na sina* da violência, com semelhanças, quiçá, repetições nas suas histórias, daquilo que é universal do humano, é marca da organização coletiva na sociedade patriarcal. A origem da palavra exílio depara-se com *ex-ilum: para fora do lugar*, na etimologia latina (Dicio, 2018). *Para fora de qual lugar movia-se Isabel?* Postula Rosa et al. (2009) que, “todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente” (p. 8).

Ao que parece, Isabel movimentou-se voluntariamente *para fora do lugar*, costumeiro e familiar, quase uma cúmplice da sedução pela qual “se deixara capturar”, muito embora, o que sugere essa passividade frente à captura infira o aspecto inconsciente, compreensão que vislumbra também a ruptura da visão mulher na posição subjetiva de vítima (essa afirmação não nega a gravidade das vivências violentas e vitimizadoras). Trata-se de reconhecer também seu lugar de sujeito desejante, portanto, onde habita a potência e a possibilidade de laço, inclusive nas instituições de proteção e empoderamento feminino.

Esse espaço de que falamos compreende um lugar de escuta, logo, de dar voz, promovendo a mudança de posição social e subjetiva, além de superar o marco das medidas de segurança e proteção, contidas nas medidas prioritariamente coercitivas e punitivas da lei, expandindo o alcance social dos dispositivos legais e assistenciais no tocante à temática da violência contra à mulher. (Francisco, 2008, citado por Souza e Pimenta, 2014). Destarte, aquela(e) que escuta possibilita a (co)criação de outras possibilidades de laço, “para fora desse lugar” aniquilador.

No começo do século XX, Freud, em sua obra *Linhas de progresso na terapia psicanalítica*

(1918/1976b), já anunciava a necessidade de se repensar a técnica psicanalítica frente à perspectiva institucional, para a qual seria convocada a dar provas de sua eficiência ante a problemática social, especialmente, pelas multifacetadas formas de violência.

O manejo minucioso na rede, que nem sempre acolhe essas mulheres, implica em compreender a *escuta transformativa*, que, segundo Tanis (2017), - é fundamental e igualmente importante às demais intervenções e medidas cabíveis, pois envolve desde a compreensão do processo histórico, social e cultural, em que são reservados lugares subalternizados às mulheres, ao avanço legal e institucional no que tange a essa temática.

Isabel-fênix-mulher na matrifocalidade e resignificação

“As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais [...] Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.” (Os desastres de Sofia, Felicidade Clandestina, Clarice Lispector, 1998b)”

Depois de exilar-se, Isabel, vendo-se marcada de tantas formas, com episódios de violência que se repetiam com maior frequência e intensidade, começavam a se estender para Bernardo. Concomitante a isso, acontecimentos familiares importantes marcar-iam essa nova etapa.

Herdeira de um legado de reveses, Isabel vai assumindo outra posição e decidindo qual seria, então, o seu quinhão, dentre as posses que o passado-destino lhe reservara. A premissa em que Inglez-Mazzarela (2006) sublinha a importância de esclarecer essa compreensão das transmissões inter e transgeracionais, tanto em termos de continuidade ou de ruptura da herança, valida a movimentação de Isabel perante sua própria história.

Percebia-se no abismo, com provas cabais em seu corpo. Isabel, agora, mulher, se faria também fênix, cujo nome recebe um clássico mito egípcio, que narra a história de um pássaro: “... que tem a capacidade de se reinventar recriando-se a partir do seu queimar, transformando-se em cinzas para, só a partir delas renascer, é um emblema da alma, do renascimento, assim como é o símbolo de uma vontade irresistível de sobreviver” (Guidon, 2010, p.1). No entanto o momento da

transformação mítica de Isabel será explorado adiante.

Isabel começa a inquietar-se com a progressão da violência simultaneamente, lhe preocupava Bernardo, convivendo com essas situações de violência. A criança não falou até a idade de três anos. Nesse período, Isabel tentou retornar aos estudos, se inserir no mercado de trabalho, mas tais intentos lhe eram negados:

[...] eu queria trabalhar estudar, ele falava: “-Mas pra que? Se eu te dou tudo! Se você tem tudo o que precisa, mora numa casa boa, pode comprar o que quiser no mercado! A gente mora na fronteira! Você acha justo? Deixar o menino jogado? Em creche? Pra você trabalhar? Estudar? Você tem é que cuidar de mim, do menino, da casa! (Isabel)

Em seguida, surgiu uma nova transferência *dele*, e, a serviço da proteção da pátria, mudaram-se de estado, dessa vez, menos distante de sua terra natal. Nesse novo contexto, Isabel tinha alguns intervalos sem a presença *dele*, uma vez que moravam em cidade vizinha, onde se localizava o batalhão. Além disso, ela saiu um pouco do isolamento, uma vez que também havia familiares *dele* por lá. Durante algumas reuniões de família, Isabel soube do histórico *dele*:

[...] só depois, eu soube por familiares dele, as pessoas comentavam né?! Nas reuniões de família, ouvi de um tio, de outro.. que ele já tinha o histórico de violência, ele fez isso com a primeira, e com a segunda mulher. Eu fui a terceira vítima. (Isabel)

Somada às preocupações anteriores, essas revelações e as contínuas traições, Isabel foi construindo seu caminho de fuga desse labirinto:

*[...]quando eu comecei a falar que não tava feliz, quando falava de procurar ajuda, ele falava que ninguém ia acreditar em mim: - **Você não é ninguém, não tem estudo, não é nada!** E eu sou um sargento do exército! Você acha que as pessoas vão acreditar em mim ou em você? **Ele me anulava! Me ameaçava. Ele me anulava muito, anulava meus sonhos.** (grifos meus) (Isabel)*

[...]eu sentia vergonha de procurar ajuda, até da minha família, porque eles já tinham me avisado e eu não ouvi ninguém (grifos meus) (Isabel)

Quando Isabel dizia sobre como ele a *anulava*, não era só o corpo frágil que estava em cena, mas também certa resignação. Cerruti e Rosa (2008), ao empreitarem *a desconstrução da vítima*, cujo trabalho se propõe a analisar, para além do lugar subalternizado das mulheres na história, como efeito do patriarcado, visa, sobretudo, compreender o sentido produzido a partir dos comportamentos dessas mulheres na interação social.

Em tempo, é importante ressaltar que a investida das autoras não disputa a relevância dessa em detrimento da vitimização decorrente da violência, ou ainda da produção de determinantes sociais a partir do legado histórico e social em torno da questão. Ainda assim, desafia-nos com a subversiva lente psicanalítica, provocando a indagação, se seria mais acertado o caminho trilhado pelas instituições, por meio da via legal e das políticas públicas, cujo *modus operandi* se apresenta (habitualmente) maniqueísta: vítima/agressor (Cerruti e Rosa, 2008).

Parafraseando o ilustre Saramago (2001), “se podes olhar vê, se poder ver repara”, consideremos que mulheres em situação de violência são repetidamente estigmatizadas como vítimas, reprisando, assim, a condição de objeto. “Olhar” para além da sua vitimização, (o que não significa desconsiderá-la), é “reparar” a complexidade que habita e sustenta essas relações. Legitimar essa dimensão não sugere prescindir da proteção, medidas, intervenções e aparatos legais e políticos de que se possa lançar mão; mais ainda, aponta a urgência de incluir nessa rede a escuta da subjetividade como uma aliada potente ao enfrentamento dessa questão.

No ensejo em que Isabel começara a inquietar-se com as circunstâncias que vivia, seu pai adoeceu, e quando conseguiram diagnosticar, *o câncer já havia se espalhado*. Além da doença, *espalhou-se* também a vulnerabilidade, os pais de Isabel passavam por dificuldades financeiras, com pouco movimento e sem condições de administração, o comércio faliu.

Sua mãe dedicou-se quase exclusivamente aos cuidados de seu pai; *quase moravam* no hospital em razão da dor, desconforto e outras condições clínicas. Nesse período, Isabel visitou-o, acompanhada do filho, e *dele*. Tomada de angústia e sofrimento, lidava com sua aflição íntima e a derrocada daquilo que fora seu chão primeiro, seu pai, e o comércio onde desenrolara tanto da infância e adolescência de Isabel, ela deu o primeiro passo e confidenciou à sua mãe sobre sua *via crucis*. Ainda assim, retornou para o exílio, não do mesmo jeito, algo fora mobilizado. Ela continuava inquieta, movimentando-se.

A ambivalência marcava a relação com o pai, que, às vezes, parecia uma figura arrojada, outrora, soava autoritário na relação com sua mãe. Todavia, ele *estranhou* quando *aquele homem*

mais velho obstinado rodeava sua filha, mas relembro, foi a mãe que *não queria de jeito nenhum*. O pai parecia, na fala de Isabel, um apoiador, alguém que os ensinava *a se virar*, mas parecia também que antecipava o funcionamento das crianças com alguns afezeres adultos (Mello et al., 2015):

[...]quando fiz 5 anos, ganhei um cavalo de presente do meu pai. O pessoal dizia: - Você é doido?! Uma criança de 5 anos em cima de um cavalo desse tamanho?! Ele respondia: - Não! Pode deixar ela.. ele ficava num cavalo e eu ficava em outro. Ele sempre incentivava a gente, dizendo que a gente era capaz, “vai lá e faz”.(grifos meus) (Isabel)

[...]desde cedo ele ensinou a gente “a se virar”. Meu pai falava: - Busca isso no mercado! Fazia lista de coisas para comprar no ceasa, coisas pra lanchonete. -Está aqui a lista! Conta o dinheiro! Tá certo? Guarda o dinheiro no bolso! Ó.. cuidado pra não perder o dinheiro!(grifos meus) (Isabel)

*[...] Meu pai, quando fiz 18 anos e foi e me deu o dinheiro pra tirar a carteira, **mas eu já dirigia desde 14 anos, porque cidade de interior os menino pega o carro cedo**, e ele falou: -Ó não vai reprovar, que eu vou te dar só esse dinheiro! Daí eu fui e passei.(Isabel)*

Ao que tudo indica, Isabel *dirigiu*, à sua maneira, a própria vida, desde cedo, ainda adolescente, em algumas realizações de adulta, montaria, direção, maternidade, trabalho, casamento. Tão logo, recebera a notícia do falecimento do seu pai:

*[...]Daí ele faleceu. **Eu fui enterrar meu pai, e decidi dar um ponto final**, voltei pra **cidade-exílio**, e no outro mês fui pra **terra natal** de novo.(grifos meus) (nomes das cidades são fictícios, escritas minhas a fim de preservar o sigilo) (Isabel)*

*[...]Procurei a Defensoria, eu chorava, muito.. ficava só chorando. Minha mãe estava sofrendo com a morte do meu pai, eu também, e ainda com tudo que eu tava passando. **Meu pai faleceu em maio, eu separei em julho e agosto mudei pra cá, por questão de segurança. Mudei pra continuar vivendo**, quando eu penso em tudo que eu passei, na coragem que eu tive, se eu não tivesse feito isso, talvez não estivesse mais viva.(grifos meus) (Isabel)*

Eis que cumprir-se-ia, nesse momento, a profecia da fênix, pois, segundo o mito, ela vem quando seu pai morre (Guidon, 2010):

O significado de a Fênix queimar a partir de seu fogo é a transformação interna propriamente dita, uma vez que sua energia não está mais ativa na forma antiga de ser e, portanto, precisa queimá-la, reduzindo-se a cinzas e só assim encontrará sua essência. O fogo escondido nas cinzas se manifesta quando renunciamos aos chamados do ego, para darmos vida e fogo aos apelos da alma; esta é a germinação da nova Fênix, é a renovação. A origem dessa imagem interna está nos arquétipos e sua expressão está representada no Mito da Fênix. A proposta é, portanto, mostrar a Fênix como uma possibilidade de modelo de transformação por meio da morte e do renascimento, por ter um princípio e um fim, para depois recomeçar e terminar novamente[...]. (p.2)

A morte (real) do pai de Isabel fora o estopim para dar um ponto final ao calvário naquele

exílio. Dentre conjecturas possíveis de análise neste trabalho, realçamos alguns pontos que nos ajudam a pensar o “divisor de águas” na trajetória de Isabel, para, por fim, fazer morrer, enterrar aquele martírio. Acerca da fatalidade posta, morte do pai, e, aqui, podemos acrescentar também a morte simbólica, haja vista que é essa representação que constitui a lei, e organização possível para a convivência em sociedade. (Freud, 1913/1996c).

Isabel parecia enterrar, na morte do pai, a condição do vínculo adoecido, sustentado por um emaranhado de questões. Doravante, amparada pelas pontas das duas gerações, mãe e filho, se lança ao recomeço e, dessa vez, na terra desconhecida, ensaiaria reescrever sua história, encarnando outras possíveis versões de si.

Nessa empreitada de análise, é preciso assinalar a relevância da articulação e efetivação de políticas públicas intersetoriais no enfrentamento-acolhimento dessas questões, sobretudo, da potência que assenta na “escuta transformativa” (Tanis, 2017), que encontrara no percurso, conforme assertivamente mencionam Souza e Pimenta (2014): “uma instituição deve ser lugar de exceção no sentido de buscar ir se constituindo em uma instituição única para cada sujeito. A instituição deve caber no paciente e não este caber na instituição” (p. 8).

Segundo Isabel, por intermédio da articulação das instâncias de proteção e garantias de direitos – dispositivos da Política de Assistência Social e Defensorias Públicas (do estado de origem e destino) -, Isabel e familiares tiveram acesso às medidas de proteção necessárias para sua mudança de cidade, incluindo o sigilo dos detalhes, garantindo seu recomeço. Recém-chegados na cidade, foram acolhidos em Serviço de Acolhimento Institucional, bem como Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Ambos compõem o elenco de serviços tipificados na Política de Assistência Social (MDS, 2005). Foi a partir daí que se articularam os demais setores³²: saúde, trabalho, educação, cultura.

[...]eu já cheguei aqui e comecei o atendimento no CREAS, com a assistente social e a psicóloga. Daí foi ela que me ajudou a conseguir esse emprego, era numa lavanderia, mas eu quis, eu disse, eu quero, eu preciso! [...]mas eu gostava muito de trabalhar lá, só sai mesmo por causa do horário, porque eu ficava o dia inteiro fora né[...] (grifos meus) (Isabel)

³² Interessante notar que ela diz o nome de todos os profissionais nos locais em que foi assistida. Retiramos do texto no sentido de preservar o sigilo ético e profissional.

Dentre as políticas intersetoriais mencionadas por Isabel, destacamos, inicialmente, a Política de Assistência Social, com o serviço tipificado na normativa que rege um serviço especializado no âmbito da proteção especial, e era esse olhar que ela demandava naquele momento, de garantia de direitos, de proteção, de promoção da autonomia, de fortalecimento de vínculos familiares, o seu tornar-se fênix fora amparado de maneira profícua pela dupla de profissionais, assistente social e psicóloga, a quem ela referia-se, frequentemente, durante a entrevista. É certo que, nesse acompanhamento, habitara a potência do vínculo, da escuta e da garantia de direitos:

[...]ela me ajudou matricular no EJA³³, daí terminei meus estudos, porque eu tinha parado quando engravidei. [...]Eu fui melhorando porque quando eu cheguei, eu só chorava, eu tava traumatizada, foi muita coisa mesmo que eu passei. Em 2016 voltei a estudar, porque quando engravidei tive muitos problemas de saúde e tive que interromper os estudos, tinha parado no primeiro ano, daí voltei, fiz o EJA terminei o primeiro ano, fiz o segundo e terceiro, terminei no meio do ano de 2017, daí entrei no cursinho da Universidade preparatório para o ENEM, prestei o ENEM no final do ano, mas minha nota foi baixa para o curso que eu quero, é Nutrição, é meu sonho.

Isabel, empoderada, já conseguia dizer o que queria por si só, e sonhava. Nas palavras de Shakespeare (2000), “Somos feitos da matéria dos sonhos”, mas sonhos que se apoiavam em políticas efetivas cujo objetivo é “acelerar o alcance da igualdade substantiva em detrimento das desigualdades de fato existentes. Destinam-se aos grupos vulneráveis, aplicadas ao ambiente político e privado, em especial no ensino e no mercado de trabalho” (Gurgel, 2010, p. 53).

[...] Bernardo, também no começo, frequentava “a brinquedoteca da UFU”, depois parou, e agora ele vai no grupo do postinho do nosso bairro, com a psicóloga. Ele adora, ele chama ela de Doutora Brinquedo, porque tem um desenho com esse nome, e lá trabalha o desenvolvimento em grupo, tem crianças do tamanho dele, outras maiores, é a cada 15 dias, ele gosta muito. Ele também faz “jiu-jitsu”, a gente apertou ainda mais o orçamento pra poder pagar, um esforço! A gente aperta o orçamento pra conseguir viver, porque ganho pouco mais do que um salário mínimo.

[...]na escola ele está se desenvolvendo muito bem, porque quando chegou aqui, ele ainda não falava, com 3 anos ele nunca tinha falado nenhuma palavra. Eu consegui consultar com uma fonaudóloga pelo SUS, ela me falou que ele não tinha deficiência, era só questão de estímulo.

³³ Ensino de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de educação, cuja frente de trabalho é parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, da Política Nacional de Educação, e tem como objetivo de erradicar o analfabetismo, e viabilizar melhores oportunidades de trabalho. No entanto, afetada pelo projeto precarizante do atual (des)governo, com cortes de recursos pela PEC241/2016.

Mas eu acho que é por tudo que ele passou, e viu. Foi tanto trauma!

[...]A gente aproveita tudo que tem de graça na cidade, o parque, a pracinha lá perto de casa

Isabel, agora, contava sobre os seus ensaios e novos pousos que apontavam para a relevância que a jornada singular adquiriria com o resguardo das políticas públicas:

*[...]Eu entendi que a gente tem que arriscar, eu vim pra cá, longe da família, sem conhecer ninguém, mas logo consegui trabalho, talvez lá eu nem tivesse mais viva. Agora a gente faz tudo nós 3 juntos, toma café da manhã, minha mãe faz café, eu escovo os dentes de Bernardo, arrumo a mesa, coloco os pratos, as xícaras, a gente ora.. daí almoça todo mundo junto, sempre senti falta disso, a gente não tinha isso antes, essa união, tudo é nós 3 juntos. **O Bernardo vai ter isso como referência, quando ele for maior, vai lembrar, e antes ele não tinha né? Eu não queria aquela referência pra ele, da violência, de tudo que ele via. Até quando eu vim participar da pesquisa, vamos nós 3 juntos.***

*[...]Ah.. a gente tem que arriscar, **agora é correr atrás do meu sonho**, minha mãe fala que não sabe como eu tive a coragem de fazer isso tudo sabe, de vir pra cá... de **recomeçar**, ela fica assustada por eu ser tão novinha, ela achava que eu não ia dar conta por ter passado por isso tudo. **Agora eu quero continuar tentando passar na faculdade, porque eu penso no futuro do Bernardo né, como vai ser daqui a dez anos.***

*[...]Eu achava que nunca mais ia casar, nunca mais ter ninguém, nem pensar nisso, e no começo eu nem pensava mesmo, não tava aberta. **Agora que resolvi me dar uma nova chance**, agora que tô madura, sei o que quero pra minha vida.(grifos meus) (Isabel)*

A Isabel-fênix vira a mesa, e aponta-nos, reiteradamente, sobre das políticas públicas intersetoriais no tocante ao enfrentamento da situação de violência contra a mulher. Sobretudo, do tempo necessário que a instituição, ao fazer-se única, como versa Gusmão e Souza (2008):

O tempo da delicadeza talvez seja este tempo em que vislumbramos o futuro no presente, de olhos dados com o passado. Um tempo em que pensamos naqueles que ainda vão nascer e nos comprometemos com os vindouros aqui e agora. O tempo da delicadeza é também um tempo de escuta, ou melhor, de sermos testemunhas de experiências que se não forem ouvidas poderão ficar para sempre emudecidas. (p.30)

Com elementos do singular, particular e do universal, para enfrentar a particularidade do fenômeno da violência contra a mulher, hão de se construir potências junto desse sujeito do laço, de direitos, nas várias frentes de atuação, dentre as mencionadas: política de valorização do salário mínimo (o que se repete no caso de Bárbara); lazer, esporte, cultura, educação, saúde, assistência social, segurança pública. Cada qual na sua importância e função, mas que vai além as revelações de Isabel, no que se refere à imprescindibilidade da articulação da rede que conecta tais políticas, programas e ações, o que é apontado em estudos e pesquisas como um desafio homérico e

constante, tanto para os usuários destinatários, como para os trabalhadores.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que chegamos ao tempo de concluir. Embora essa etapa do caminho, ao invés de ponto final, crie mais possibilidades, destinos e outros atracadouros. Nesse breve e fecundo vórtice, período de pesquisa no mestrado, o tempo aparece como um desafio do começo ao fim, delinea os limites da palavra (falada e escrita), e dá o tom da travessia, na qual só é possível galgar sob a identidade teórica e compromisso ético-político, ao passo que experimentamos o “deixar-se fisgar” (capturar) pelo que é do outro na teoria, no método e no afeto. Árdua tarefa se fez, encontrar essa justa medida.

Em primeiro lugar, cabe lançar olhar ao desafiador objetivo desta pesquisa, de escutar as histórias dessas mulheres, na matrifocalidade, sendo atravessadas pela violência contra a mulher, tendo como norteador o percurso interdisciplinar, – que se ancorou nos ensinamentos teóricos forjados pela Teoria Social Crítica, que sustenta o meu lugar no Serviço Social, na interlocução com premissas psicanalíticas. Habitava ali o convite à escuta do sujeito de desejo, do inconsciente, cujos desdobramentos se reportavam também às práticas sociais. O método, como o caminho elencado, era a oportunidade empírica dessa escuta. Por vezes, o encantamento, - ao tomar contato com um novo saber, e, com ele, se pôr a dialogar, - deixou-nos levar por algumas correntezas, velejando no fio da navalha, momento em que, oportunamente, na banca de qualificação, foi preciso ajustar as velas, tomando das marés, assim, uma direção, mas com a liberdade do espanto e das descobertas no caminho.

No contexto em que a concretude da produção da vida social se faz real e austera, por vezes, ameaçadora da existência, quando atribuído à mulher, esse cenário se agrava. Considerando sua trajetória de subjugação histórica, econômica e social, que se daria pela questão da classe, da raça/etnia e também do gênero, estava posto o desafio, de escutar, lutar pela garantia e ampliação de direitos e autonomia desse segmento societário. Vimos que, escutar o sujeito de direitos, inserido em um cenário capitalista, copiosamente desigual (a partir da exploração), necessitava também de

um urgente e necessário espaço resguardado para a escuta da subjetividade.

Escutar esse sujeito de modo ampliado implica em interpretar e intervir para transformar.

Abordar a matrifocalidade e a violência contra a mulher pressupõe incluir fenômenos sociais expressivos. Para o Serviço Social, na perspectiva da crítica dialética, utilizamo-nos do movimento das lentes de Galeano, uma lente na conjuntura, e outra no recorte singular do sujeito mulher e nas expressões da questão social que se entrecruzam e envolvem a trama, acrescentando ainda uma escuta, olhar atentos às categorias de mediação e articulação entre tais dimensões, contextualizadas no rigor da questão social. Assim investigou-se a escuta da subjetividade como condição *sine qua non* nesse contexto.

Como vimos, são múltiplos estudos que se dedicam a analisar mulheres em relacionamentos violentos, atravessados por múltiplas vulnerabilidades, quando atribuído à matrifocalidade. Observamos que essa mulher pode revelar uma reinvenção possível, entre rupturas e repetições, e, com isso, reafirmar sua posição de sujeito de direitos e do laço. Ao traçarmos um panorama daqueles elementos apreendidos na escuta das mulheres, destacamos a reincidência da violência na mesma relação e/ou relações outras; a transmissão geracional no enlace de relacionamentos violentos.

Assim, percorremos pelo reconhecimento e interpretação dessa conjuntura, ao mesmo tempo em que investimos esforços na desconstrução do que se tornara uma falácia vitimizadora e subalternizada, reconhecendo as armadilhas do capital, – inclusive nos interior das instituições, na lógica punitiva, e a potência desse sujeito na condição de protagonista da sua trajetória – sujeito histórico -, sem prescindir dos dispositivos de proteção e responsabilização consequente que compõem a problemática. À medida que esse sujeito é também do desejo, do laço social, e que, para escutá-lo, é preciso o fazer desapressado, o olhar insubordinado (Brum, 2006), e o despraticar as normas (Barros, 2006).

Nessa toada as premissas psicanalíticas da *escuta*, *vínculo* e *transferência*, ensejaram-nos o contato com a dimensão inconsciente presente nas relações sociais da mulher, trazendo consigo uma

complexidade de heranças psíquicas inter e transgeracionais, históricas e sociais, pendências e suspensões da sua constituição de sujeito. Ao insistir no valor do diálogo interdisciplinar, e nas perspectivas transversais que as análises vão promovendo a partir desse mosaico plural de mulheres, apreciamos a composição de Bondía (2002) sobre a experiência, tal qual vivenciada ao “deixar fisgar-nos” pela escuta transferencial dessas mulheres em diferentes tempos, idades e cores:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (p.4)

Tatear pelas searas psicanalíticas, pressupõe a leitura da posição subjetiva, por vezes, de assujeitamento, e nela construir espaços para a dúvida, o não saber e a fratura; eis que, então, emerge a possibilidade de reinvenção desse lugar, e, a partir dele, a criação de propostas coerentes rumo à concretização e “reafirmação” de seus direitos, bem como seu engajamento nesse processo. É como se pudéssemos trançar as pontas do “singular-particular-universal”; no cenário violência, mulher e suas histórias (Lukács, 1967).

Na potência desse encontro-movimento, e, de maneira vivaz, escutamos as histórias de Clarice, Bárbara e Isabel. Três mulheres de origens, raças/etnias e gerações diferentes, vivenciando momentos distintos de suas vidas.

Clarice, em sua peculiar dualidade, encarnou a figura da mulher contemporânea, na ascensão social rumo à sonhada emancipação econômica. Ela, negra e advinda de família de trabalhadores, acessava a universidade pública e trabalho, cujas conquistas retrataram também um momento histórico no Brasil. Período durante o qual se assistiu mais de uma década de implantação de ações afirmativas, políticas sociais inclusivas e ampliação do acesso, e, transformando as estatísticas, possibilitaram alguma “equidade” para os segmentos societários marcados pela classe e raça/etnia. Sua trajetória até a matrifocalidade se nutriu de avanços sociais, ao passo que também narrou sua dor e desamparo, num cenário que se apresentou estreito para acolhida da subjetividade, e, para a

compreensão da exaustão da trabalhadora polivalente. Assim, Clarice lançava-se à repetição, e desejava, nostálgica, a “receita cultural do marido, da família” (como na canção epígrafe desta pesquisa).

Já, Bárbara, uma senhora, de origem da zona rural, misturava elementos do passado e do presente nos aspectos culturais e costumes. Nascida em um tempo em que as infâncias pareciam não existir (ou importar), e vinda de um legado familiar marcado por tragédias, ela transitava entre a fantasia, os enunciados no corpo, na sua aparência frágil e tradicional. Diante da história de vida acidentada, em uma familiar confusão de personagens, ela elegeu o corpo como destino disponível para o sofrimento e o excesso de suas experiências. Na medida em que se reinventava e se reafirmava pelo trabalho, os vínculos comunitários e a matrifocalidade, assim, revelava a mulher possível. Surpreendendo-nos diante de sua aparente fragilidade e desorganização, ela mostrava-se, por vezes, articulada e arrojada nas possibilidades de ser e estar nas suas relações.

Na nordestina juventude de Isabel, apesar do processo de parentalização, antecipando aspectos psíquicos e sociais, das facetas da violência que, tão cedo, conhecera, aqui, a matrifocalidade dilatou as possibilidades do pensar-articular acerca dos significados de nascer menina na cultura brasileira, e “tornar-se mulher”, depois, mãe. Esse percurso aponta-nos as múltiplas posições que, por ela, foram assumidas, da meninice à maternidade, entre o exílio e as fronteiras, assinalando a relevância das intervenções precoces e afinadas. Quando escutada na condição de sujeito em suas dimensões de direitos e desejo, pareceu produzir uma melodia única, indicando a possibilidade de mudança de sua posição social e subjetiva.

É relevante apontar a urgência de um minucioso manejo pelos profissionais das instituições que compõem a rede de proteção, cuidado e garantia de direitos das mulheres em situação de violência, as quais são atravessadas por diferentes discursos, olhares e práticas. É fundamental evitar as “intervenções retificadoras”, que reificam culpabilização das mulheres no serviço. Tomando em conta que a dimensão inconsciente do humano ocupa um espaço tão relevante quanto o contrário, bem como se faz presente e se reproduz na forma do sujeito ser e estar no mundo,

particularmente, na tessitura de suas relações, nossa aposta aflora, partindo do pressuposto de que escutar a subjetividade do sujeito de direitos nas intervenções sociais reserva uma potência criativa no enfrentamento das expressões da questão social que se manifesta de forma intrincada na concretude do cotidiano. Isso ocorre, especialmente, quando o sujeito das nossas intervenções trata-se de mulheres na matrifocalidade, em situação de violências, já que, a essa altura, temos alguma dimensão da complexidade que essas violências podem representar e fazer marcas reais e simbólicas, algumas reconhecidas e outras até inomináveis na sua trajetória. Doravante, compreendemos, sobretudo, que analisar-interpretar-intervir-transformar carece de se dar na construção com esse sujeito de direitos e de desejo que é a mulher. Tal qual, a escuta e a instituição devem fazer-se únicas. (Fonseca, 1999; Souza e Pimenta, 2014).

Portanto, não nos furtamos em reconhecer que, para o Serviço Social, é a partir do alicerce, parte da análise da conjuntura da realidade, cuja lente foca no justo ponto da exploração, dominação e alienação de classes, gênero e raça/etnia (intrínsecas à contraditória relação capital-trabalho), que se constroem análises-interpretações-intervenções, considerando o sujeito de direitos, que se apresenta num sujeito individual-coletivo. A busca por navegar em correntes psicanalíticas é a busca por diálogo e acesso ao sujeito singular que habita esse universo social para além das imposições institucionais.

Por fim, as considerações nada finais desta pesquisa são considerações de um fecundo aprendizado nesse atracadouro, de um contínuo caminho a ser percorrido no campo social, de interlocução entre os campos. Percebendo, para além dos atravessamentos de classe, raça/etnia e gênero, na escuta dessas mulheres, acerca da intersubjetividade nos núcleos familiares, também, os papéis sociais impostos e estanques de homens e mulheres, que nos desafiam interpretar e intervir nesse contexto, bem como redimensionar as políticas públicas, pensando sua envergadura nos níveis de planejamento e execução.

Marca também essa etapa de conclusão o urgente convite sobre a construção interdisciplinar, e articulação da rede de cuidado, proteção e garantia de direitos, - que, por vezes, serão parte do

cenário das trajetórias dessas mulheres, e suas complexidades de sujeitos, em especial, como roga esta pesquisa, àquelas referências de núcleos familiares matrifocais. Tal chamado, seguramente, aponta-nos, cada vez e mais, para o fato de que há muito ainda que se caminhar, no movimento dialético de ruptura de visões e práticas, social e institucionalmente instituídas, ao passo que olhamos para a importância de instaurar espaços, práticas, olhares, escutas, fazeres nas trincheiras das políticas públicas e projetos profissionais pautados numa lógica emancipatória, integrada, horizontal, longitudinal, afirmativa e criativa.

Corroboramos a apreensão das complexas dimensões que envolvem o humano e a sociedade, as relações que nela produzem e reproduzem, num esforço de apreender a totalidade social demasiadamente complexa e multifacetada, mas assentar também no lugar de desejante como pesquisadora e profissional, tornando mais arrojado e potente esse caminho de resistir nas trincheiras da contradição, em prol de uma sociedade mais justa e menos desigual, a partir da narrativa de universos diversos, mas convergentes, revelando serem fecundos os caminhos percorridos da pesquisa, bem como seu alcance social. Esta pesquisa enseja e deseja, - na ousada investida em forma de resistência, - em tempos de retrocessos, fragmentações e individualismos exacerbados, abrir possibilidades, construções e diálogos contínuos.

REFERÊNCIAS

- Agência Patrícia Galvão. (2018). *Dossiê Violência contra a Mulher*. Recuperado de <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/o-dossie/>.
- Agier, M. (1990). O Sexo da Pobreza – Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Tempo social*, 2 (2), 35-60. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v2i2.84799>.
- Andrade, O. (1991). *O santeiro do mangue e outros poemas*. São Paulo, SP: Globo.
- Araújo, E. (1997). A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 45-77). São Paulo, SP: Contexto.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Arbex, D. (2013). *Holocausto Brasileiro*. São Paulo, SP: Geração Editorial.
- Baptista, M. V. (2001). A ação profissional no cotidiano. In M. L. Martinelli, M. L. R. On, & S. T. Muchail (Orgs.), *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber* (pp. 110-121). São Paulo, SP: Cortez.
- Baremblytt, G. F. (1994). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.
- Barreto, R. S. (2015). *Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como lidar com essa situação*. São Paulo: Entrevista publicada no portal jornalístico Repórter Unesp em 20/08/2015. Recuperado de <http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>.
- Barros, M. (1996). *Livro sobre o nada* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Barros, M. (2006). *Memórias inventadas: a segunda infância*. São Paulo, SP: Planeta.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos* (4a ed.). São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro.
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história* (8a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Belém, M. (2000). *Mulher no Brasil: Nossas marcas e mitos, ensaio de psicanálise*. São Paulo, SP: Escuta.
- Benjamin, W. (1995). *Rua de mão única: Obras Escolhidas* (Vol. 2). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bezerra, T. O. C., & Gurgel, C. R. M. (2012). A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. *Revista Pensamento & Realidade*, 27(2): 95-117. Recuperado de <file:///C:/Users/fredb/Downloads/12650-30196-1-SM.pdf>.
- Bilac, E. D. (2003). Família: algumas inquietações. In M. C. B. Carvalho, *A família contemporânea em debate* (4a ed., pp. 29-38). São Paulo, SP: Cortez.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo, SP, 34.

- Birman, J. (2005). O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social. *Revista de Saúde Coletiva*, 15(Suplemento): 203-224. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a10.pdf>.
- Bode expiatório. (2017).** In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Bonde expiratório. (2017).** In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Brasil. (1985). *Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985*. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. (2005). *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm.
- Brasil. (2006). *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Brasil. (2012). *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.424, de 9 de fevereiro de 2012*. Ação Penal -Violência Doméstica Contra a Mulher - Lesão Corporal. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. Recuperado de <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6393143>.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre Femicídio. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.
- Brum, E. (2006). *A vida que ninguém vê* (11a ed). Porto Alegre, RS: Arquipélago Editorial.
- Brum, E. (2008). *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real* (2a ed). Porto Alegre, RS: Arquipélago Editorial.
- Brum, E. (2013). Os loucos somos nós. In D. Arbex, *Holocausto Brasileiro* (pp. 13-17). São Paulo, SP: Geração Editorial.

- Brum, E. (2016, 20 de junho). O Golpe e os golpeados. *El País*. Recuperado de http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html.
- Brum, E. (2018, 26 de março). Como enfrentar o sangue dos dias. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/politica/1522080125_945009.html.
- Brum, E. (2018). Voragem. *Revista TAG Curadoria*, 6:1-28.
- Buarque, C. (2014). *O Irmão Alemão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3): e00101417. doi: 10.1590/0102-311X00101417.
- Ceccarelli, P. R. (2009). Laço social: uma ilusão frente ao desamparo. *Reverso*, 31(58), 33-42. Recuperado de http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=151.
- Cerruti, M. Q., & Rosa, M. D. (2008): Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 7(4), 1047-1076. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000400009.
- Chauí, M. (1999, 14 de março). Uma Ideologia Perversa. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, p. 3.
- Cisne, M. (2004). *Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação Stricto- Sensu em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Correa, O. B. R. (2000). *O legado familiar*. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa.
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USF*, 14(3), 35-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>.
- Costa, A., & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21. Recuperado de http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_02.pdf.
- Costa, J. B. (2014). *Fibromialgia: histeria da atualidade?* (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.
- Costa, S. G. (2009). Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, 6(2), 01-29. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n2p1>.
- Couto, M. (2015). *Mulheres de cinza: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Cunha, T. (2016). Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. *Correio Braziliense*. Recuperado de <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>.

- D'Incao, M. A. (1997). Mulher e família burguês. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 223-240). São Paulo, SP: Contexto.
- Em volta.** (2018). In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Engels, F. (1995). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (13a ed). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Enriquez, E. (1990). *Da Horda ao Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Ágora*, 8(2), 153-174. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf>.
- Estanislau, L., & Angelo, T. (2017, 21 de dezembro). Brasil Mulher: luta feminista por liberdade e anistia. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/21/brasil-mulher-luta-feminista-por-liberdade-e-anistia/>.
- Evaristo, C. (2008). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte, MG: Nandyala.
- Exílio. (2018). In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Falci, M. K. (1997). Mulheres do sertão nordestino. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 241-277). São Paulo, SP: Contexto.
- Feminismo. (2018). *Universidade Livre Feminista*. Recuperado de <https://feminismo.org.br/>.
- Fenelon, G. M. (2006). A interdisciplinaridade como metodologia e a Psicanálise como eixo referencial comum. *Revista Psicopedagogia*, 23(70), 30-41. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000100005.
- Féres-Carneiro, T., Lisboa, A. V., & Magalhães, A. S. (2011). Transmissão psíquica geracional familiar no adoecimento somático. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 102-113. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000200011.
- Fernandes, I. (2005). A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4(1), 1-21. Recuperado de <file:///C:/Users/fredb/Downloads/1009-3682-2-PB.pdf>
- Figueiredo, L. C. (1994). *Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo, SP: Escuta/Educ.
- Figueiredo, L. C. (2006). Prefácio. In T. Inglez-Mazzarella, *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações* (pp. 11-12). São Paulo, SP: Escuta.
- Flecha, R. (2016). Psicanálise e religião: algumas possíveis interlocuções. *Sapere aude*, 7(12), 497-508. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/12185/9978>.

- Fonseca, C. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 510-553). São Paulo, SP: Contexto.
- Fonseca, C. (2009). Quando cada caso NÃO é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, 10, 58-78. Recuperado de http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf.
- Freitas, R. C. S. (2002). Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, 23(71), 80-101.
- Freitas, R. C. S. (2002). Famílias e violência: reflexões sobre as mães de acari. *Psicologia USP*, 13(2), 69-103. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200006>.
- Freud, S. (1974). Escritores criativos e devaneios. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 9, pp.145-158). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (1976a). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 13-85). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1920).
- Freud, S. (1976b). Linhas de progresso a terapia psicanalítica. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp.173-181). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1918).
- Freud, S. (1976c). Luto e Melancolia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 15, pp. 275-291). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (1976d). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 15, pp.309-341). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (1977). O estranho. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 17, pp. 273-314). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1919).
- Freud, S. (1990a). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 16, pp. 287-539). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Obra original publicada em 1917).
- Freud, S. (1990b). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp. 11-220). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Obra original publicada em 1927).
- Freud, S. (1990c). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 189-203). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (1996a). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras*

Psicológicas Completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 21, pp. 65-148). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1930).

Freud, S. (1996b). Sexualidade feminina. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 21, pp. 229-251). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1931).

Freud, S. (1996c). Totem e Tabu. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp. 21-162). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).

Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala* (48a ed.). São Paulo, SP: Global.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2011). *Situação Mundial da Infância 2011-Adolescência: Uma Fase de Oportunidades*. New York, NY: UNICEF. Recuperado de https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf.

Galeano, E. (1994). *As Palavras Andantes*. Porto Alegre, RS: L&PM.

Galeano, E. (2002). *O livro dos abraços* (9a ed.). Porto Alegre, RS: L&PM.

Garcia-Roza, L. A. (2009). *Freud e o Inconsciente* (24a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Géledes. (2018). *Géledes Instituto da Mulher Negra*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/>.

Guidon, A. (2010). *Uma Ampliação Simbólica sobre Morte e Renascimento*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto Junguiano de São Paulo.

Goldenberg, M. (2013). *A bela velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Gonzalez, A. I. A. (2010). *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF / Expressão Popular, 2010.

Gonzalez, L. (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, 9, 133-141.

Grimm, W., & Grimm, J. (1989). Joãozinho e Mariazinha. In W. Grimm & J. Grimm, *Os contos de Grimm* (pp. 79-90). São Paulo, SP: Paulus.

Grossi, M. P. (1998). Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In J. M. Pedro, & M. P. Grossi (Orgs.), *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade* (pp. 293-313). Florianópolis, SC: Mulheres.

Gurgel, Y. M. P. (2010). *Direitos humanos, princípios da igualdade e não discriminação: sua aplicação às relações de trabalho*. São Paulo, SP: LTr.

Gusmão, D. S., & Souza, S. J. (2008). A estética da delicadeza nas roças de Minas: sobre a memória e a fotografia como estratégia de pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 20, 24-31. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400005>.

Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violência perpetrada por parceiros íntimos. In E. G. Krug,

L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi, & R. Lozano (Eds.), *Relatório mundial sobre violência e saúde* (pp. 89-122). Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde. Recuperado de <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>.

Herrmann, F. (2003). Psicanálise e política no mundo em que vivemos. *Trieb*, 2(2), 235-263.

Iamamoto, M. V. (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (3a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Inácio, M. O. (2003). *Violência de gênero e Serviço Social: ethos e ação ético-política no âmbito das delegacias da mulher* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação Stricto-Sensu em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Inglez-Mazzarella, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo, SP: Escuta.

Inominável. (2018). In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *O Brasil em Síntese*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2012). *Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília, DF: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120830_notatecnicadisoc010.pdf.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasília, DF: IPEA. Recuperado de http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (4a ed.). Brasília, DF: IPEA. Recuperado de <http://ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). *Censo da Educação Superior 2016*. Brasília, DF: IPEA. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Atlas da Violência 2018*. Brasília, DF: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.

Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino* (2a ed.). São Paulo, SP: Boitempo.

Kosik, K. (1976). *Dialética do Concreto* (2a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.

Laplanche, J. (1987). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Levinzon, G. K. (2010). Recordar, repetir, elaborar e construir: a busca do objeto materno na análise

de uma menina adotada. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 155-164. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000400014.

Lima, L. T. O. (2004). Sobre violência e cultura: uma ponte entre a antropologia e a psicanálise. In M. G. Khouri, J. A. D. Pastore, I. Z. Sucar, R. P. Ajzenberg, & R. M. Filho (Orgs.), *Leituras Psicanalíticas da Violência* (pp. 75-83). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Lispector, C. (1998a). O amor. In C. Lispector, *Laços de família*. (pp. 19-29). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Lispector, C. (1998b). Os desastres de Sofia. In C. Lispector, *Felicidade clandestina: contos* (pp. 98-116). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Lispector, C. (1998c). Os obedientes. In C. Lispector, *Felicidade clandestina: contos* (pp. 81-87). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Lispector, C. (1998d). *Perto do Coração Selvagem*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Luft, L. (1984). *Mulher no Palco*. São Paulo, SP: Siciliano.

Lukács, G. (1967). *Estética I: La peculiaridad de lo estético*. Barcelona, México, DF: Grijalbo.

Luxemburgo, R. (2018, 15 de março). A Casa de Vidro. [Blog]. Recuperado de <https://acasadevidro.com/2017/03/05/rosa-luxemburgo-1871-1919-quem-nao-se-movimentanao-sente-as-correntes-que-o-prendem-livraria-a-casa-de-vidro/>.

Marin, I. S. K. (2004). Sofrimento e violência na contemporaneidade: destinos subjetivos. In M. G. Khouri, J. A. D. Pastore, I. Z. Sucar, R. P. Ajzenberg, & R. M. Filho (Orgs.), *Leituras Psicanalíticas da Violência* (pp. 85-100). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Marx, K., & Engels, F. (1974). *A ideologia alemã*. Lisboa, Portugal: Presença/Martins Fonte.

Marx, K. (1999). *O Capital: crítica da economia política: Livro I* (17a ed.). (R. Sant'Anna, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

Mathis, A. A., & Santana, J. V. (2009). *Serviço Social e tradição marxista: notas sobre a teoria social crítica*. Trabalho apresentado no 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas. Recuperado de https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoria-soci.pdf.

Maurano, D. (2010). *Para que serve a psicanálise?* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Mello, A. (2012). Seis anos da Lei Maria da Penha: Um marco divisor no enfrentamento à violência de gênero no Brasil. *Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro*. Recuperado de <http://amaerj.org.br/noticias/em-artigo-juiza-adriana-mello-fala-sobre-os-seis-anos-da-lei-maria-da-penha/>.

Mello, R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Das Demandas ao Dom: As Crianças Pais de Seus Pais. *Revista Subjetividades*, 15(2), 213-220. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000200005

Menezes, L. S. (2012). *Desamparo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

- Ministério da Saúde. (2009). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes*. Brasília, DF: MS. Recuperado de http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MS2009_politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf.
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. (2013). *Cadernos Sociedade e Trabalho: A OIT e a igualdade de gênero no mundo do trabalho*. Lisboa, PT: MESS. Recuperado de http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/cst_xvi.pdf.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004*. Brasília, DF: MDS. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal - 2013*. Brasília, DF: MDS. Recuperado de https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Perfil_CadastroUnico_V9.pdf.
- Modena, M. R. (2016). A violência simbólica: reflexão sobre a obra de Slavoj Žižek. In M. R. Modena (Org.), *Conceitos e formas de violência* (pp.21-27). Caxias do Sul, RS: Educs.
- Montano, C. (2006). Um projeto para o Serviço Social crítico. *Revista Katálysis*, 9(2), 141-157. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>.
- Montero, R. (2004). *A Louca da casa*. New York, NY: Harpercollins.
- Moraes, M. L. Q. S. (1996). *Vinte anos de feminismo* (Tese de livre-docência). Programa de Pós-graduação Stricto- Sensu em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Mosaico. (2017) In *Dicionário informal: dicionário online*. Recuperado de <http://www.dicionarioinformal.com.br>.
- Moterani, F. (2017, 17 de fevereiro). Plutocracia, mão invisível, mão truculenta e a triste contabilidade histórica do Brasil. *Carta Capital*. Recuperado de <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/17/plutocracia-mao-invisivel-mao-truculenta-e-triste-contabilidade-historica-do-brasil/>.
- Naves, E. T. (2014). A mulher e a violência. Uma devastação subjetiva. *Revista Subjetividades*, 14(3), 454-462. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v14n3/09.pdf>.
- Nestrovski, A., & Seligmann-Silva, M. (Orgs.). (2000). Apresentação. In A. Nestrovski, & M. Seligmann-Silva, *Catástrofe e representação* (pp. 07-12). São paulo, SP: Escuta.
- Neto, J. C. M. (1991). *Morte e Vida Severina*. Rio de Janeiro, RJ: Alfaguara.
- Netto, J. P. (2006). *O que é Marxismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Netto, J. P. (2009). III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In Conselho Federal de Serviço Social, *30 Anos do Congresso da Virada* (pp. 15-42). Brasília, DF: CFESS.
- Neves, A. S. (2008). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães*

contra filhos. Uberlândia, MG: EDUFU.

Nobre, M. (2002). *Economia Feminista*. São Paulo, SP: SOF.

Oliveira, E. (2007). *Pancada de amor dói e adoce: violência física contra mulheres*. Sobral, CE: Edições UVA.

ONU Mulheres. (2018). *Organização das Nações Unidas Mulheres*. Recuperado de <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/#>.

Organización Panamericana de la Salud. (2016). *Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe. Informe de Consulta Técnica* (pp.1-56). Washington, DC: OPS. Recuperado de http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34853/9789275319765_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2013). *Humanidad dividida: Cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo* (pp. 1-18). Nueva York, NY: PNUD. Recuperado de <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/humanity-divided--confronting-inequality-in-developing-countries.html>.

Osman, E. (2016). O Phármakon de Jacques Derrida. *ConTextura*, 8, p. 11-19. Recuperado de [file:///C:/Users/fredb/Downloads/2019-6841-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fredb/Downloads/2019-6841-2-PB%20(1).pdf).

Paixão. (2018). In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.

Passador, L. H. (2013). *Masculinidades e construção social da violência*. Trabalho apresentado no Evento Violência de gênero, cultura e direitos humanos, Moçambique. Recuperado de <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2013/12/Masculinidades.pdf>.

Paviani, J. (2016). Conceitos e formas de violência. In M. R. Modena (Org.), *Conceitos e formas de violência* (pp.8-20). Caxias do Sul, RS: Educs.

Pereira, P. A. P. (2014). A intersectorialidade das políticas públicas na perspectiva dialética. In G. L. Monnerat, N. L. T. Almeida & R. G. Souza (Orgs.), *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais* (pp. 21-40). Campinas, SP: Papel Social.

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Priore, M. D. (1994). *A mulher na história do Brasil* (4a ed.). São Paulo, SP: Contexto.

Priore, M. D. (2011). *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil.

Priore, M. D., & Venâncio, R. (2010). *Uma breve história do Brasil*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil.

Quinet, A. (2000). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Rago, M. (2004). Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In G. Venturi, M. Recamán & S. Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 31-42). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Rago, M. (2016). *Da insubmissão feminista na atualidade*. São Paulo: Palestra ministrada no Evento Café Filosófico CPFL em 06/11/2016.
- Romão, L. S. (2017). *Sangria*. São Paulo, SP: Edição do Autor: Selo do Burro.
- Rosa, G. (1994). *O Grande Sertão: Veredas*. São Paulo, SP: Nova Aguilar.
- Rosa, G. (2001). *Manuelzão e Miguilim* (11a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de Psicanálise TEXTURA*, 2, 1-13. Recuperado de <http://www.revistatextura.com/leia/umaescpis.pdf>.
- Rosa, M. D. (2004). *A psicanálise e as instituições: um enlace ético-político*. Trabalho apresentado no 5º Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, São Paulo. Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032004000100045&lng=en&nrm=iso.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo, SP: Escuta/Fapesp.
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>.
- Rossini, A. (2010). Discussão conceitual de minoria. *Revista Hórus*, 4(2), 18-34. Recuperado de <http://www.faesd.edu.br/horus/num2/discussao.pdf>.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Perseu Abramo.
- Sau, V. S. (2017). *Diccionario ideologico feminista* (2a ed., Vol. 1). Barcelona, Espanha: Icaria.
- Santos, J. S. (2012). *“Questão Social” particularidades no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Saramago, J. (2001). *Ensaio sobre a cegueira* (19a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Sarti, C. A. (2002). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas* (pp. 21-38). São Paulo, SP: IEEPUC.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <file:///C:/Users/fredb/Downloads/71721-297572-1-PB.pdf>.

- Scott, P. (2011). *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*. Recife, PE: Universitária UFPE.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2005). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF: SPM. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf.
- Shakespeare, W. (2000). *A tempestade*. (R. C. Moraes, trad.). eBookLibris. Retirado de <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/tempestade.html>.
- Singer, P. (1998). *Economia Política da Urbanização* (14a ed.). São Paulo, SP: Contexto.
- Soihet, R. (1997). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 362-400). São Paulo, SP: Contexto.
- Sorj, B. (2010). Os Cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In A. Costa, M. B. M. Avila, R. Silva, V. Soares, & V. Ferreira (Orgs), *Divisão sexual do Trabalho, Estado e crise do Capitalismo*. Recife, PE: SOS CORPO- Instituto Feminista para a Democracia.
- Souza, H. G., & Pimenta, P. (2014). Por que elas não (re)tornam? Considerações sobre a não adesão ao tratamento por parte da mulher em situação de violência. *Opção Laciana online*, 5(15), 1-11. Recuperado de http://www.opcaolaciana.com.br/pdf/numero_15/por_que_elas_ao_retornam.pdf.
- Stein, M. L. M. (2011). Infantil, Eu? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 40(1), 9-17. Recuperado de <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista40-1.pdf>.
- Szymanski, H. (2003). Teoria e “teorias” de famílias. In M. C. B. Carvalho, *A família contemporânea em debate* (4a ed., pp. 23-28). São Paulo, SP: Cortez.
- Tanis, B. (2017). *Desenraizamento e solidão na migração e no exílio: por uma escuta transformativa*. São Paulo. Palestra ministrada no Evento A Psicanálise no campo do desterro em 11/08/2017.
- Teles, M. A. A. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Transformatório das Margaridas. (2018). *O Transformatório das Margaridas: Observar para Transformar*. Recuperado de <http://transformatoriomargaridas.org.br/>.
- Troféu. (2018).** In *Dicio: dicionário online de português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Vale, J. M. B. T. (2009). *O cárcere na adolescência: Ressonâncias de uma trajetória*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia.
- Vale, J. M. B. T. (2017). *Ofensiva Punitiva na Doutrina de Proteção Integral: Um estudo de caso dos dilemas entre proteção e repressão aos adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro a partir da Resolução SMAS nº 20/2011*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Venturi, G., Recamán, M., & Oliveira, S. (2004). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Volpi, M. (2009). A riqueza das adolescências. In J. Nazar (ed.), *As novas doenças da alma* (pp. 111-115). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud; Vitória: ELPV.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Recuperado em https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
- Woortmann, K., & Woortmann, E. F. (2002). *Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, Contextos e Circunstâncias*. Trabalho apresentado no Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, Ouro Preto. Recuperado de <https://parentescoeorg.files.wordpress.com/2010/08/artigo-woortmann-klaass-e-ellen-monoparentalidades-e-chefia-feminina-conceitos-contextos-e-circunstancias1.pdf>.
- Yazbek, M. C. (2009). *Classes subalternas e assistência social*. (7a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Yazbek, M. C. (2014). Sistemas de proteção social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In G. L. Monnerat, N. L. T. Almeida, & R. G. Souza (Orgs.), *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais* (pp. 77-103). Campinas, SP: Papel Social.
- Zarur, G. C. L. (1976). Repensando o Conceito de Matrifocalidade. *Cadernos de Antropologia*, 15, 1-11. Recuperado de <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie015empdf.pdf>.
- Zizek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. (M. S. Pereira, trad.). São Paulo, SP: Boitempo.

Apêndices

Apêndice 01 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS MATRIFOCAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL À LUZ DE PREMISSAS PSICANALÍTICAS, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Jaqueline Teixeira Paiva. Nesta pesquisa buscamos conhecer sobre as trajetórias das famílias chefiadas por mães e/ou avós em situação de vulnerabilidade social e seus desdobramentos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Jaqueline Teixeira Paiva, em visita domiciliar, ou em sala designada na Universidade Federal de Uberlândia – Campus Umuarama, em data e horário agendados com o (a) participante da pesquisa., e obedece a RES 466/12 CNS. Gostaríamos de esclarecer que seu contato foi obtido junto à ONG SOS Mulher e Família Uberlândia - MG. Em sua participação a pesquisadora realizará uma entrevista sobre você, sua família e como é conduzir a família. A entrevista terá a duração de uma hora e meia, será registrada por meio da gravação de áudio, que serão excluídos após a conclusão da pesquisa, e permanecerá sob a responsabilidade das pesquisadoras, com a garantia de que serão resguardadas todas as informações de identificação dos (as) participantes, de forma a respeitar os princípios éticos e sigilosos da pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Em relação aos riscos, um deles seria que sua identidade fosse revelada, no entanto, como já mencionado, as pesquisadoras se comprometem a manter o sigilo das informações coletadas, resguardando e preservando sua identidade, e delentando os áudios gravados das entrevistas posteriormente à sua transcrição. Outro risco seria a mobilização de conteúdos emocionais que precisam ser acolhidos profissionalmente por um psicólogo, neste caso as pesquisadoras se comprometem em encaminhar para atendimentos que se fizerem necessários para o alívio de possíveis angústias despertadas no decorrer do processo.

Os benefícios serão o estímulo à reflexão sobre a prática profissional do Assistente Social junto às famílias matrifocais em situação de vulnerabilidade. Podendo ainda estimular investimentos públicos no atendimento a estas famílias.

Rubrica pesquisadores: _____

Rubrica participante: _____

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves, telefone 3218-2701 e Jaqueline Teixeira Paiva, telefone 3225-8512. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia- MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

Apêndice 02 - Roteiro temático da pesquisa:

1. A experiência de “chefiar” a família;
2. Relações Familiares (família de origem e núcleo atual);
3. Trabalho e renda;
4. Políticas Públicas e direitos (Saúde; Educação; Assistência Social, dentre outras);
5. A questão do gênero;
6. Situações de violência e/ou violação de direitos;
7. Relação(ões) conjugal(is);
8. Vínculos afetivos;
9. Vulnerabilidades;
10. Possíveis desdobramentos relacionados aos filhos.

Demais temas e perspectivas que surgirem na entrevista aberta, priorizando o acolhimento à demandas do sujeito da pesquisa.